



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ANA CAROLINA DOS SANTOS COSTA**

**“China e a sua atuação na Ásia: a caminho da construção de um novo poder hegemônico?”**

**RECIFE  
2021**

ANA CAROLINA DOS SANTOS COSTA

**“China e a sua atuação na Ásia: a caminho da construção de um novo poder hegemônico?”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

**Área de Concentração:** Relações Internacionais

**Orientador:** Prof.Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

**RECIFE  
2021**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C837c Costa, Ana Carolina dos Santos.  
“China e a sua atuação na Ásia : a caminho da construção de um novo  
poder hegemônico?” / Ana Carolina dos Santos Costa. – 2021.  
99 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2021.  
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. China. 3. Poder (Ciências sociais). 4. Hegemonia.  
5. Estados Unidos. I. Lima, Marcos Ferreira da Costa (Orientador). II.  
Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-234)

**ANA CAROLINA DOS SANTOS COSTA**

**“CHINA E A SUA ATUAÇÃO NA ÁSIA: A CAMINHO DA  
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PODER HEGEMÔNICO?”**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciência Política da  
Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 08/02/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Gustavo de Andrade Rocha (Examinador Externo)  
Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Centro Universitário Tabosa  
de Almeida

---

Profa. Dra. Joyce Helena Ferreira de Lima (Examinadora Externa)  
Faculdade Damas da Instrução Cristã

**Dedico este trabalho a minha mãe, Mônica.  
E também ao espírito revolucionário e criativo  
que habita a alma de todo jovem periférico.**

***“¡Viva la Revolución!”***

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), entidade financiadora que permitiu a concretização desta pesquisa.

Em segundo lugar, gostaria de lembrar o ilustre e brilhante Drummond:

*No meio do caminho tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
No meio do caminho tinha uma pedra*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento  
Na vida de minhas retinas tão fatigadas  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho*

**(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)**

E, portanto, dedico esta sessão para agradecer a todas as pedras... e ainda mais importante: agradecer também a todas as flores que embelezam este caminho... Ah, mas o que seria da vida se não fosse a primavera? Ah! bruta flor do querer.., me trouxestes até aqui e daqui me levarás para mais longe. Obrigada a todos que somaram-se nessa jornada.

*Onde queres Leblon, sou Pernambuco  
E onde queres cowboy, eu sou chinês  
Ah! bruta flor do querer.*

**(CAETANO VELOSO)**

## RESUMO

Como se configura o processo de construção de poder hegemônico da China para a sub-região do Sudeste Asiático. O objetivo desta dissertação é de observar as relações e/ou demonstrações de poder hegemônico entre a China e os países-membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático. O recorte temporal abrange o período de 1997 a 2020, visto que: em 1997 foi lançada a política de boa-vizinhança da China para a região. O trabalho não apresenta hipótese por se tratar de uma pesquisa descritiva, entretanto apresenta uma pergunta de investigação crucial: pode a China ascender hegemonicamente no sistema internacional pacificamente? Metodologia utilizada foi a análise de estatística descritiva em conjunto com a análise documental. O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, é feita uma revisão bibliográfica dos conceitos fundamentais da política internacional à luz das principais escolas de pensamento: poder, hegemonia e imperialismo. O segundo capítulo é dedicado a observar e analisar os padrões das relações político-econômicas e de segurança respectivamente entre China e o sudeste asiático. Por fim, o terceiro capítulo traz breves inferências sobre o comportamento norte-americano nas últimas duas décadas frente à ascensão chinesa e os desafios que a atual potência hegemônica configura à ascensão chinesa e como essa dinâmica afeta a atual conjuntura sistêmica internacional.

**Palavras-chave:** China; poder; hegemonia; EUA; ASEAN.

## **ABSTRACT**

How is China's hegemonic power-building process for the Southeast Asian subregion configured? The purpose of this dissertation is to observe the relations and or demonstrations of hegemonic power between China and the member countries of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). The time frame covers the period from 1997 to 2020, since: in 1997, China's good-neighborly policy for the region was launched. The paper does not present a hypothesis because it is a descriptive research, however it does present a crucial research question: can China rise hegemonically in the international system peacefully? The methodology used was the analysis of descriptive statistics in conjunction with documentary analysis. The work is divided into three chapters. In the first, a bibliographic review of the fundamental concepts of international politics is made in the light of the main schools of thought: power, hegemony and imperialism. The second chapter is dedicated to observing and analyzing the patterns of political, economic and security relations between China and Southeast Asia respectively. Finally, the third chapter brings brief inferences about the United States' behavior in the last two decades in the face of the Chinese rise and the challenges that the current hegemonic power configures to the Chinese rise and how this dynamic affects the current international systemic situation.

**Keywords:** China; power; hegemonic; USA; ASEAN.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infográfico com as cinco suposições gerais de Gilpin.....	28
Figura 2 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas chinesas para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares).....	47
Figura 3 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas chinesas para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares) com controle de Outlier: Mianmar.....	51
Figura 4 -Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas estadunidenses para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares).....	57
Figura 5 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas estadunidenses para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares) com controle de Outlier: Singapura.....	58
Figura 6 - Comparação entre os fluxos de exportação de armas para Indonésia entre China e EUA.....	60
Figura 7 - Comparação entre os fluxos de exportação de armas para a Malásia entre China e EUA.....	61
Figura 8 - Comparação entre os fluxos de exportação de armas para Tailândia entre China e EUA .....	62
Figura 9 - Fluxo temporal comparando os gastos militares da China e dos Estados Unidos, 1997-2019, em bilhões de dólares.....	63
Figura 10 - Fluxo temporal comparando os gastos militares da China e dos Estados Unidos, 1997-2019, em fracionado pelo percentual do PIB.....	64
Figura 11 - Comparação entre os fluxos de Investimento Externo Direto para a ASEAN entre China e EUA.....	65
Figura 12 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares. ....	70
Figura 13 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos chineses para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares.....	71
Figura 14 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares. (Com controle de Outlier: Singapura).....	72
Figura 15 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos chineses para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares. (Com controle de Outlier: Vietnã)...	73
Figura 16 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em milhões de dólares. (Com foco nos países com menores resultados).....	75
Figura 17 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos chineses para os países da ASEAN, 1997 a 2019, em bilhões de dólares. (Com foco nos países com menores fluxos).....	76
Figura 18 - Histograma do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para o bloco econômico ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares.....	77
Figura 19 - Histograma do fluxo de exportação de produtos chineses para o bloco econômico ASEAN, 1997 a 2019, em bilhões de dólares.....	78
Figura 20 - Gráfico de comparação entre o fluxo de exportação de produtos chineses e norte-americanos para o bloco econômico ASEAN, 1997 a 2019, em bilhões de dólares.....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos Definidores da TSM.....	33
Quadro 2 - Evolução do Salto Tecnológico Chinês, 2013-2020, em perspectiva com o desempenho norte-americano.....	34
Quadro 3 - Três grupos de scholars em R.I na China da atualidade.....	38
Quadro 4 - A partilha do Sudeste Asiático pelo Ocidente.....	45
Quadro 5 - Sistematização dos principais acionistas financiadores e credores do Asian Development Bank.....	66
Quadro 6 - Esquematização do total de projetos financiados pelo Asian Development Bank por países do Sudeste Asiático no ano de 2016.....	67
Quadro 7 - Esquematização do total de projetos financiados pelo Asian Development Bank por países do Sudeste Asiático no ano de 2017.....	68
Quadro 8 - Esquematização do total de projetos financiados pelo Asian Development Bank por países do Sudeste Asiático no ano de 2018, por tipo de ação.....	69

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS À DESPEITO DA ASCENSÃO CHINESA</b>	<b>17</b>
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	17
2.2	PODER E HEGEMONIA: UMA REVISÃO TEÓRICA-CONCEITUAL OCIDENTAL	18
<b>2.2.1</b>	<b>Poder e hegemonia para os contratualistas</b>	<b>18</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Poder e hegemonia para os neorrealistas</b>	<b>22</b>
2.3	PODER E HEGEMONIA: UMA REVISÃO TEÓRICA-CONCEITUAL NÃO-MAINSTREAM	30
2.3.1	O poder relacional sob a óptica de Susan Strange	30
2.3.2	Poder e hegemonia no sistema-mundo	32
2.3.2	Poder e hegemonia sob a óptica do neogramcismo	34
2.4	A CHINA PARA OS CHINESES: UMA REVISÃO PELA ÓTICA DE UMA CULTURA MILENAR	37
2.5	CONSIDERAÇÕES	40
<b>3</b>	<b>CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO: LIDERANÇA OU HEGEMONIA?</b>	<b>42</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	42
3.2	O QUE É O SUDESTE ASIÁTICO?	43
3.3	A CRISE ASIÁTICA E A GEOPOLÍTICA DO PACÍFICO	46
3.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
3.5	CONSIDERAÇÕES	79
<b>4</b>	<b>AS RELAÇÕES SINO-NORTE-AMERICANAS DE BUSH À TRUMP: O ÚLTIMO EMPECILHO À ASCENSÃO HEGEMÔNICA CHINESA?</b>	<b>81</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	81
4.2	UMA LINHA DO TEMPO DOS ACONTECIMENTOS	84
4.3	UMA BREVE ANÁLISE DE CONJUNTURA	87
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como se configura o processo de construção de poder hegemônico da China para a região do Sudeste Asiático? Com as impressionantes taxas de crescimento econômico e desenvolvimento social e estabilidade política da China desde os anos 1980 (FERNANDES & LEITE, 2012; GUNGWU & YONGNIAN, 2008) em paralelo a um desempenho problemático a economia e liderança política norte-americana para os países orientais, em especial após a “*Guerra ao Terror*” iniciada após-2001 e crise econômica de 2008 (PINTO, 2011; XUETONG, 2018) é possível questionar se não estaríamos presenciando o início da construção de uma nova hegemonia internacional, onde não mais o centro do poder internacional seria controlado pelos Estados Unidos e sim exercido pela China (GUNGWU & YONGNIAN, 2008).

O pilar teórico deste trabalho se baseia nas definições e conceituações de poder e hegemonia fornecidas pelo debate entre a teoria do sistema-mundo. Não obstante, o capítulo primeiro desta dissertação traz uma revisão conceitual dos três principais conceitos norteadores das Relações Internacionais: poder, hegemonia e imperialismo, à luz das mais influentes escolas e vertentes do pensamento internacional. O segundo capítulo é dedicado a um estudo de caso da concretização hegemônica chinesa (ou falta dela) no sudeste asiático, assim, observamos as dinâmicas de relações de poder da China com seus vizinhos no sudeste asiático, entendido neste trabalho como as fronteiras dos dez países-membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático).

É preciso esclarecer que como há consenso na literatura especializada que determina os Estados Unidos (EUA) como principal exemplo atual de poder hegemônico (ARRIGHI, 1996; HOBBSBAWM, 1995; WALLERSTEIN, 1974, 1996, 2003 e 2011), o capítulo final desta dissertação é dedicado à análise da dinâmica sino-norte americana durante os últimos anos de aprofundamento do processo de ascensão e construção de poder hegemônico chinês. Buscando aqui abordar de forma breve o comportamento norte-americano em relação às novas iniciativas chinesas no Sudeste Asiático e explorar as características decisivas desta dinâmica de cooperação-rivalidade entre esses dois *big-players*.

O presente trabalho se justifica pois, devido a dinamicidade e conectividade do sistema internacional, toda e qualquer ação de um ator internacional, sobretudo os grandes países, gerará

consequências neste sistema internacional. A literatura brasileira das Relações Internacionais estuda a fundo os dinamismos e relações de poder que se dão entre os países centrais e periféricos do Ocidente.

No entanto, com a emergência das economias asiáticas a grande arena dos jogadores internacionais, não só as dinâmicas entre as potências do centro global interessam à periferia ocidental, os acontecimentos e disputas de poder no Sudeste Asiático, em especial a China, podem afetar profundamente a conjuntura internacional. Haja visto a atual guerra comercial entre EUA e China, onde alguns analistas prevêem recessão econômica mundial<sup>1</sup> enquanto outros classificam o conflito como guerra híbrida<sup>2</sup>.

Este trabalho se soma ao esforço de estudar as configurações e relações de poder de China com um de seus principais parceiros e vizinhos, a Associação das Nações do Sudeste Asiático, e, é útil a sociedade brasileira por seu caráter descritivo do comportamento chinês, haja visto que China é o maior comprador dos produtos brasileiros<sup>3</sup> e um dos principais parceiros comerciais do Brasil<sup>4</sup>. Neste sentido, este trabalho objetiva se somar aos esforços de ampliar a literatura brasileira sobre as dinâmicas de poder com foco para a periferia do mundo.

O recorte geográfico deste trabalho visa a relação da China com a região do Sudeste Asiático, região que é composta pelos países-membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (daqui para frente ASEAN): Indonésia; Malásia; Filipinas; Singapura; Tailândia; Brunei; Mianmar; Camboja; Laos e Vietnã. O recorte temporal do trabalho tratará o período de 1997 a 2020, visto que: em 1997 foi lançada a política de boa-vizinhança da China para a região citada (BACELETTE, 2014).

Esclarecidos os limites do desenho de pesquisa deste trabalho. e antes de iniciarmos a discussão teórica de mudança hegemônica no século XXI, apresentar uma perspectiva

---

<sup>1</sup> Algumas matérias relacionadas:

“Many predict another Recession by 2020”. Disponível em <<https://manestreetmirror.com/6729/news/many-predict-another-recession-by-2020/>> Último acesso em 11/11/2019.

“Could trade war derail global growth”. Disponível em <<http://www.inkl.com/news/could-a-trade-war-derail-global-growth>> Último acesso em 11/11/2019.

<sup>2</sup>Matéria pró-China que acusa EUA de utilizar táticas de guerra híbrida. Disponível em <<https://www.globalresearch.ca/americas-hybrid-war-against-china-has-entered-a-new-phase/5686429>> Último acesso em 11/11/2019.

Matéria pró-EUA que acusa China de utilizar táticas de guerra híbrida. Disponível em <<https://www.ft.com/content/ffe7771e-e5bb-11e9-9743-db5a370481bc>>

<sup>3</sup> Dados do Ministério de Economia - Estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>> Último acesso em 11/11/2019.

<sup>4</sup> Matéria que apresenta os principais parceiros comerciais brasileiros. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/economia/veja-1-grafico-interativo-com-o-fluxo-do-comercio-exterior-do-brasil/>> Último acesso em 11/11/2019.

historiográfica crítica é fundamental para entender as novas mudanças disruptivas do sistema político internacional da atualidade. O século XXI é produto das mudanças políticas que ocorreram no século XX, e, mais que isso, o ritmo da história asiática não é o mesmo que o ritmo da história do Ocidente.

É preciso ter ciência de que quando tratamos de Ásia, e especialmente China, estamos falando de uma cultura e história milenar. Uma sociedade, que muito antes da fundamentação do Tratado de Westfália e o início do processo de criação de estados nacionais na Europa medieval, no Oriente, O Império Chinês já exercia o que poderia denominar-se hegemonia. Utilizando uma forma de sistema de tributos, em troca de proteção e uniformização da moeda na região capitaneada pelo antigo Império do Meio. Um ponto central da discussão sobre a ascensão chinesa é se estamos presenciando de fato uma ascensão, construção de poder hegemônico ou uma **reascensão**, com a China voltando ao normal, e retomando o lugar de liderança na região que exerceu pela maioridade da história da humanidade asiática?

De fato, há um grande consenso na literatura político-historiográfica de que a China já poderia ser considerada um país industrializado desde o século XIII e, ao longo dos séculos, o Império Chinês entende-se como um estado-nação. (Cassiolato, 2013; Costa Lima et al 2016; Deng; 2000).

Durante a maior parte de sua história, a China se caracterizou por uma estrutura política com influente poder central e autêntica unidade política, tal estrutura política sendo desmantelada apenas pela ações imperialistas das potências ocidentais e japonesa no que a história chinesa entende como o “O século das humilhações”. Historicamente, os cem anos das humilhação nacional é datado em meados do século XIX, marcado pela Primeira Guerra do Ópio, e seguindo por uma série de fiascos políticos como os tratados desiguais de Whampoa e Aigun, a Rebelião Taiping, a Segunda Guerra do Ópio e o saque do Antigo Palácio de Verão, a Guerra Sino-Francesa, a Primeira Guerra Sino-Japonesa e, a invasão britânica do Tibete. Nesse período, a China perdeu todas as guerras que combateu e teve que ceder importantes concessões ao Japão, França e Inglaterra à época. grandes potências nos tratados posteriores, A China adentrou o século XX ainda se submetendo a uma série de acordos desvantajosos, instabilidade política e conflitos armados, como “As Vinte e Uma Exigências pelo Império do Japão”, durante a Primeira Guerra Mundial, e a Segunda Guerra Sino-Japonesa, durante a Segunda Guerra Mundial, onde sofreu uma invasão territorial brutal. (SPENCE, 1996)

O século das humilhações é finalmente considerado findado, com a expulsão das potências estrangeiras e da ocupação Japonesa na China continental após a Segunda Guerra Mundial, e o estabelecimento da República Popular da China em 1949. Tanto é, que a Revolução liderada por Mao Tsé-Tung, é tida como uma reunificação da estrutura político-administrativa da China, e significou, de fato, uma recentralização da autoridade estatal. (Cassiolato, 2013; Costa Lima et al 2016; Deng, 2000; Spence, 1996). Os líderes da Revolução Comunista compreendiam as ideias de federalismo como sinônimo do feudalismo que dominava a Europa Medieval. Paralelamente, a história demonstra que, por milênios, e muito antes da estabilização do processo de unificação de estados-nação ocidental, a China já controlava um mercado nacional; um governo único e ativo na manutenção da oferta de alimentos e controle de preços; uma linguagem escrita padronizada; um calendário uniforme; um sistema de pesos e medidas definido; um código de conduta dominante, baseado em Confúcio; e os mecanismos próprios para mobilidade social e migração inter-regional. (Cassiolato, 2013; Deng, 2000).

“A história da humanidade é a história da luta de classes” Já dizia Marx e Engels (1848) passado quase dois séculos de história, as preciosas análises historiográficas dos acontecimentos dos séculos XIX e XX, e o debate entre Hobsbawn (1995) e Arrighi (1996) se se tratava de um longo ou breve século, nessa pesquisa é possível perceber que a história da humanidade não só é a história da luta de classes, bem como, a história das crises.

Costa Lima (2018) apresenta uma compreensão sobre as peculiaridades do século XXI e do novo papel da China no sistema político internacional perspicaz e precisa: “O século XXI é o herdeiro dos processos fundamentais que ocorreram no século XX”, sendo dois desses processos de tal importância que não poderiam ser negligenciados em nenhuma análise sobre o atual sistema internacional: a) as transformações técnico-produtivas, com capacidades cada vez mais disruptivas a medida que há maiores saltos tecnológicos de produção - especialmente na atualidade com o advento da “Revolução 4.0”, e b) a vertiginosa ascensão chinesa desde o final da década de 70. (COSTA LIMA, 2018.)

O professor Costa Lima, clarifica de forma precisa a geopolítica no pácífico asiático, e para tanto, transcrevo aqui em linhas diretas, um dos argumentos principais que sustenta a importância da análise sobre o processo de mudança hegemônica no Sudeste Asiático que favorece a China:

*“Há uma modificação geopolítica de deslocamento do poder tradicional, situado no entorno do Atlântico para o continente asiático, processo desencadeado pelo Japão a partir de 1955 até a década de 1970. Os japoneses atingiram um alto padrão de vida, e o país ainda permanece como um motor industrial e financeiro para o Pacific Rim, mas agora à sombra da China. Os tigres como Singapura, Hong Kong, Taiwan e Coreia do*

*Sul também experimentaram um forte crescimento econômico; Mas essa experiência exitosa na Ásia também teve seus momentos de fracasso, quando da crise da moeda e financeira de 1997”.. (COSTA LIMA, 2018).*

A Crise Asiática de 1997 foi tão brutal, que até hoje restam perguntas sem respostas sobre tal fenômeno social. Sharma (2002) ainda apresenta respostas alternativas que explicariam a resiliência da economia chinesa. Wang (1999) aponta que a China precisou assumir as consequências do que se denominou como “*Asian Flu of 1997*”. Costa Lima (2016) que a própria escalada da economia chinesa chegou a ter sido lida como dismanteladora das economias vizinhas.

Não obstante, em 1997 se inaugura um novo tempo para o sudeste asiático: data-se o início de uma política não só de boa-vizinhança como de liderança solidária da China para com seus vizinhos do Sul. Para aplacar a perda do dinamismo das economias da região, a China estabeleceu um de seus primeiros acordos de Livre Comércio com o bloco, estabelecido em 2002, que busca ampliar o comércio e os investimentos em benefício do conjunto, e desde então exerceu uma grande pressão sobre o Japão e a República da Coreia, que tiveram de seguir o exemplo através da intensificação de seu comércio com o Asean, dando início ao “Asean + 3” (Asean + China, Japão e Coreia do Sul), iniciativa que pretende não só aprofundar o processo de regionalismo, bem como limitar as ambições de liderança chinesa. Com a China como um crescente poder regional econômico e político, sua iniciativa com o ASEAN acabou por produzir um novo momento na direção da chamada Nova Era da Integração Econômica na Ásia do Leste. (COSTA LIMA, 2016)

De 1997 para cá, não só no sudeste asiático a ascensão chinesa se caracteriza por uma presença internacional cada vez mais forte através dos investimentos diretos externos, sobretudo em petróleo e mineração, forte participação no comércio mundial, e, mais recentemente nos grandes saltos em inovação tecnológica para diminuir o gap entre as potências que assombram o passado chinês (potências ocidentais e o Japão). Ademais, a questão da segurança, especialmente a doméstica é um setor de extrema importância aos chineses, haja visto, seu histórico de invasões territoriais, não obstante, os quatro princípios que regem a diplomacia chinesa, especialmente com os vizinhos do sudeste asiático, são uma consequência direta do século das humilhações: “*O Guia dos 4 não*”, não a hegemonia, não a intervenção aos assuntos domésticos de outros países, não a alianças e não a transição para uma superpotência, (JUNG-SEUNG, 2012; LANTEIGNE, 2019) são algumas das características fundamentais da política externa que rege a ascensão chinesa até a chegada de Xi Jinping ao poder. Há ainda

uma outra concepção de política interna e externa que rege os princípios chineses: o conceito do Tian Xian, que será devidamente explorado no próximo capítulo.

Por conseguinte, Buzan (2010) e Costa Lima (2016;2018) defendem sobre a possibilidade factível de a China manter sua ascensão pacificamente. Não obstante, a ascensão pacífica chinesa se apresentaria como um caminho astucioso, visto que, entre outros desafios políticos, a China terá que pensar fortemente sobre ela mesma, sobre suas questões internas e sobre a sociedade internacional na qual é hoje um dos maiores players. Estes processos, em meio a uma crise mundial ainda sem sinais de finitude, o que inevitavelmente criará fortes tensões – haja visto, os cada vez mais numerosos conflitos e crises diplomáticas com os EUA em diversos ambientes internacionais de negociação, sendo sua maior expressão, a atualíssima guerra comercial e a própria corrida pela vacina do Novo Coronavírus, e o próprio papel de qual país irá liderar a retomada econômica no mundo pós-pandemia.

De qualquer forma, a China está melhor posicionada que a maioria das grandes potências para se sair bem e não poderá manter uma distância confortável dos problemas hoje enfrentados pelo Ocidente. Querendo ou não, a China será demandada para uma ação internacional capaz de estar à altura de suas atuais condições de uma grande potência. (COSTA LIMA, 2016).

Todos os elementos aqui mencionados, são fatores estruturantes que regem a resposta de nossa pergunta de pesquisa: como se configura o processo de construção de poder hegemônico da China para a sub-região do Sudeste Asiático, em outras linhas; como se dá o processo de mudança política na sub-região do Sudeste Asiático. Mais do que uma hipótese, surge uma questão de investigação crucial, que ainda está longe de ser respondida em sua totalidade: pode a China ascender hegemonicamente no sistema internacional pacificamente? O presente projeto tenta explorar as possíveis respostas para essa investigação. Para tanto, o próximo capítulo visa explorar as atuais contribuições teóricas sobre poder, hegemonia e imperialismo.

## 2 AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS À DESPEITO DA ASCENSÃO CHINESA

**Resumo:** Quais são as principais contribuições teóricas das relações internacionais sobre poder e hegemonia que melhor explicam o processo de desenvolvimento político chinês? O capítulo busca revisar as principais noções de poder, hegemonia e imperialismo relacionadas ao desenvolvimento político da China. Utilizamos como método de pesquisa a revisão bibliográfica dos conceitos norteadores deste trabalho bem como a análise histórica. O capítulo estará dividido em quatro seções, as três primeiras localizam os conceitos de poder e hegemonia em um recorte geográfico e temporal específico: a primeira seção se dedica a investigar as contribuições dos filósofos e teóricos mainstream, a segunda seção investiga os mesmos conceitos sob a lente dos teóricos que fogem ao mainstream das relações internacionais, trazendo visões e perspectivas diferenciadas sob o mesmo problema, na terceira seção, abordaremos esses mesmos conceitos através da óptica dos autores chineses tradicionais e os atuais *policy-makers* chineses. Na quarta seção buscaremos delinear quais as principais categorias de análise sobre e poder e hegemonia são necessárias para compreender a ascensão e estabilização do poder chinês.

**Abstract:** What are the main theoretical contributions of international relations on power and hegemony that best explain the process of Chinese political development? The chapter seeks to review the main notions of power, hegemony and imperialism related to China's political development. We used as a research method the bibliographic review of the guiding concepts of this work as well as the historical analysis. The chapter will be divided into four sections, the first three locate the concepts of power and hegemony in a specific geographical and temporal frame: the first section is dedicated to investigating the contributions of mainstream philosophers and theorists, the second section investigates the same concepts under the lens of theorists who escape the mainstream of international relations, bringing different views and perspectives under the same problem, in the third section, we will approach these same concepts through the perspective of traditional Chinese authors and current Chinese policy-makers. In the fourth section, we will seek to outline what the main categories of analysis on power and hegemony are necessary to understand the rise and stabilization of Chinese power.

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Quais são as principais contribuições teóricas sobre poder e hegemonia que melhor explicam o processo de desenvolvimento político chinês? Para responder tal pergunta faz-se necessária algumas reflexões inicialmente: O que é poder? O que é hegemonia? Nas Relações Internacionais (RI), o consenso mais elementar é de que o poder é a capacidade de controlar ou influenciar as ações de outros estados e/ou grupos (LAMB & ROBERTSON-SNAPE, 2017),

outra definição elementar do termo é de que poder é a influência e controle exercido por uma nação sobre outras, poder tanto é um instrumento como um objetivo buscado por estados que competem entre si política, econômica, social e militarmente (PLANO et al, 1982).

Outro conceito fundamental das Relações Internacionais é o de hegemonia, oriundo das teorias de estabilidade hegemônica, assim como o conceito de poder, as principais escolas que dão maior ênfase a temática são os neorrealistas e a teoria crítica. Existem dois consensos principais: o primeiro, é frequentemente, mas não exclusivamente, encontrado no realismo, e considera que a hegemonia ocorre quando um estado, conhecido como hegemom, domina o sistema internacional. Tal domínio é alcançado por meio do poder militar e econômico. A hegemonia poderia teoricamente ser regional ou global. (LAMB & ROBERTSON-SNAPE, 2017). Já o segundo uso mais frequente é desenvolvido pela teoria crítica, e inspirado pelas ideias gramscianas, onde a manifestação da hegemonia se dá quando as idéias de grupos e classes socialmente dominantes permeiam o pensamento e a cultura a tal ponto que são capazes de obter aceitação subconsciente entre outros grupos subordinados de sua ideologia, normas e valores. Os grupos hegemônicos ganham, assim, legitimidade, que é percebida através do seu domínio no sistema internacional.

Para tanto, este capítulo exploraremos as principais contribuições conceituais da temática, iniciando a próxima seção com o debate entre os filósofos da teoria política moderna: Maquiavel, Hobbes e Rousseau, muitas vezes creditados como os fundadores da Ciência Política Moderna Ocidental, e depois seguimos discutindo sobre as contribuições realistas e neo-realistas.

## 2.2 PODER E HEGEMONIA: UMA REVISÃO TEÓRICA-CONCEITUAL OCIDENTAL

### 2.2.1 Poder e hegemonia para os contratualistas

Nicolau Maquiavel se torna importante para a história ocidental da Ciência Política, e consequentemente, das Relações Internacionais por ser um dos primeiros autores durante o Renascimento a romper com as noções de ética e moral cristã na política e de romper com a noção de direito divino dos monarcas, em sua obra, O Príncipe, dedica-se a aconselhar pretendos governantes sobre a racionalidade e eficiência política. A máxima maquiavélica de que “os fins justificam os meios” (MAQUIAVEL, 2010) representa a ideia principal do autor de que os governantes devem buscar o poder pelo poder, o que os diferencia das elites que buscam poder

para alcançar objetivos individuais. Na época, o autor introduz uma visão diferenciada sobre teoria política que influenciou regimes, filósofos e políticos até os dias atuais, por isso, faz-se necessário um detalhamento sobre suas ideias norteadoras.

Para Maquiavel, a tendência do homem para a vida em sociedade é para a divisão e a desunião, o que deriva para uma tensão social marcada pelo conflito de desejos entre dois grupos sociais distintos, o povo, que deseja não ser oprimido pelos grandes, e os grandes que, inversamente, desejam oprimir e dominar o povo. (MAQUIAVEL, 2010; WINTER, 2006; AMES, 2002). Para Maquiavel, o governante deve manter seu apoio ou da elite, de acordo com a oportunidade mais favorável ao momento, afirma também que o papel do governante é de manter a ordem entre os dois grupos: povo e elite que geram tensão social, logo, a política é marcada justamente pela constante disputa pelo poder. Nesse caso, o poder, para Maquiavel, exercido pelos governantes está diretamente relacionado ao objetivo de se conquistar e de se manter no poder, apoiado, preferencialmente pelo povo. Aqui Maquiavel inaugura dois sentidos para poder: enquanto instrumento de coerção do Estado e enquanto objetivo final do "Príncipe".

Se no "Príncipe" a questão fundamental é a preservação do poder, em "Leviatã" a questão fundamental trata-se da conservação do homem perante o poder. Se Nicolau Maquiavel não definiu um regime específico para um governante, Hobbes é árduo defensor do absolutismo e do poder totalitário. Hobbes também rompe com a ideia clássica e a moral cristã ao argumentar que o homem é inapto ao convívio social, para ele, "o homem é o lobo do próprio homem" (HOBBS, 2019) no sentido de que o homem teria por instinto o impulso de usurpar o que é do outro, colocando-se acima dos demais e tendo como prioridade máxima o bem estar individual ao invés do coletivo, sendo capaz de quaisquer atitudes para alcançar seus objetivos, surge daí a necessidade de um monarca absoluto e poderoso, capaz de controlar seus súditos e exercer o poder comum. Logo, a única forma de instituir este poder comum, que seja capaz de manter os homens em segurança, é que todos conferiram a sua força e poder a um homem (ou a uma assembleia de homens), que possa reduzir todas as suas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade, que dará estabilidade ao corpo social. (HOBBS, 2019; DA CONCEIÇÃO, 2017).

O poder político hobbesiano é uma relação de **comando-obediência**, pois a legitimidade é oriunda dos súditos e o comando é exercido pelo monarca, logo, soberano é o Estado simultaneamente, e aquele que possui os poderes necessários para proteger a vida social contra a violência. O poder do soberano de comandar é ilimitado, pois é a própria figura estatal, enquanto

o poder dos súditos de obedecer é limitado, haja vista a sua mortalidade. (HOBBS, 2019; DA CONCEIÇÃO, 2017; WEFFORT, 1989).

Outra contribuição importante para o conceito de poder de Hobbes é a dissociação que o autor faz entre o estado de natureza e o estado social ( após a assembléia de homens), sendo a o estado de natureza o momento de crise social, o autor argumenta que as ações tomadas durante este estado não podem ser consideradas justas ou injustas, não há bem e mal, nem justiça e injustiça, nem muito menos o ‘meu’ e o ‘teu’, pois se trata de guerra de todos os homens contra todos os homens, antecedentes ao pacto social. Absolvendo assim as responsabilidades políticas durante a crise social. (HOBBS, 2019; DA CONCEIÇÃO, 2017; SANTOS, 2017).

Jean-Jacques Rousseau é o último filósofo do bloco dos contratualista que pensam a artificialidade do poder político na sociedade, no entanto, sua contribuição é extremamente original: ele foi um dos primeiros de sua época a pensar sobre a natureza humana benigna, e por sua vez, a sociedade como instrumento que corrompe a ética humana. Também é o autor que notadamente irá influenciar o movimento do idealismo e a escola marxista das Relações Internacionais.

Rousseau argumentava que todos os homens nasciam livres e iguais, mas que para garantir a segurança e o bem-estar da vida em sociedade fazia-se necessário um contrato social entre estes homens livres e iguais, onde prevalece a soberania da sociedade, a soberania política da vontade coletiva (ROUSSEAU, 2006). Rousseau rompe com a ideia de poder paternalista amplamente defendida pelos dois autores anteriores, justamente por isso, a palavra “poder” é vista com menor frequência. No entanto, é possível inferir que a fonte de poder na sociedade proposta por Rousseau é justamente a liberdade humana. Para o autor, a garantia da segurança e do bem-estar geral de uma sociedade livre se dá pelo estabelecimento de laços morais entre as partes, assim, gerando a vontade coletiva (ROUSSEAU, 2013; ROSA, 2014).

É importante ressaltar que para Rousseau, a vontade coletiva difere da soma das vontades individuais. A vontade coletiva é formada por um corpo político, assim ele compreende que encontrar a vontade coletiva não é uma tarefa fácil para este Estado, tendo em vista que o corpo político é formado por indivíduos com vontades coletivas. No entanto, o autor é um dos primeiros a perceber a necessidade de colocar o Estado como instituição gestora de conflitos e interesses atendendo ao bem-estar da sociedade. Fundamentalmente, em Rousseau, a ideia de poder político se dá através destes pilares.

No que diz respeito ao conceito de hegemonia, vale ressaltar que o significado literal de hegemonia no dicionário é: autoridade soberana; liderança, predominância ou superioridade. Não obstante, as consequências do poder político na obra de Maquiavel são hegemônicas, embora à época o autor não utilizou o termo. Mas, ao observar a política como a disputa pelo poder, e o objetivo final dos governantes como a manutenção do poder, grande parte de “O Príncipe” se dedica a observar as formas de controle e estabilidade política.

Maquiavel argumenta que não basta apenas poder - força - para governar. Para manter o domínio e o respeito dos governados é preciso que o governante possua *virtù*. Para Maquiavel, o sucesso de um governante está atrelado à posse da *virtù*, que nada mais é do que a capacidade de manter sua conquista. Para isso, faz-se necessário controlar seus rivais, e a aleatoriedades da sorte. Assim, um governante com *virtù* deve atrair, para si, a fama, a honra e a glória e, ao povo, a segurança. Pois ao povo importa a estabilidade política, independentemente dos meios que ele utilize. (MAQUIAVEL, 2010; WINTER, 2006; WEFFORT, 1989). Assim, é possível concluir que para Maquiavel, fundamentalmente, a *virtù* é o atributo do governante útil que o ajudaria a manter a estabilidade política, sendo esta por sua vez, dependente do controle social, especialmente entre o controle social entre a elite e o povo.

Thomas Hobbes, por outro lado, pensa sobre a estabilidade política através dos efeitos da soberania. Para Hobbes, a soberania deve ser una, indivisível e atributo exclusivo do monarca. Os dois aspectos mais fundamentais da soberania hobbesiana são: o controle da violência, da legalidade, da segurança em conjunto com a legitimação da propriedade privada. (HOBBS, 2019). Estes dois atributos da soberania passam a ser regulamentados pelo Estado, pelas leis do Estado, resultando em uma relação jurídica da legitimação do próprio poder estatal, uma emanção do poder soberano, da vontade do Estado. E, no que se refere à justiça, é o Estado que possui o direito de ouvir e julgar o que diz respeito às leis e aos fatos, visto que possui o monopólio da justiça. (HOBBS, 2019; DA CONCEIÇÃO, 2017).

No entanto, há uma questão controversa quando se observa as ideias de poder e soberania hobbesianos: haja visto que o próprio sistema internacional é influenciado pelas ideias de Hobbes de um estado de natureza anárquico, cada Estado é soberano em si, e a disputa entre os Estados, se dá pela disputa por maior hegemonia sobre outrem, sendo assim a capacidade de projetar legalidade e controle sobre a propriedade o balizador da disputa política.

A hegemonia em Rousseau pode ser entendida como a soberania do povo, a soberania da vontade coletiva e do bem-estar geral. Logo, embrionariamente é uma soberania ligada à

capacidade de construção de consenso entre os homens e suas liberdades individuais. Rousseau fundamenta a hegemonia do corpo político enquanto legislador de uma sociedade, embora, ainda respeitando as liberdades individuais. É original ao perceber a possibilidade de mecanismos de controle de uma sociedade menos coercitivos, e mais embasados na moralidade da coletividade.

## **2.2.2 Poder e hegemonia para os neorrealistas**

Hans Morgenthau é um dos primeiros autores contemporâneos a inaugurar o pensamento realista nas Relações Internacionais. Sendo o realismo uma linha amplamente aceita pela disciplina, trazemos aqui as ideias dos autores que mais se destacaram pelas suas contribuições: nesta seção discutiremos as ideias de Morgenthau, Kenneth Waltz e Robert Gilpin.

Morgenthau define poder como a capacidade de alguém controlar as ações e as mentes de outro homem, porém também introduz uma noção relativa ao conceito, visto que defende que ninguém exerce o poder no vácuo político, mas sempre em relação à outra entidade. Morgenthau compreende o poder como uma relação psicológica entre dois lados: do lado ativo, está aquele que o exerce o poder e, do lado passivo, aquele sobre quem o poder é exercido. O autor compreende que a sobrevivência é o objetivo principal do Estado, sendo a política governada por leis criadas pela própria natureza humana, com o intuito de ordenar o convívio em sociedade. Interesse é o mecanismo que compreende a política internacional, e esses interesses são definidos justamente pela capacidade de poder de cada Estado. Morgenthau justifica a busca incessante do poder dos Estados como consequência da necessidade humana de poder, como a liberdade de exercer autoridade, soberania, domínio, influência ou força. (MORGENTHAU, 2003; ALVES, 2011).

Morgenthau também se propõe a pensar a paz mundial como consequência da ação do poder. Para ele, a paz mundial somente seria possível por meio do equilíbrio de poder. Aqui, o sentido político de poder é definido como as mútuas relações de controle, estabelecidas entre os titulares da autoridade pública e as pessoas em geral. Morgenthau também elabora sobre os meios de emanar poder: o poder poderia ser exercido por meio de ordens, ameaças, autoridades ou carisma de um homem, de uma equipe ou pela combinação desses fatores. (MORGENTHAU, 2003; LIMA, 2018).

Ainda segundo ele, na arena internacional, o exercício deste poder torna-se fundamental para entender a força política de uma nação. Para o autor, o poder assume alguns aspectos: o poder utilizável e não utilizável; sendo utilizável aquele que pode ser exercido com uso das forças militares em uma guerra, e o não utilizável é representado pela impossibilidade da

utilização (por exemplo: as armas nucleares); o poder legítimo e poder ilegítimo, sendo legítimo moralmente justificável, dentro de um contexto de “guerra justa”; já o poder ilegítimo é aquele que não encontra respaldo na moralidade ou legalidade, sendo os exemplos utilizados pelo autor a ação de guerrilha, governos não reconhecidos internacionalmente ou guerras desencadeadas por uma política expansionista de um Estado. (MORGENTHAU, 2003; ALVES, 2011; LIMA, 2018).

Kenneth Waltz é um dos primeiros autores do século XX a propor uma abordagem realista das Relações Internacionais embasada na Teoria Sistêmica do Mundo, assim sendo um dos primeiros a inaugurar o *neorrealismo*. Esta escola propõe uma abordagem que busque compreender o princípio causal responsável pelas regularidades da política internacional, defendendo que esse princípio deve ser buscado dentro da própria estrutura da política. Para Waltz, a busca dos estados pelo poder é motivada pela estrutura do sistema internacional, e não devido à natureza humana, discordando abertamente das ideias de Morgenthau, Hobbes e outros.

Waltz não concebe o poder como um conceito duplo de fim em si mesmo e instrumento estatal. O poder para Waltz é apenas um instrumento que pode ser útil às estratégias dos estados para maximizar as condições da sua segurança. E, os estados na concepção de Waltz são todas entidades funcionalmente equivalentes, que se diferenciam pelo seu poder relativo. Para o autor, o que importa é a distribuição do poder no sistema internacional, que pode ser bipolar ou multipolar. Para ele é essa distribuição de poder que determina o quadro das estratégias e das alianças possíveis ao estado, bem como as condições de paz e estabilidade do sistema internacional. (WALTZ, 2002; GASPAR, 2013; DAS GRAÇAS CORRÊA, 2016).

Vale ressaltar que Waltz entende como objetivo fim de um estado a sua segurança e sobrevivência. O autor também introduz a teoria da balança do poder, onde o futuro de cada Estado depende de como ele reage às ações dos outros Estados, para o autor, quanto maior é a participação do Estado na distribuição das capacidades no sistema internacional menores serão as possibilidades de ele ser constrangido, o autor ressalta que a possibilidade de explosão de conflitos armados leva à exploração de novas técnicas de instrumentos das forças Estatais, por isso, Waltz defende que a distribuição assimétrica entre os Estados é a fonte de segurança no sistema internacional, favorecendo uma situação de equilíbrio de poder. (WALTZ, 2002; DAS GRAÇAS CORRÊA, 2016).

No que tange ao conceito de hegemonia para os neorrealistas, Morgenthau aborda a questão sobre a hegemonia em “A política entre as nações” quando faz análise sobre a política exterior de um Estado e sobre a questão da paz mundial. Para o autor, a continuidade da política exterior por um estado seria uma necessidade primordial, por entender que a paz entre

nações só existe em certas condições, para ele, as nações seriam recorriam a paz sob determinadas condições, e a beligerância sobre outras.

Sobre a política externa de um estado, o autor entende que ela pode ser: 1. política de defesa do *status quo*, cujo objetivo é conservar o poder e evitar as mudanças no sistema internacional que alteram sua posição no sistema; 2. política do imperialismo é orientada para a aquisição de mais poder mediante a alteração da estrutura vigente; e 3. a política de prestígio que baseia-se em mecanismos de ostentação e ritualismo como forma de manter ou aumentar o poder do Estado, via diplomacia, como complemento de outras políticas. (MORGENTHAU, 2003; ALVES, 2011; BERRINGER, 2017; LIMA, 2018).

A somatória destes três tipos de política daria origem a uma das principais contribuições do autor: a ideia do balanço de poder, para Morgenthau, quando os países, que por definição são iguais em princípio, tentam manter ou derrubar o *status quo*, necessariamente entram em um balanço de poder. O balanço de poder seria garantido ou pela diminuição do poder de uma das partes ou pelo aumento do poder da parte mais fraca. Morgenthau defende que no atual sistema internacional, a segurança somente pode ser alcançada por meio de políticas que persigam o equilíbrio de poder. (MORGENTHAU, 2003; ALVES, 2011; BERRINGER, 2017; LIMA, 2018).

Waltz considera que o objetivo hegemônico dos estados pode variar, o autor considera que há aqueles que podem nutrir o objetivo de conquistar o mundo, enquanto outros apenas desejam serem deixados em paz. No entanto, a sobrevivência é um pré-requisito para alcançar qualquer objetivo que os estados possam ter. Para isso, a distribuição das capacidades e recursos entre as unidades do sistema é um nível de análise importante para observar a atuação de um Estado. (WALTZ, 2002; GASPAR, 2013; DAS GRAÇAS CORRÊA, 2016)

Para Waltz existem apenas dois tipos de distribuição das capacidades: a bipolar e a multipolar. Waltz argumenta que a bipolaridade é mais estável por, além de permitir uma maior organização entre os Estados, só permite a existência de um inimigo e é mais estável na manutenção da paz, por dificultar o jogo duplo e alianças não declaradas entre os Estados, tornando o sistema internacional mais transparente. Já num sistema multipolar, por o ambiente anárquico ser menos previsível e mais instável, é mais difícil para os Estados definirem claramente aqueles que são aliados ou não. (WALTZ, 2002; GASPAR, 2013; DAS GRAÇAS CORRÊA, 2016).

Robert Gilpin é o último dos autores neorrealistas responsáveis por pensar sobre os aspectos da hegemonia. Na verdade, Gilpin é responsável quase que exclusivamente por desenvolver uma Teoria de Estabilidade Hegemônica sob a ótica do realismo neoclássico. Em sua abordagem, o autor apresenta hegemonia, império, poder e Estado dominante como sinônimos. Gilpin defende que a história demonstra que a guerra tem sido inevitável para solucionar tensões geradas pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional.

Hegemonia é consequência inevitável da vitória de pelo menos um Estado ou grupo. A guerra hegemônica é caracterizada pela contestação direta entre poder dominante e Estados revisionistas, pelas mudanças na natureza e na governança do sistema, e pelos e meios de violência quase ilimitados. Atribui também às grandes transformações na história mundial às guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o reordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor (GILPIN, 1981; GARCIA, 2010; VILLA, 2018).

Gilpin compartilha da visão de que, enquanto for possível a expansão territorial e de recursos, a lei do desenvolvimento desigual pode operar sem alterar a estabilidade do sistema como um todo. No entanto, quando seus limites são alcançados, o sistema entra em crise, o que leva a uma intensificação do conflito e ao colapso final de um sistema (GILPIN, 1981; GARCIA, 2010; VILLA, 2018).

O autor defende também a ideia de que concessões aos grupos menores da sociedade para assegurar o *status quo* pode demonstrar um sinal de enfraquecimento do hegemôn, gerando um ciclo vicioso de demandas por mais concessões, assim sua visão de hegemonia neste ponto se assemelha um pouco mais a ideia defendida por Morgenthau. Por fim, Gilpin aponta que a paz se equivale a uma estabilidade hegemônica, já que ela é vigiada por um poder maior, que coordena a política mundial a partir da sua visão de mundo. O autor finaliza sua contribuição apontando que regimes econômicos internacionais fortes dependem de um poder hegemônico, ao passo que a fragmentação do poder entre países em competição leva à fragmentação do regime, logo, a concentração de poder significa estabilidade. (GILPIN, 1981; GARCIA, 2010; VILLA, 2018).

Robert Gilpin (1981) apresenta uma concepção de transição hegemônica baseada na noção de que o propósito ou função social do sistema internacional, é definido em termos dos benefícios que os seus vários membros derivam de seu funcionamento. Portanto, Gilpin argumenta que um sistema internacional é estabelecido pela mesma razão que qualquer sistema social ou político é criado: os atores entram em relações sociais e criam suas estruturas a fim de

promover seus conjuntos específicos de interesses políticos, econômicos, sociais e/ou militares. Como os interesses de alguns dos atores podem entrar em conflito com os de outros atores, os interesses particulares mais favorecidos por esses arranjos sociais tendem a refletir os poderes relativos dos atores envolvidos. Ou seja, embora os sistemas sociais imponham restrições ao comportamento de todos os atores, os comportamentos recompensados e punidos pelo sistema coincidirão, pelo menos inicialmente, com os interesses dos membros mais poderosos do sistema social. Com o tempo, entretanto, os interesses dos atores individuais e o equilíbrio de poder entre os atores mudam como resultado de desenvolvimentos econômicos, tecnológicos, sociais e afins. Como consequência, os atores que mais se beneficiam de uma mudança no sistema social e que ganham o poder de efetuar tal mudança, irão procurar alterar o sistema de forma a favorecer seus interesses. O sistema alterado resultante refletirá a nova distribuição de poder e os interesses de seus novos membros dominantes. (GILPIN, 1981).

Assim, a teoria de transição e estabilidade hegemônica de Gilpin se baseia na crença de que a pré-condição para a mudança política reside na disjunção entre o sistema social existente e a redistribuição de poder em direção aos atores que mais irão se beneficiar com uma mudança no sistema internacional atual. Abaixo, sistematizamos o que chamaremos a partir de então como “As 5 Suposições Gerais de Gilpin” sobre transição hegemônica.

Figura 1 - *Infográfico com as cinco suposições gerais de Gilpin.*



Gilpin (1981), argumenta que a história demonstra que a guerra tem sido inevitável para solucionar tensões geradas pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional, e consequentemente, **hegemonia é consequência inevitável da vitória de pelo menos um Estado ou grupo contra um bloco de estados revisionistas**. Robert Gilpin nos introduz a três categorias de análise fundamentais para avaliar a mudança hegemônica, o autor argumenta que, havendo mudanças estruturais nesses três setores no nível internacional, consequentemente, a ordem estabelecida já não é mais a mesma, e, a transição hegemônica é quase que inevitável. São três os fatores ambientais que influenciam a transição: mudanças nas estruturas de transporte e comunicação; de técnicas militares e de tecnologia e fatores econômicos.

No que diz respeito às mudanças nas estruturas de transporte e comunicação, o autor disserta:

“A consequência mais importante da inovação em transporte é seu efeito sobre o que Kenneth Boulding chamou de gradiente de perda de força, ou seja, "o grau em que o poder militar e político [de um estado] diminui à medida que nos afastamos de uma unidade de distância de seu homebase ". As melhorias tecnológicas no transporte podem aumentar muito a distância e a área sobre as quais um estado pode exercer poder militar efetivo e influência política. As inovações tecnológicas mais importantes, em termos de seus efeitos sobre o poder militar, foram o cavalo puro-sangue, o navio à vela, a ferrovia, o navio a vapor e o motor de combustão interna.” (Gilpin, 1981).

O autor confirma que a capacidade de um centro político de irradiar sua influência é afetada significativamente pelo custo de transporte. E relembra que a ascensão de grandes impérios no passado, como e as eras de unificação política são facilmente associadas a grandes reduções nos custos de transporte.

Um bom exemplo do efeito do gradiente de perda de força, é o exemplo histórico do Império Mongol e sua Invasão à China. O Império Mongol, sob a liderança de Gengis Khan a partir de 1206, e posteriormente sob a liderança de seus descendentes, chegou a abranger desde a fronteira oeste da Alemanha até a Península Coreana, e desde o Oceano Ártico até a Turquia e o Golfo Pérsico. Após a unificação da Mongólia, o primeiro alvo de Gengis Khan foi a China. Munido de um exército hábil, organizado e disciplinado, atravessou a Grande Muralha e rendeu Pequim em 1215. Entre 1221 e 1225, em incessantes campanhas, os mongóis avançaram sobre os estados muçulmanos e se tornaram donos de um império que se estendia até o Golfo Pérsico. Mesmo depois da morte do líder, em 1227, as conquistas prosseguiram com seus sucessores, que continuaram expandindo o território pela Ásia muçulmana e pela Europa cristã. Os principados russos foram aniquilados em 1238 e a cidade de Kiev foi rendida em 1240. No mesmo ano, houve ataques à Polônia e à Hungria. As tropas também derrubaram Bagdá, em 1258. Até o final do século 13, os avanços prosseguiram principalmente pela China e pelo sudeste asiático. Mas, apesar de tantas e rápidas conquistas, o império não conseguiu manter uma unidade e acabou dividido em reinos e chegando ao fim em 1368, com a expulsão dos da dinastia de Gengis Khan da China.

O episódio acima, reflete o efeito do gradiente de perda de força, tão importante à Gilpin, que reflete que: “*as melhorias no transporte e nas comunicações encorajam a expansão militar e a unificação política*”, ao mesmo tempo, um espectro territorial de muito grande gera altos custos de manutenção do status-quo potenciais para a queda desta potência. Na atualidade, o

autor pondera que inovações tecnológicas em transporte e comunicação influenciam os padrões das atividades econômicas mundiais, tais quais, a localização da produção, a organização dos mercados e os padrões de fluxo de comércio. As revoluções da produção do fim do século XX, bem como as vigentes, facilitam a criação e manutenção de uma economia mundial altamente interdependente, e tal economia mundial, por sua vez, exerce um impacto profundo no processo de mudança política internacional. (Gilpin, 1981).

No que compete às mudanças ambientais no setor militar, o autor expõe:

*“Um fator importante da inovação militar é seu impacto na relação entre o ataque e a defesa. Inovações militares que tendem a favorecer o ataque sobre a defesa estimulam a expansão territorial e a consolidação política dos sistemas internacionais por impérios ou grandes potências. Alternativamente, inovações em fortificações e armaduras pesadas que têm favorecido a defesa sobre o ataque tendem a inibir a conquista e preservar o status quo territorial. As alternâncias entre superioridade ofensiva e superioridade defensiva constituem um tema prevalente na história e análise militar.”* (Gilpin, 1981).

O autor ainda complementa que uma inovação militar pode levar a encorajar economias de escala à formação de entidades políticas maiores; isto é, o custo unitário de produção de poder militar diminui com o aumento da escala. **Como consequência, entidades políticas maiores e forças militares maiores podem se tornar mais eficientes em termos de custos do que entidades e forças menores, e essa eficiência relativa pode então fornecer um incentivo para entidades políticas maiores deslocarem as menores,** afirma Gilpin. Para tanto, as inovações militares que introduzem economias de escala tendem a produzir uma mudança de sistema, em vez de simplesmente uma mudança sistêmica. (Gilpin, 1981).

O terceiro fator ambiental que favorece a mudança são os **fatores econômicos**. Robert Gilpin relembra que é o sistema econômico, com sua estrutura de técnica e organização da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, que dita a lucratividade de mudar um sistema internacional, e portanto, o fator mais importante. Nesse aspecto, o autor converge com ênfase marxista de que são os meios de produção e as mudanças nos meios de produção os determinantes particularmente importantes do comportamento político. (Gilpin, 1981). E portanto, a próxima seção deste capítulo é destinada à contribuição marxista e não mainstream. Antes de encerrar este parágrafo, no entanto, faz-se necessário lembrar que há uma interação mútua e recíproca entre o sistema político e o sistema econômico, seja no âmbito doméstico, como no internacional. A dialética entre economia e política é uma característica de suma importância do processo de mudança política internacional. Desejo de ganho econômico é um motivo suficientemente forte para buscar mudar o sistema internacional e a redistribuição de

poder na estrutura da sociedade internacional, ao mesmo tempo que a própria distribuição de poder, repousa sobre uma preponderância e eficiência econômica, assim, nas palavras do autor: “*luta pelo poder e o desejo de ganho econômico estão em última instância e inextricavelmente unidos*” (GILPIN, 1981;2002).

### 2.3 PODER E HEGEMONIA: UMA REVISÃO TEÓRICA-CONCEITUAL NÃO-MAINSTREAM

“Let us start with the very difficult concept of power(...). I prefer to stick with a larger, more all-inclusive, definition of power. Power is simply the ability of a person or group of persons to affect outcomes in which their preferences take precedence over the preference of others.” (Strange, 1996, p.17)

#### 2.3.1 O poder relacional sob a óptica de Susan Strange

É imprescindível trazer as importantíssimas contribuições de Susan Strange sobre o tema de mudança hegemônica, embora a autora não verse especificamente sobre hegemonia, Strange contribui em muito sobre o debate dos limites do poder estatal e do poder das finanças, trazendo ao debate, a concepção do poder estrutural que rege o sistema internacional como todo.

Strange foi uma das autoras que mais contribuiu para a formação da Economia Política Internacional como subárea das Relações Internacionais e da Ciência Política. A originalidade do pensamento de Strange se dá quando a autora associa os aspectos do poder político ao poder financeiro, a influência dos mercados e sistemas financeiros à estrutura que rege as relações entre os Estados. Para Strange o desafio da compreensão do poder econômico nas relações internacionais seria a intersecção de ambos os objetos nas análises.

Strange é a primeira autora a criticar as visão de poder na ciência política de poder relacional, ou seja, poder como aquilo que o lado ativo exerce sobre o lado passivo. Vale salientar que este conceito de poder relacional não foi contestado por nenhum autor até então citado no presente capítulo. Strange não nega a existência e/ou importância do poder relacional, mais que isso, a autora admite o caráter assimétrico do poder relacional no resultado dos objetivos. (STRANGE, 1998; 2015; STORY, 2001; DE ANDRADE ALENCAR, 2018)

A autora também crítica a verborragia dos teóricos da ciência política, no que ela considera como uma discussão semântica sobre se poder deve ser diferenciado entre autoridade ou influência política, se poder só significa coerção e violência ou se as artes sutis de persuasão diplomática também devem ser consideradas. Em minhas palavras: “*hard power or soft power doesn't matter, what only matters is structural power.*”(ou em bom português: poder duro ou

poder suave não importam, o que importa é o poder estrutural). Para a autora, no que diz respeito a observar, analisar e entender mudanças na economia mundial, **poder é simplesmente a capacidade de uma pessoa ou grupo de pessoas de afetar os resultados de forma que suas preferências tenham precedência sobre a preferência dos outros grupos** (Strange, 1996).

Strange aponta para importância de um considerável conjunto de atores e variáveis que interferem na relação objetivo e resultado, fazendo com que essa relação nem sempre seja direta, a vontade estatal, as formas de negociação, os instrumentos são algumas das variáveis que interferem no alcance dos objetivos. Strange defendia que não bastava compreender o poder nas suas relações bilaterais, na forma como outros Estados e agentes estariam se relacionando, para ela, era preciso entender como se formavam as relações de poder nas quais terceiros intervêm em relações bilaterais de todos agentes de um sistema. Em outras palavras: investigar como se forma o poder de decidir como as coisas são feitas? (STRANGE, 1998; 2015; STORY, 2001; DE ANDRADE ALENCAR, 2018)

É então que surge a ideia de poder estrutural de Strange: **que é o poder de determinar as estruturas da economia política global** dentro da qual os demais Estados, suas instituições, suas empresas e até seus cientistas e profissionais deverão operar, sendo as estruturas divididas em quatro categorias: financeira, produtiva, de segurança e de conhecimento. A característica fundamental do poder estrutural é a capacidade que seu possuidor tem de alterar a gama de escolhas disponíveis aos demais agentes que operam na estrutura. O poder estrutural age de forma pouco visível porque facilita uma determinada gama de escolhas e possibilidades ao mesmo tempo em que impõe determinados custos e riscos a determinadas decisões. Ainda assim, mesmo que a força seja um componente importante dessas relações, ela não é o único atuante e nem sempre o meio de intervenção mais eficaz no processo de tomada de decisões. As ideias e a riqueza também são meios importantes de poder. (STRANGE, 2015).

### 2.3.2 Poder e hegemonia no sistema-mundo

Wallerstein (1974;1996; 2003; 2011) desenvolve a TSM (Teoria do Sistema-Mundo) numa volumosa epopéia de quatro volumes, onde o autor elabora que o componente central da estrutura internacional da TSM é resultado da divisão do mundo em três castas hierárquicas de países: centro, periferia e semiperiferia. A seguir, está sistematizado, os aspectos definidores dessas castas, com grifos vermelhos-claro sobre atual estágio do estado chinês em cada nível:

*Quadro 1 - Aspectos Definidores da TSM*

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
<b>Centro</b>	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras.	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
<b>Semi-periferia</b>	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
<b>Periferia</b>	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: Wallerstein (1974;1996; 2003; 2011). Sistematização: Martins, 2015. Nossos grifos sobre a localização do Estado Chinês em cada nível.

No que diz respeito, ao aspecto econômico, embora a força da economia chinesa seja grande, a mesma foi inicialmente baseada em produtos de baixo valor, sem o domínio de patentes tecnológicas, a China se firmou como produtora de tecnologia, mas não criadora, até o momento. A década de 2010 significou maiores volumes de investimento em Pesquisa & Desenvolvimento, Inovação Tecnológica e representou um salto tecnológico para a China. Como mostram os dados do Índice de Inovação Global (2013-2020):

Quadro 2 -.Evolução do Salto Tecnológico Chinês, 2013-2020, em perspectiva com o desempenho norte-americano.

Posição Geral no Ranking do Índice de Inovação Global								
País/Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
China	35°	29°	29°	25°	22°	17°	14°	14°
EUA	5°	6°	5°	4°	4°	6°	3°	3°

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Relatórios do Índice de Inovação Global, 2013-2020

No que diz respeito ao aspecto cultural, embora o povo chinês projete uma auto-imagem de confiança e orgulho político, suas influências não são capazes de se equiparar a forma como os Estados Unidos conseguem projetar e exportar seu ideal de “american way of life” para outras fronteiras. E finalmente, analisar o estágio de transição do aspecto político cabe a interpretação: depende da interpretação do analista social sobre o que de fato significa: “ampliar seu domínio para além de suas fronteiras”. Trata-se de domínio militar ou econômico? Se militar, ainda é pouco provável que a crise norte-americana tenha tornado possível que China e EUA estejam equiparados em poder militar. Mas, no que diz respeito ao domínio econômico, sim, a crise financeira norte-americana representou mudanças magníficas na estrutura financeira do mercado mundial. Ademais, os entendimentos de domínio político, e como a China pensa sua política externa são completamente diferentes da base dos policy-makers dos norte-americanos, na altura da Segunda Guerra Mundial. Note-se, especialmente o conceito filosófico chinês do Tian Xian, que será devidamente abordado na seção 1.3 (A China pelos Chineses).

Como ressalta Montenegro (2015) dissertar apenas em sobre “a crise” norte-americana chega a soar como algo vazio, Arrighi e Wallerstein não discutem mais se a crise existe ou não, mas sim quais serão os rumos das relações internacionais quando ela passar. Para tanto, o objetivo central da contribuição da Teoria Sistema-mundo é realizar uma análise crítica das conflituosas relações centro-periferia criadas pela expansão mundial do capitalismo. Como bem aponta Amadeo & Rojas (2011), há dentro desta escola de pensamento duas teses conflitantes. A primeira, defendida por Immanuel Wallerstein e Samir Amin, é a compreensão de que o sistema-mundo atual é um efeito específico do processo de acumulação e reprodução ampliada capitalista, e, portanto está unido ao processo específico da expansão colonial, assim, sustentando a tese de que o capitalismo representa uma ruptura radical com qualquer outro sistema aproximadamente “mundial” anterior, mas também significa que o processo de globalização é uma continuidade sob novas formas desse processo colonial.. Ainda sustentando, a tese mais radical, Arrighi e Wallerstein convergem no entendimento de que a atual crise do

poder americano é também uma crise terminal e, inexoravelmente, haverá uma queda do hegemon. (Montenegro; 2015). E, enquanto Arrighi entende que haverá apenas uma troca deste país hegemônico, Wallerstein afirma que a atual crise marcará o fim do Moderno Sistema-Mundo como nós o conhecemos. (Montenegro; 2015). Por outro lado, a tese sustentada por André Gunder Frank e Gilles, de acordo com Amadeo & Rojas, é de que não existe ruptura e o sistema mundo capitalista é meramente o último momento do longo processo de conformação de um sistema mundial que tem expandido seus limites geográficos, mas sem modificar a sua essência. A preferência literária desta pesquisa, tende a convergir com àquela sustentada por Wallerstein e Arrighi, compreendendo o sistema internacional atual, como um mundo-sistêmico, fruto dos ciclos de acumulação de capital anteriores. No entanto, a saber, se é posição de Arrighi ou de Wallerstein que estão corretas sobre o declínio do poder norte-americano e mudança hegemônica, é uma das tarefas desta pesquisa. É a resposta da pergunta levantada na introdução deste trabalho (“*Pode a China ascender hegemonicamente no sistema internacional pacificamente?*”) que dirá qual dos autores sustenta a resposta correta.

Uma queda de hegemon, como sustenta Arrighi, conseqüentemente, significaria um conflito, que ressona com o que nos diz o Gilpin: **hegemonia é consequência inevitável da vitória de um Estado contra um bloco de estados revisionistas**. Já o colapso do Sistema-Mundo como sustenta Wallerstein, não necessariamente significaria conflito, o colapso, ressona com a conceituação de Strange sobre as estruturas do mercado, que poderiam colapsar por n fatores, e o mais importante seria pelo atual recuo estatal do mercado internacional, após um colapso, aquele ator que emana o poder estrutural, **que é o poder de determinar as estruturas da economia política global**, poderia exercer nesta nova estrutura, a influência que exerce hoje os Estados Unidos no Sistema-Mundo.

A seguir, tratarei da contribuição neo-gramsciana sobre o debate.

### 2.3.2 Poder e hegemonia sob a óptica do neogramscismo

Dos autores das escolas marxistas e da teoria crítica, Antonio Gramsci talvez seja um dos mais procurados e debatidos, a originalidade de Gramsci se dá ao ressignificar algumas das ideias de Karl Marx e Lênin, ao mesmo tempo que desenvolve suas ideias da sociedade moderna de forma atual. Gramsci é um analista que se baseia na totalidade estrutural da sociedade, suas noções sobre poder e hegemonia baseiam-se na conexão conceitual entre as esferas da sociedade. Não obstante, poder e hegemonia estão intrinsecamente ligados em sua obra.

Gramsci observa o poder como a relação entre a estrutura e a superestrutura das relações sociais que formam o bloco histórico, hegemonia então seria a manifestação da capacidade de

direção política e cultural oriundo do bloco histórico. (GRAMSCI, 1976;2000). Entende-se bloco histórico como uma unidade entre a natureza e o espírito, entre vida e política (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos e a percepção do vínculo existente entre os elementos fundamentais deste bloco histórico. (VASCONCELOS et al, 2013). Para Gramsci, a estrutura não seria apenas a esfera da produção dos recursos materiais, como também as relações sociais de produção e a totalidade da vida social. Já a superestrutura deve ser compreendida como um conjunto dinâmico e complexo de contradições onde a classe hegemônica exerce sua dominação, a função da superestrutura seria justamente de disseminar a ideologia dominante para as classes subalternas e auxiliares. (GRAMSCI, 1976;2000; VASCONCELOS et al, 2013).

Por outro lado, Robert Cox, autor considerado neogramsciano busca compreender como o poder nas relações sociais de produção daria origem a determinadas forças sociais, e por sua vez, como estas forças sociais se tornariam as bases do poder nas formas de Estado, que, conseqüentemente moldariam a ordem mundial vigente. Para entender esta relação, Cox afirma é preciso entender essas três esferas de atividade como uma estrutura histórica: em primeiro lugar, a organização da produção, com destaque para as forças sociais engendradas pelo processo de produção; após, as formas de Estado, relacionadas aos complexos entre Estado e sociedade civil e por fim, as ordens mundiais, isto é, as configurações particulares de forças que definem sucessivamente a problemática da guerra e da paz (COX, 1987; RAMOS, 2012).

Cox ainda defende que não existe uma relação unilateral entre três esferas de atividade, podendo variar o ponto de partida para explicar o processo histórico. Por fim, dentro dessas três esferas de atividade há três outros elementos que se combinam dialeticamente para constituir uma estrutura histórica: ideias sobre a ordem mundial; capacidades materiais dos recursos acumulados; e instituições, que seriam o ponto de intersecção entre os dois primeiros elementos (COX, 1987; RAMOS, 2012).

Já a noção de hegemonia abordada e desenvolvida pela teoria crítica é oriunda da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Antônio Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, que diverge da noção realista.

A hegemonia gramsciana propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Assim, a sociedade civil e a ideologia têm papel de destaque na construção das relações sociais de uma sociedade. Por isso, essas duas

categorias exerceriam protagonismo na constituição de um novo bloco histórico em uma eventual tomada do poder (GRAMSCI, 1976; ALVES, 2010).

Gramsci enfatiza a importância da hegemonia do novo bloco histórico através da formação de uma classe política que se mantenha no poder através do consentimento da sociedade civil, e não exclusivamente através da força coercitiva. Outra grandiosa originalidade do pensamento de Gramsci é a importância dada por ele para direção cultural e ideológica desta nova hegemonia exercida. A hegemonia gramsciana apresenta aspectos políticos, sociológicos e culturais. (GRAMSCI, 1976; ALVES, 2010; BIANCHI, 2007)

O estado gramsciano é formado pelo equilíbrio orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política, neste sentido a sociedade política possui os aparelhos repressivos do estado, enquanto a sociedade civil está de posse dos aparelhos privados de hegemonia, e que na sociedade civil o consenso é alcançado pelo grupo que busca a posição hegemônica quando ocorre a universalização e propagação da ideologia. O entendimento comum da hegemonia gramsciana é de que ela se dá pelo exercício do poder através do consentimento, e este consentimento ocorre quando os interesses específicos do grupo hegemônico são compartilhados pelos demais grupos sociais existentes na sociedade civil (GRAMSCI, 2000; CAMARGO, 2013).

Já Robert Cox entende a hegemonia no nível mundial como uma criação, uma expressão de sociedades hegemônicas nos países dominantes do sistema mundial. Discípulo de Gramsci, entende que uma classe dominante tornou aceitável sua concepção de ordem social para subordinar as demais classes. O conflito social assim seria institucionalizado e regulamentado. Essa institucionalização do conflito dentro do poder ou poderes dominantes torna-se a base para uma institucionalização do conflito no nível global. Cox também compreende que uma sociedade dominante que ambicione transmitir sua hegemonia ao universalizar seus próprios princípios constitutivos, deve ser extremamente autoconfiante em sua própria força interna e potencial expansivo antes de poder se tornar fundadora e garantidora de uma ordem mundial baseada nesses mesmos princípios. (COX, 1989).

No entanto, embora haja uma vasta literatura na ciência política que entende a mudança hegemônica, como uma mudança conflituosa, e o próprio cerne da óptica marxista compreende que a história é a história da luta de classes, da história do conflito, a milenar tradição chinesa, traz uma percepção diferente. A seguir, tentarei explorar ao máximo tão vasta contribuição.

## 2.4 A CHINA PARA OS CHINESES: UMA REVISÃO PELA ÓTICA DE UMA CULTURA MILENAR

Muito se debate se existe de fato uma escola de pensamento chamada R.I Chinesa. Os departamentos de Relações Internacionais nas universidades chinesas surgiram ao longo das décadas de 1960-80, se estabelecendo como uma disciplina autônoma. (COSTA LIMA, 2018; MONTENEGRO, 2015). Àquela época, em plena influência da Revolução Cultural, muitos dos textos trabalhados naqueles departamentos, tratavam-se de traduções das obras de Marx, Engels, Lênin, entre outros autores revolucionários de compreensão marxista.

Atualmente existem três ideologias poderosas competindo por influência na política externa da China, Segundo Yan Xuetong, sendo elas: o marxismo, o pragmatismo econômico e o tradicionalismo. No entanto, Xuetong (2018) ressalta que apesar do marxismo ser a ideologia oficial do governo chinês. O aparato estatal formulador da política externa vem sendo relutante em mencionar o marxismo para explicar sua política externa desde o processo de abertura iniciado por Xiaoping em 1978. Haja visto que a questão da luta de classes é o cerne do marxismo, tornando difícil harmonizar essa ideologia com a postura da "*ascensão pacífica*", um retorno à luta de classes na formulação de políticas externas daria à China uma imagem internacional muito mais agressiva, longe do objetivo atual. Montenegro (2015) ressalta que a busca por um corpo teórico de teorias das relações internacionais com valores da China tem sido baseada, assim como na economia, em uma combinação da modernização ocidental com as características nativas. Abaixo, segue uma sistematização do autor sobre as principais fontes de produção do pensamento sobre relações internacionais no país:

Quadro 3 - Três grupos de *scholars* em R.I na China da Atualidade

QUEM?	O QUE FAZEM?
Pesquisadores de institutos oficiais	Estudos voltados para orientação política
Professores e pesquisadores ligados a universidades	Estudos acadêmicos em geral (teóricos e aplicados)
Pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências Sociais	Estudos independentes e voltados para orientação política

Fonte: Montenegro (2015).

Costa Lima (2018), também sobre o debate por uma R.I descentralizada do Ocidente, comenta que a ascensão chinesa de forma pacífica é justamente possível especialmente pela

peculiaridade de uma tradição milenar de mais de 5 mil anos. O autor resgata o conceito filosófico do *Tianxia* para explicar como essa possibilidade é factível:

*“Tianxia é uma palavra chinesa e um conceito cultural chinês antigo que denota o mundo geográfico em sua totalidade ou o reino metafísico dos mortais e foi mais tarde associado com a soberania política. Na China antiga, Tianxia significava as terras, o espaço e a área divinamente nomeados ao imperador por princípios de ordem universais e bem definidos. O centro desta terra foi distribuído diretamente à corte imperial chinesa, formando o centro de uma visão de mundo que centrou-se na corte imperial e foi concêntrica externamente a oficiais de mais alta patente e menores, e então aos cidadãos comuns, tidos como estados tributários, e finalmente terminando com a franja bárbaros”*(Costa Lima, 2018)

De acordo com Zhao (2008, apud Costa Lima 2018), a humanidade atual ainda é um não mundo ou é um mundo que fracassou politicamente e portanto, ainda não se tornou um mundo de unidade, mas permanece sendo um mundo conduzido pelo caos hobbesiano. Com isso, as Nações Unidas são tidas pelos autores como um exemplo dos mais significativos para as relações internacionais na história moderna. Entretanto, também demonstra sua própria inabilidade para lidar efetivamente com os conflitos mundiais. Como não há uma filosofia política que sirva de fundação para uma instituição mundializada, Zhao (2008) argumenta que a teoria chinesa de *Tianxia* é a melhor filosofia para a governança global, e portanto, explicitamos aqui o seu significado atual:

**1º significado:** “Todos sob o Céu” representa então, a terra, ou o mundo sob o céu.

**2º significado:** “Os corações de todas as pessoas” (民心), ou também “A vontade geral do povo”. Desta forma, o imperador não aprecia realmente seu império de “Todos sob o Céu”, mesmo que ele conquiste uma extraordinária vastidão de domínios, a não ser que receba o sincero e verdadeiro apoio do povo dessas terras.

**3º significado:** “Ético e/ou político, é uma instituição mundial, é um mundo ou um sistema universal, uma utopia do mundo como uma família”. Portanto, o “Todos sob o Céu” é um mundo amplamente definido, com harmonia, comunicação e cooperação entre todas as nações, garantido por suas instituições em comum acordo. Com base nessa interpretação, nada nem ninguém podem ser excluídos ou afastados por causa de sua incompatibilidade com os outros, já que nada é considerado como estrangeiro.” (Costa Lima, 2018) *págs. 29 e 30.*

Costa Lima (2018) argumenta então que o conceito de *Tianxia*, associado ao de harmonia, está enraizado na cultura chinesa e pode trazer uma imensa contribuição à maneira predominante, maquiavélica, hobbesiana, e neorrealista de pensar as relações políticas internacionais. Sobressaindo-se a visão de entender que o mundo, em seu caos e crise atual, nunca esteve tão necessitado de uma compreensão de fato mundial, que para ele, é inerente ao conceito de *Tianxia*. Além disso, a benevolência do imperador, o governar com legitimidade, o atender às necessidades do povo, é que o torna de fato, “um filho dos céus”, é o que lhe dá o

senso do justo e do Rén, ou o senso do humano. Portanto, é esta compreensão da cultura chinesa, que por muitas vezes, falta ao cientista político tradicional, de que, a política externa chinesa recorre a uma miríade de outras perspectivas. O conceito de Tianxia abordado aqui, preza por uma nova ordem mundial, mas, diferentemente das contribuições ocidentais, não recorre ao conflito, queda de hegemonia e disputa, encontrado em grande parte da literatura ocidental.

De fato, até aqui, a política externa chinesa se caracterizou por uma política pacífica. Quando Xi Jinping (2018) aborda em seus discursos sobre a governança da China, e a vontade do político do povo chinês de exercer um novo espaço da China no mundo, tem muito mais ligação com o passado traumático do século das humilhações, onde o novo lugar da China é um espaço que jamais volte àquele momento. E tem relação com o precioso conceito de Tianxia, de todos sob um mesmo céu, com harmonia, comunicação e cooperação entre todas as nações.

Finalmente, no que diz respeito à política externa chinesa e o seu contexto de desenvolvimento político e econômico, é preciso observar que: após um século XIX marcado por dificuldades, fraqueza econômica e turbulência política, mesmo durante parte do século XX. A China entrou no século XXI como uma potência emergente, graças ao progresso da reforma econômica orientada para o mercado, conduzida pelo presidente Deng Xiaoping. E é atualmente percebida pelo sistema internacional como um pilar da estabilidade. (FENG, 2007; LANTEIGNE, 2019; ZHAO, 2016;).

Dado este contexto, a China pode ser entendida como um parceiro internacional confiável por outros países, e os fatores determinantes de sua política externa são bastante claros. O principal formulador de política externa da China é o Partido Comunista Chinês (PCC), juntamente com o Ministério das Relações Exteriores e o governo. As reformas do presidente Xiaoping são marcos políticos para o desenvolvimento da China e foi durante essas reformas que os principais valores da política externa da China foram determinados. Como observa Jung-Seung (2012): em 1980, Xiaoping apresentou as três tarefas mais importantes do PCC na área de política externa. Sendo estas: opor-se à hegemonia e manter a paz; unificar a China; e modernizar-se em quatro áreas estratégicas (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa militar).

Posteriormente, Xiaoping elaborou esses valores fundamentais determinando a principal diretriz para a política externa conhecida como “os quatro não” da política externa chinesa: não a hegemonia, não intervenção na política doméstica de outros países, não alianças e não a transição para uma superpotência. Esses foram os principais conceitos da política externa

chinesa por algumas décadas. (JUNG-SEUNG, 2012; LANTEIGNE, 2019). Quando o presidente Hu Jintao iniciou seu governo, ele confirmou novamente a estratégia de três etapas de Xiaoping e o guia dos "quatro não", acrescentando um novo objetivo: a China faria todos os esforços para garantir um ambiente externo estável. (JUNG-SEUNG, 2012). Dada a estabilidade política de seu sistema político e governo, a formulação política da China pode ser vista como incremental e menos predisposta a mudanças bruscas. Assim, esses principais determinantes foram respeitados por todas as gerações de governos. Vale ressaltar, que o guia dos “quatro não”, ainda é o fio condutor da atual política externa chinesa. No entanto, é de suma importância ter a compreensão que a China não é o único ator no sistema internacional, e que por mais precioso que possa ser o conceito do Tianxia, a ascensão pacífica da China, só poderá ocorrer se os demais atores (em especial, os EUA) permitirem que essa ascensão seja de fato pacífica. Mas... eles irão?

## 2.5 CONSIDERAÇÕES

Longe de exaurir as inúmeras contribuições das várias linhas de estudos das Relações Internacionais, esta sessão apenas pretendia revisar os conceitos daqueles autores que mais causaram impacto na disciplina, cujas ideias ainda fomentam o debate. Após observar as diferentes abordagens sobre poder e hegemonia, é possível observar alguns padrões que se repetem. Portanto, quais são as principais contribuições teóricas sobre poder e hegemonia que melhor explicam o processo de desenvolvimento político chinês?

Considero que, haja visto as contribuições dos autores abordados neste artigo e tendo em vista a mudança na postura da diplomacia chinesa no sistema internacional, há aspectos em alguns autores que são definitivamente mais explicativos do processo chinês do que em outros.

Em Robert Gilpin, a força do argumento do autor é justamente na estrutura de análise que ele apresenta para as duas primeiras categorias dos fatores ambientais que influenciam a mudança: tecnologia em transporte, tecnologia militar. Apesar de compreender a preponderância dos fatores econômicos na mudança hegemônica, fica a cargo de Strange e Wallerstein de fornecer a melhor explicação sobre essa estrutura.

Em Susan Strange, o elemento mais notável da política chinesa, foi a capacidade da economia do estado de compreender as estruturas do sistema e o poder estrutural do mercado financeiro, a ponto de rivalizar esse controle com os EUA. É o conceito de que **“poder é simplesmente a capacidade de uma pessoa ou grupo de pessoas de afetar os resultados de**

**forma que suas preferências tenham precedência sobre a preferência dos outros grupos, e que poder estrutural é o que pesa: poder, é o poder de determinar as estruturas da economia política global.**

Em Robert Cox os elementos notáveis são a capacidade da nação de se projetar de forma autoconfiante, visto a postura chinesa no pós-2008, assumindo responsabilidade pelo sistema financeiro internacional, bem como a capacidade e a habilidade de criar consenso com demais grupos menores. Entre Arrighi e Wallerstein, o debate entre novo hegemom e colapso da TSM ainda é uma resposta difícil de ser respondida, caberá ao segundo e terceiro capítulo, focando no estudo de caso sobre a ASEAN, tentar elaborar maiores respostas. É possível concluir, no entanto, que: o sistema mundial como conhecemos já não existe mais. O ano de 2020 nos mostrou que uma nova corrida política está em curso.

O conceito do Tianxia, nos relembra a pré-disposição pacífica da política externa chinesa, mas ao mesmo tempo, é difícil pensar que potências como os EUA, permitiriam a China assumindo um lugar de hegemom, sem nenhum tipo de conflito, ademais, é ainda mais difícil de visualizar um a China permitir que mais um novo século das humilhações ocorra. De fato, e inevitavelmente, declínio e ascensão de potências pressupõem mudanças em ordens mundiais. No próximo capítulo, abordaremos o estudo de caso sobre o Sudeste Asiático para explorar se é possível afirmar se há hegemonia concreta chinesa no sudeste asiático e como ela se configura.

### 3 CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO: LIDERANÇA OU HEGEMONIA?

**Resumo:** Como se configuram as relações de poder entre China e Asean no período de 1997-2020? O conjunto de economias do pacífico asiático formam um bloco de economias medianas que traduzem para um potente mercado comprador dos produtos chineses no mercado internacional, para além, a região tem especial significado geopolítico para China, contingenciando as fronteiras chinesas no pacífico sul. Portanto, o objetivo geral deste capítulo é analisar os padrões de relações de poder hegemônico entre China e Asean nos setores de economia, política internacional e segurança. Ao final do capítulo será possível categorizar a China como liderança ou potência hegemônica em relação a esses países. Para tanto, utilizaremos os métodos de revisão histórica e bibliográfica, análise documental e de conteúdo e finalmente, observação dos dados estatísticos nos setores supracitados.

**Abstract:** How are characterized power relations between China and Asean as of the period 1997-2020? The group of economies in the Asian Pacific form a block of medium economies that translate to a powerful buyer market for Chinese products in the international market, in addition, the region has special geopolitical significance for China, limiting the Chinese borders in the South Pacific. Therefore, the general objective of this chapter is to analyze the patterns of hegemonic power relations between China and Asean in the sectors of economy, international politics and security. At the end of the chapter, it will be possible to categorize China as a leadership or hegemonic power in relation to these countries. For this, we will use the methods of historical and bibliographic review, documentary analysis and finally, observation of statistical data in the sectors mentioned above.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

*“Poder, é o poder de determinar as estruturas da economia política global.”* (Strange, 1996). É com esse entendimento que buscamos neste capítulo entender a atual relação de poder entre China e ASEAN. O entendimento de hegemonia é o firmado por Gramsci e traduzido por Cox para uma sociedade internacional: hegemonia se dá pelo exercício do poder através do consentimento, e este consentimento ocorre quando os interesses específicos do grupo hegemônico são compartilhados pelos demais atores regionais existentes. As categorias de análise para compreender a mudança hegemônica se darão através de Gilpin (1981), hegemonia concreta nada mais é do que fatores econômicos e de produção favoráveis, e expansão de tecnologia de comunicação e militar. Na sessão de resultados, exploraremos a mudança temporal nos principais indicadores de economia e militar. Ademais, o capítulo abaixo está dividido da

seguinte forma: um breve resgate histórico da antiga estrutura político-econômica do Sudeste Asiático, entre o pós-guerra e 1997, a formação dos espaços de negociação ASEAN+1 e +3. e a atual geopolítica da região; a sessão de resultados, e por fim, as considerações.

### 3.2 O QUE É O SUDESTE ASIÁTICO?

Sudeste Asiático, é geograficamente uma das sub-regiões do continente asiático, englobando uma área total de 4,5 milhões de Km<sup>2</sup> e onze países (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã). A região é formada por três penínsulas: a Península da Indochina, - onde a China divide fronteiras com 3 dos países supracitados: Laos, Mianmar e Vietnã -, a Península Malaia, - uma área que compreende o Estreito de Malaca até o Mar da China Meridional -, e a Península Insulíndia - majoritariamente formado pelos arquipélagos de ilhas que compreendem o Oceano Índico e Pacífico -. Ressaltamos mais uma vez que neste trabalho, utilizamos a compreensão política de entender os países-membros da ASEAN como o Sudeste Asiático.

Pois, em primeiro lugar, embora o Timor-Leste participe do mecanismo de negociação como país-observador, ainda não formalizou a sua entrada no bloco. Em segundo, porque a própria formação da ASEAN em 1967 representou a influência do poder estrutural norte-americano e os reflexos de sua habilidade enquanto potência hegemônica no sistema bipolar da Guerra Fria. Embora o bloco econômico da ASEAN represente, com exceção de Singapura, um grupo de economias tímidas, com pouca influência no sistema internacional pós-Bretton Woods, a sua importância como uma região de termômetro político é muito mais relacionada à sua proximidade espacial com as fronteiras chinesas. Ademais, trataremos um pouco da historiografia da região:

A maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência de duas grandes civilizações: a chinesa e a indiana, que interagiram, através dos séculos, com as culturas locais. O Budismo, o Islã, o Hinduísmo e o Confucionismo deixaram, assim, marcas profundas que continuam a diferenciar e aproximar essas comunidades. (PINTO, 1997).

Até o século XIX, o Império do Meio era a força política dominante na esfera política da região e era tida como o radiante centro de civilização até então, utilizando de mecanismos de padronização de moedas, da escrita e influência cultural. Até o século XIX, o Tianxia era a realidade da região: *“todos sob um mesmo céu, e o imperador governando a todos com*

*harmonia e ética*”, justamente pelos avanços do desenvolvimento cultural e sofisticado sistema de organização política do império chinês. Os países do Sudeste Asiático eram conhecidos como "Nanyang" pelos chineses (Pinto, 1998). E estavam localizados na esfera de influência política chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. Até pouco antes do início do século das humilhações chinesas, as relações entre Nanyang e o Império do Meio, se davam pela participação da região no sistema de tributos imperial da China, todos os países da região pagavam tributos à China, em troca de reconhecimento, de proteção militar e assistência, quando de situações de crise. Também em diferentes ocasiões, a China chegou mesmo a intervir, tanto política quanto militarmente, fosse a convite de governos locais para restaurar a ordem, fosse por sua própria iniciativa para manter a estabilidade e a paz em suas fronteiras. (Pinto, 1998).

Essa ordem estrutural foi mantida entre China e Sudeste Asiático por séculos, até que a força do imperialismo europeu impôs brutalmente e pela coerção novos valores e normas de organização e comportamento ao Sudeste Asiático, - e também à China, como foi tratado na introdução deste trabalho -, no Sudeste Asiático, apenas a Tailândia permaneceu como um país não colonizado pelas potências ocidentais. Abaixo, segue sistematização da “partilha asiática pelo Ocidente”.

Quadro 4 - A partilha do Sudeste Asiático pelo Ocidente

País do Sudeste Asiático	País Colonizador	Duração
Brunei	Reino Unido	1888-1984
Camboja	França	1863-1953
Filipinas	Espanha / EUA	1521-1898/ 1898-1946
Indonésia	Países Baixos	1800-1949
Laos	França	1893-1953
Mianmar	Reino Unido	1924-1948
Malásia	Reino Unido	1867-1957
Singapura	Reino Unido	1824-1963
Vietnã	França	1887-1953

Fonte: Nossa sistematização com base na história mundial, 2021.

As nações do Sudeste Asiático, só tiveram sucesso em cortar os laços políticos mais fortes com o imperialismo após a Segunda Guerra Mundial, e o fortalecimento do movimento do pós-colonialismo e aprofundamento das formações identitárias nacionais no pós- segunda guerra, haja visto, que todas as economias “metrópoles” saem fragilizadas da Guerra, muitas

necessitando do auxílio norte-americano com o Plano Marshall de reconstrução da Guerra. Ocorre então um vácuo político nessas nações, em muitos casos, desenvolvendo-se em guerras civis. No mundo pós-guerra, a divisão do sudeste asiático se deu da seguinte forma: entre os países que entraram para a esfera da influência política norte-americana, (Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura e Tailândia), e as nações que entraram para a esfera de influência política da antiga União Soviética (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã), como Brunei permaneceu parte do protetorado britânico até 1984, acabou ficando isento dessa disputa hegemônica.

A ASEAN nasceu em 1967, composta pelos atuais membros-fundadores: Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura e Tailândia. Embora Keling et al (2011) argumentam que o sudeste asiático seria uma sub-região geográfica da Ásia artificialmente construída, pois, segundo ele: a primeira vez que a região territorial que compõem os países da ASEAN, foi denominada de “Sudeste Asiático” foi um pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial e depois na Conferência de Quebec em 1943, quando os países aliados nomearam o espaço contíguo entre Malásia, Indonésia, Tailândia e Mianmar de Sudeste Asiático visando uma estratégia de ataque e defesa no pacífico sul, criando então o Comando do Sudeste Asiático (SEAC I). E dois anos depois, em julho de 1945, durante a Conferência de Potsdam, o SEAC foi expandido para incorporar a península da Indochina, à época com os territórios do Vietnã do Sul e do Camboja, criando assim, o SEAC II.

No entanto, a criação da ASEAN enquanto um bloco econômico foi consequência do que a literatura denomina como a “A primeira onda do regionalismo” (Herz & Hoffman; 2004), que compreende o espaço temporal entre 1944 a 1970, tem como características a conduta norte-americana internacional de tentativa de contenção do comunismo, por sua vez, os marcos dessa política externa norte-americana, são a criação da OTAN, criada em 4 de abril de 1949 e em funcionamento até hoje, e da SEATO – Southeast Asia Treaty Organization, criada em 8 de setembro de 1954 e extinta em 30 de junho de 1977. A criação da ASEAN é consequência direta das características deste período, não é coincidência que a instituição recebeu apoio direto dos Estados Unidos, e surgiu, em primeiro lugar como uma reação a expansão socialista no Oriente, formada inicialmente apenas pelos aliados americanos da região, ficando assim configurada por toda a sua primeira fase de formação. Ademais, em resposta a Keling et al (2011), é preciso ter ciência e respeito em relação às tradições e culturas milenares que antecedem a memória política ocidental. Nanyang era uma região autônoma e institucionalizada, localizada à sombra do “Tianxia” chinês, muitos séculos antes da assinatura do Tratado de Westfália.

No mais, esclarecidos alguns pontos históricos da região. É importante lembrar que o novo regionalismo asiático teve início com a criação da ASEAN, visto que foi o primeiro bloco de países que se institucionalizaram na região visando meios de cooperação regional. Há consenso (Gutierrez, 2003; Hill e Menon, 2010) de que as fases políticas da Asean podem ser divididas em quatro:

**1ª fase – 1967 a 1975** – processo de manutenção da segurança; influência norte-americana; acordos bilaterais entre países da ASEAN e os EUA

**2ª fase – 1976 a 1986** – fase consolidação do bloco; intensificação de acordos com os EUA e CEE

**3ª fase – 1987 a 1997** – fase de firmação e redirecionamento; intensificação de acordos e tratados intra bloco.

**4ª fase – 1997 a atualidade** – consequências da Crise Asiática e Reascensão chinesa na região<sup>5</sup>.

Com isso, na seção seguinte nos aprofundaremos sobre as características do bloco e sua relação com a China no fim de sua 3ª fase e toda a extensão de sua fase atual.

### 3.3 A CRISE ASIÁTICA E A GEOPOLÍTICA DO PACÍFICO

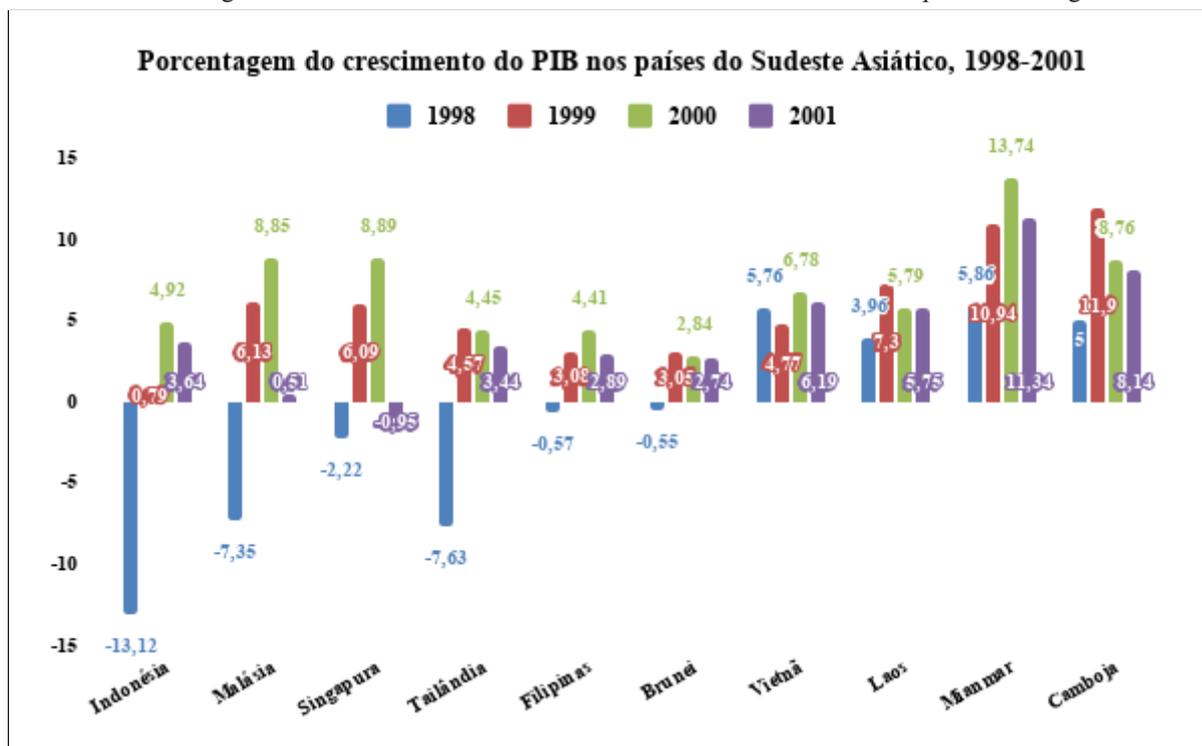
A crise asiática de 1997-1998 explicita algo que já emergia desde meados dos anos 1990, as questões relacionadas ao sistema financeiro global não poderão mais ser resolvidas exclusivamente pelo grupo de economias ocidentais do G-7, Se tornava, mais de 20 anos atrás, fundamental que os países emergentes fossem incorporados aos mecanismos de debate e decisão política internacional. (Ramos et al, 2012).

Quando a crise financeira atingiu inesperadamente as economias emergentes do Sudeste Asiático em 1997, com especial violência os tigres asiáticos e os novos tigres asiáticos do Sudeste Asiático, a saber: Singapura, Indonésia, Vietnã, Malásia e Filipinas, a expectativa de especialistas, era de que a China seria a próxima economia a cair. Na figura a seguir, podemos visualizar o efeito da Crise Asiática nas economias do Sudeste Asiático:

---

<sup>5</sup> Ressalto que as datas das fases são consenso entre os autores supracitados, mas que a descrição dos marcos importantes de cada fase são de autoria da pesquisadora, com base em suas conclusões a despeito da revisão de literatura e análise da conjuntura política.

Figura 2 - Efeitos da Crise Asiática nas economias da ASEAN nos quatro anos seguintes.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD

Os extensos vínculos de comércio e investimento intra-regionais da China com o resto da Ásia, e o fato de que a economia chinesa sofria de muitos dos mesmos problemas estruturais debilitantes que na época minavam a capacidade sócio-econômica dos Tigres Asiáticos, levou muitos observadores a concluir que a disseminação da Crise Asiática era iminente na China. A saber, Sharma (2002) listava os problemas estruturais chineses que levariam a eminente queda, segundo a autora:

1. frágeis sistemas financeiros dominados por bancos,
2. fraca vigilância prudencial e fraca regulação do banco central e supervisão dos bancos comerciais,
3. grande acúmulo de empréstimos inadimplentes causado por empréstimos excessivos e ineficientes,
4. empresas estatais superexploradas,
5. um setor financeiro estatal incapaz de resolver crises

Na verdade, como expõe Wang (1999), os sistemas financeiros locais no sudeste asiático foram prejudicados por problemas típicos do capitalismo fisiológico: incluindo controle político do banco central, regulamentação fraca dos bancos comerciais, nepotismo e corrupção. Sem disciplina financeira e supervisão prudencial, esses governos canalizaram grandes quantias de capital para projetos de investimento baseados em pouco mais do que conexões políticas. Assim

que a bolha estourou, tanto o capital doméstico quanto o estrangeiro correram para fora da região, derrubando as moedas locais.

Wang (1999) concorda que a China comunga de alguns dos problemas apontados pela teoria neoliberal, mas, ainda assim, teve sucesso em escapar das consequências da Crise de 1997. O autor aponta dois motivos para tamanho sucesso: a primeira, as características da moeda chinesa, e a segunda: as diferenças entre o tipo de capital de investimento externo direto entre o Sudeste Asiático e a China.

A moeda da China, o RMB, não é conversível para transações de conta de capital e apenas parcialmente conversível para transações de conta corrente. Os investidores não podem entrar e sair da China com grandes volumes de capital. Ainda assim, esse não é um fator explicativo único, visto que não significa que o sistema chinês de controle de capital seja perfeito. Wang (1999), aponta que a China tem sofrido com o problema de fuga de capitais durante anos devido aos altos custos de transação na China, à supervalorização do RMB e às incertezas econômicas e políticas percebidas, o autor pondera que a crise financeira asiática agravou esse problema, e após a crise de 1997, o governo chinês reforçou o controle sobre essas trocas. (WANG, 1999).

Ademais, diferentemente do Sudeste Asiático, onde muito do investimento estrangeiro é considerado como “*hot money*”, ou seja, investimento de portfólio de curto prazo e em dívida pública, os fluxos de capital para a China se caracterizam predominantemente por investimento estrangeiro direto (IED), que é muito menos volátil. Em resposta a o impacto da crise financeira asiática, o governo chinês impôs um controle ainda mais rígido da dívida externa - sua escala, sua estrutura e seu uso. (WANG, 1999). O que mostra que a China não é nem um pouco tímida em tomar medidas draconianas para escapar de crises estruturais.

A China auxiliou a ASEAN a sair da crise financeira ao tomar as rédeas da liderança política da região em vários mecanismos bilaterais e multilaterais de negociação. Três ações iniciais são consideradas cruciais: o primeiro diz respeito ao aprofundamento significativo dos laços econômicos entre a China e a região da ASEAN. O segundo diz respeito à promoção da cooperação econômica e do desenvolvimento no contexto do processo ASEAN + 3, e o terceiro na proposta da Área de Livre Comércio ASEAN-China (HAACKE, 2002).

A penetração econômica da China no Sudeste Asiático é ainda demonstrada pelo foco no estabelecimento de ligações de transporte com os outros estados da sub-região do Grande Mekong (GMS), que também inclui Mianmar, Tailândia, Laos, Camboja e Vietnã.

A China se mostrou empenhada em transformar o Grande Mekong em uma rota comercial. Além disso, deseja concluir novas vias terrestres ligando, entre outras, Kunming, capital da província de Yunnan, à capital tailandesa, Bangkok. O estado chinês vem promovendo o desenvolvimento e subsídio de construções de vias expressas e vias expressas de alta velocidade com o objetivo de conectar as principais cidades da sub-região sob o cinturão do “*Belt and Road Initiative*” (BRI). (HAACKE, 2002; ISHIDA, 2019)

Outro fator no auxílio no gerenciamento da Crise de 1997, foi o desenvolvimento do espaço de negociação ASEAN + 3 (Os 10 países membros da ASEAN + China, Japão e Coréia do Sul), a primeira reunião de cúpula do mecanismo ocorreu devido ao convite da Malásia aos presidentes da China, Japão e Coréia para debater uma resposta regional à crise financeira, o encontro se repetiu nos anos seguintes, até que institucionalizou em encontros anuais. Em 1999, a ASEAN + 3 emitiu que a cooperação regional reunindo o Nordeste e o Sudeste Asiático deveria abranger as áreas de comércio, investimento, coordenação monetária e financeira, desenvolvimento de recursos sociais e humanos, trabalho científico e técnico, cultura e informação intercâmbio e desenvolvimento econômico como áreas prioritárias de interesse e preocupação comuns. (CHIN,STUBBS,2011; HAACKE, 2002).

Em 2000, a ASEAN+3 anunciou a criação do “*Asian Development Bank*” (ADB), que vem sendo um marco para a integração monetária regional. Em 2001, a cúpula da ASEAN+3 resolvem por criar e fomentar os espaços de negociação ASEAN+1: ASEAN + China, ASEAN + Japão, ASEAN + Coréia do Sul, que deveriam agir como espaços de negociação bilateral com o bloco e cada potência regional, embora que a ASEAN+3 deveria continuar promovendo a coordenação entre os três processos separados e com a ASEAN+3, paralelamente. (HAACKE, 2002).

Por fim, a China auxiliou o fim da crise asiática através da promoção da área de livre comércio China-ASEAN. apresentada ao fórum da ASEAN+1 em 2000 por Zhu Rongji, primeiro-ministro chinês à época, quando concordaram em estabelecer a área em até 10 anos, A primeira fase acertou que os primeiros países-signatários iriam se comprometer com a eliminação de suas tarifas sobre 90% de seus produtos até 2010. A transformação da China em uma grande potência econômica no século 21 levou a um aumento de investimentos estrangeiros na rede de bambu, uma rede de empresas chinesas no exterior que operam nos mercados do Sudeste Asiático que compartilham laços familiares e culturais comuns. Em 2010, a Área de Livre Comércio ASEAN-China tornou-se a maior área de livre comércio em termos de

população e a terceira em termos de PIB nominal. Foi também o terceiro maior volume de comércio após a CEE e o NAFTA.<sup>6</sup> Visentini (2011) reflete que a China, ao adentrar ao ingressar na economia mundial causou impacto ao Sudeste Asiático por anular certas “vantagens comparativas” da região, e por isso a ASEAN agiu com rapidez, estreitando a cooperação política e econômica entre seus membros e a ASEAN+3, para acelerar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança da região.

Astarita (2008) lembra que embora, após 1997 China desenvolveu fortes ligações com os países da ASEAN, é importante ressaltar que a semente da ASEAN foi o forte sentimento anticomunista compartilhado pelas nações do Sudeste Asiático. De fato, a Carta de Bangkok de 1967 determina que o objetivo fundador da ASEAN era de garantir a sobrevivência de seus membros, promovendo a estabilidade regional e limitando a competição entre eles, em outras palavras, a ASEAN foi criada para combater a China, que era muito agressiva no patrocínio de "movimentos revolucionários" em todo o Sudeste Asiático (ASTARITA, 2008). A autora conclui que há duas tendências políticas que permanecem inalteradas: em primeiro lugar, o desejo da China de se envolver nos fóruns regionais e sua tentativa de obter uma posição dominante dentro deles; e, segundo, a intenção dos países asiáticos de evitar ficar de fora de qualquer tipo de fórmula de integração regional. Assim, a China teve sucesso em estabelecer uma relação especial com as nações do sudeste asiático, o que os levou a entender a China como uma ameaça menor e a começar a pressionar por contatos econômicos e políticos mais profundos com o país. O efeito disto, tem sido frequentemente descrito como uma tentativa de outros países asiáticos de igualar ou contrabalançar o status da China com a região. (ASTARITA, 2008).

De fato, recentemente, com a rivalidade entre os EUA e a China continuando a aumentar, os membros da ASEAN se veem divididos entre as duas potências. Em 2020, um think tank de Singapura ISEAS-Yusof Ishak Institute, revelou uma pesquisa de opinião pública feita em janeiro de 2020: 7 de 10 membros da ASEAN favorecem a China em vez dos EUA<sup>7</sup>.

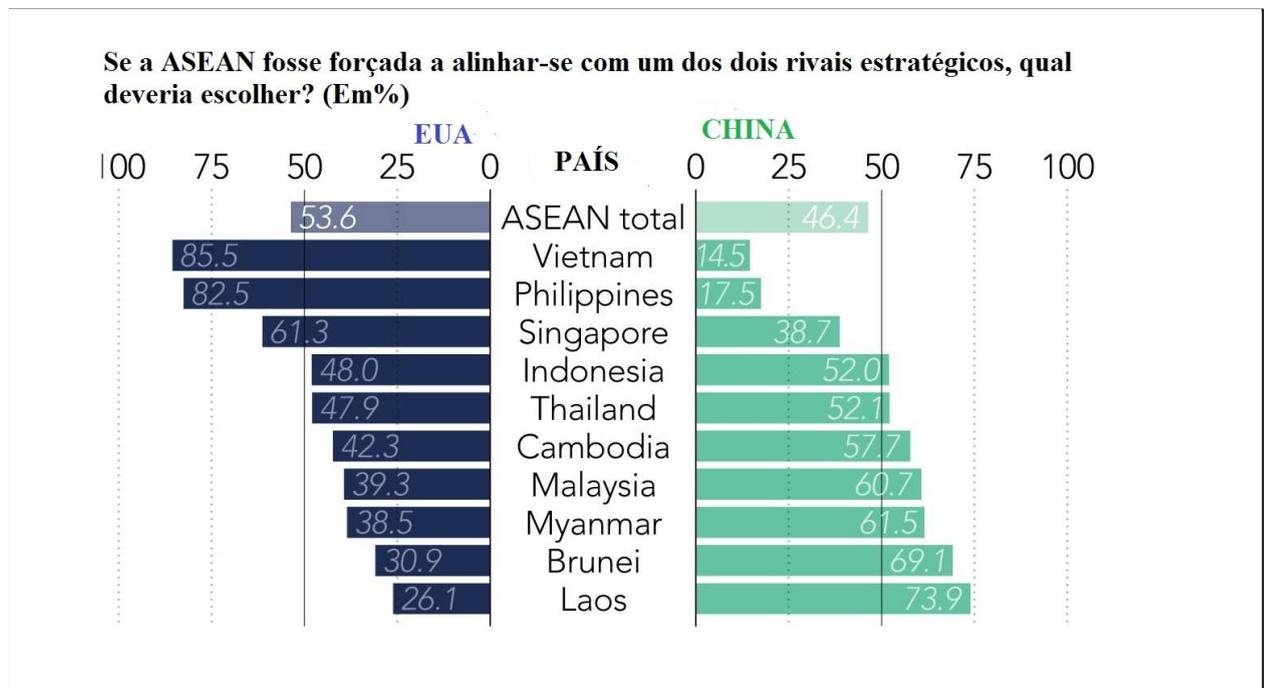
---

<sup>6</sup> Ver: <<https://www.aseanbriefing.com/news/aseans-free-trade-agreements-an-overview/>>

<sup>7</sup>Ver:

<<https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/7-of-10-ASEAN-members-favor-China-over-US-survey>>

Figura 3 - Resultado da Pesquisa de Opinião Pública rodada pelo ISEAS-Yusof Ishak Institute.



Fonte: ISEAS-Yusof Ishak Institute

Embora potências econômicas como os EUA, a União Europeia e o Japão tenham uma presença sólida na região, a pesquisa destaca a crescente importância da China, com 79% dos respondentes afirmando “Pequim é a potência econômica mais influente na região”. No entanto, 72% dos que citaram a influência de Pequim expressaram cautela. “A influência econômica da China é profundamente sentida, mas não muito bem recebida na região”, de acordo com o relatório ISEAS. Notavelmente, a pesquisa revelou que a maioria dos asiáticos do sudeste não está confiante com a Iniciativa Belt and Road, com 64% dos entrevistados afirmando ter pouca ou nenhuma confiança na abordagem da China para empréstimos a projetos. (ISEAS-Yusof Ishak Institute, 2020; IWAMOTO, 2020).

Ainda assim, as disputas do Mar do Sul da China ainda são o maior ponto de tensão entre China e Asean. Como aponta YunLing & Yuhzu (2016): “A disputa do Mar do Sul da China acarreta grandes riscos. E, acima de tudo, a China e a ASEAN precisam estabilizar a situação, o que significa evitar uma escalada de tensões e aumentar a cooperação entre as partes diretamente envolvidas. Como uma organização que representa os interesses de todos os seus 10 países membros, a ASEAN deve desempenhar um papel mais ativo em estabilizar a situação geral. A China apela a uma “abordagem dupla”, ou seja, negociações bilaterais entre a China e o parceiro em questão e cooperação na gestão da estabilidade entre a China e a ASEAN, no âmbito da

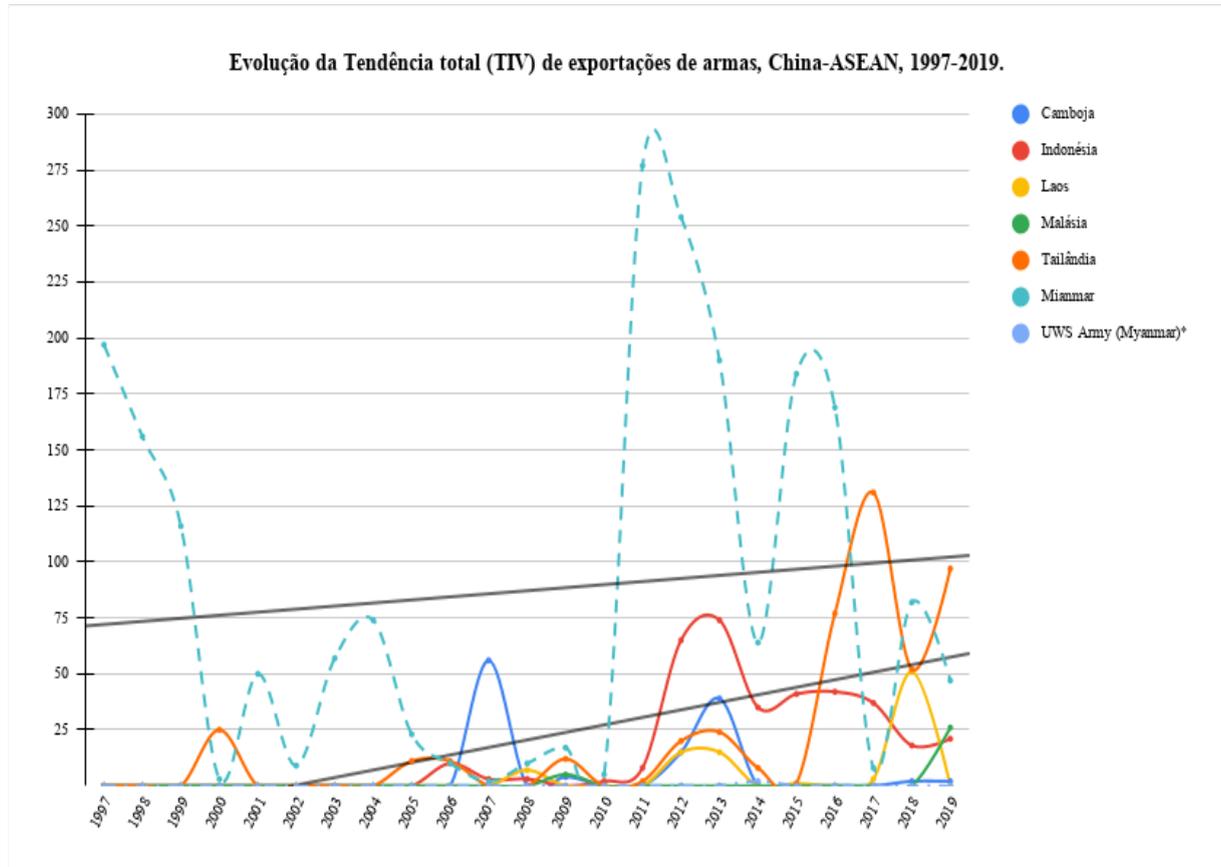
ASEAN+1. As tensões no Mar do Sul da China são intrincadas, pois questões de direitos históricos, a situação atual e também interferência externa (i.e: EUA). Ainda segundo, YunLing & Yuhzu (2016) não há soluções fáceis, o desafio é manter a estabilidade da região e, ao mesmo tempo, progredir no aprofundamento de iniciativas paralelas, como o desenvolvimento de programas de cooperação que vão desde a proteção ambiental marítima ao desenvolvimento de recursos, à segurança marítima para navegação e pesca.

### 3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Baseado nos arquétipos discutidos em nossa revisão de literatura dos pressupostos de como aferir hegemonia ou mudança hegemônica, apresentamos aqui algumas estatísticas que ilustram os avanços das relações econômicas e militares entre China e Asean, e em paralelo a relação entre EUA e Asean, em perspectiva comparada no recorte temporal da atual fase política do bloco (1997- presente data). Aqui ressalto, que apesar de todos os esforços de manter-se fiel a o recorte citado, nem todas as bases de dados utilizadas para esta pesquisa mantinham registro uniforme do período supracitado. Optei então, por trazer os dados a partir de sua disponibilidade. Ademais, embora os pressupostos desenvolvidos na revisão de literatura defendem que transição hegemônica se dê, por mudanças estruturais nos setores de tecnologia, militar e fatores econômicos. Optei por excluir, a análise de tecnologia, em perspectiva comparada com ASEAN, pelo motivo de que não existia estruturação de dados suficientes para os países do Sudeste Asiático, assim, opto, por trazer essa análise entre China e Estados Unidos, no último capítulo, que trata entre outras fatores, da atualidade da disputa sino-norte-americana e as consequências da guerra comercial de 2018.

Ademais o primeiro gráfico nos apresenta o fluxo de exportações de armas de origem da China com destino aos países do bloco da ASEAN, os dados se encontram na escala em milhões de dólares ao ano:

Figura 2 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas chinesas para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares).

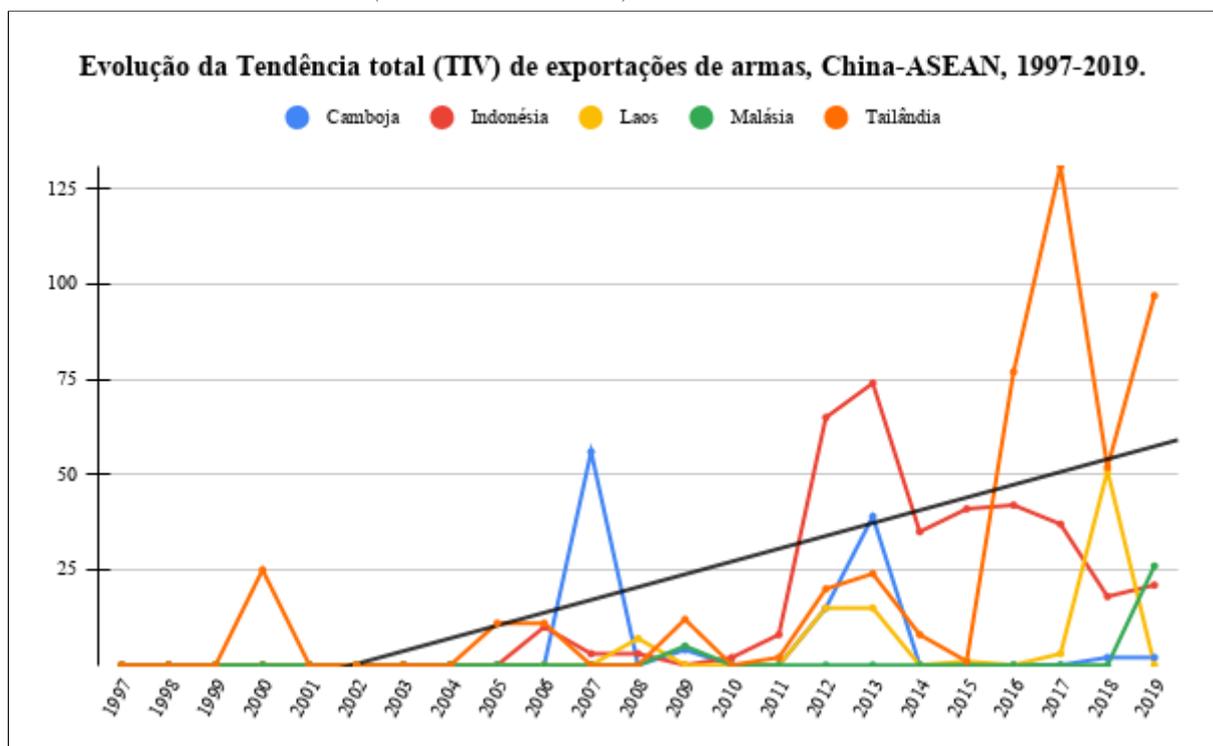


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

Em primeiro lugar, faz necessário debruçar-se sobre o indicador analisado: a TIV deste gráfico fornece o valor Indicador da Tendência Total de exportações de armas de um país para outro e nos auxilia a visualizar qual e como é o fluxo de transferências das principais armas convencionais. Com isso, podemos observar quem faz transferência de armamento e para onde. Como podemos observar no gráfico acima, a China vende armas, ou seja, transfere tecnologia militar para seis países da ASEAN: Camboja, Indonésia, Laos, Malásia e Mianmar e o Ramo Militar da Província Autônoma de Wa (United Wa State - Myanmar). Mianmar é o país que mais depende da transferência de tecnologia militar chinesa. Apresentando picos de compras de armamento em 1997, 2011 e 2015, (US\$197milhões, US\$277 milhões, e US\$184 milhões, respectivamente). Os períodos de expansão de compra de armamento chinês coincidem com os anos de acirramento de conflitos étnicos vivenciados no Myanmar, “Revoltas de Mandalay” em 1997, o retorno da “Guerra de Kachin” em 2011, e os Conflitos da Região de Rakhine a partir de 2015. A China também, ofereceu suprimento de armas, ao Exército da província de Wa, em 2014, houve uma compra de 2 milhões de dólares. A transferência de armamento ao USW Army é um assunto controverso, visto que é um exército de minoria étnica de cerca de 225.000

soldados, liderado por Bao Youxiang. O UWS Army foi formado após o colapso do braço armado do Partido Comunista da Birmânia (PCB) em 1989, e o governo de Mianmar não reconhece oficialmente a soberania do Estado de Wa. Contudo, apesar de ser uma província de fato independente de Mianmar, o Estado de Wa reconhece oficialmente a soberania de Mianmar sobre todo o seu território. Em termos mais gerais, China tem links de fornecimento institucional de armamento tanto com o governo de Mianmar, bem como com um grupo rebelde. O segundo país que a China manteve maiores e mais rítmicos fluxos de exportação de armas foi a Tailândia, em e em terceiro, Indonésia. Ao longo dos anos observados, Mianmar comprou mais de U\$2 bilhões de dólares em armamentos da China. . No gráfico abaixo, é possível observar melhor o comportamento dessa transferência de armamento. No mais, é preciso deixar registrado que as linhas cinzas do gráfico acima dizem respeito a linha de tendência linear do comportamento dos dados observado. Em termos gerais, é possível observar que a tendência de crescimento de exportação de armas chinesas para esses países é ascendente. Sendo o primeiro fluxo, se mantendo estável e constante graças às compras exercidas por Mianmar, e o segundo fluxo ascendente, iniciando no ano de 2002, comprovando que há um crescimento nas transferências de tecnologia militar entre China e Asean.

Figura 3 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas chinesas para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares) com controle de Outlier: Mianmar



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

Como é possível observar acima, o fluxo de exportações de armas chinesas para Tailândia se inicia no ano 2000 (U\$ 25 milhões), apresenta um segundo pico em 2013, repetindo o desempenho dos anos 2000, o montante de armas exportadas ascende de fato a partir de 2016-2019, onde é possível observar valores de: U\$ 77, U\$ 131, U\$ 52 e U\$ 97 milhões de dólares, respectivamente. Totalizando um fluxo de U\$470 milhões de compras de armamento chinês entre 1997-2019. A intensificação de compra de armas da Tailândia à China, também parece convergir com o período de acirramento dos conflitos de fronteira no sul do país, o que mostra, que possivelmente, a Tailândia passou a optar pela China como seu principal fornecedor de armas nos últimos anos. Em terceiro lugar, desponta a Indonésia como principal comprador de armamento chinês dentro da ASEAN, ao longo dos anos (1997-2019), soma-se um montante total de U\$359 milhões em armas. O primeiro registro de exportação chinesa para o país data de 2006 (U\$ 10 milhões de compra de armas naquele ano), e, a intensificação dessa troca de tecnologia começa a partir de 2012 (U\$ 65 milhões), subindo para U\$ 74 milhões (2013), e nos anos entre 2014-2017, mantendo-se num fluxo entre U\$35-40 milhões de dólares, apresentando uma queda entre os anos de 2018 e 2019, com compras de armas oscilando entre 18 e 21 milhões de dólares, respectivamente.

O quarto país componente da ASEAN que mais compra armamento da China é o Camboja, acumulando um montante de 118 milhões de dólares ao longo dos 22 anos de análise. O primeiro registro de transferência de armamento chinês com este país foi em 2007, com o Camboja adquirindo um montante de 56 milhões de dólares. O segundo pico ocorreu entre 2011 e 2012, com a exportação de armas chinesas variando entre U\$15-39 milhões, respectivamente. 2018 e 2019, registraram compras de apenas U\$2 milhões de dólares em cada ano.

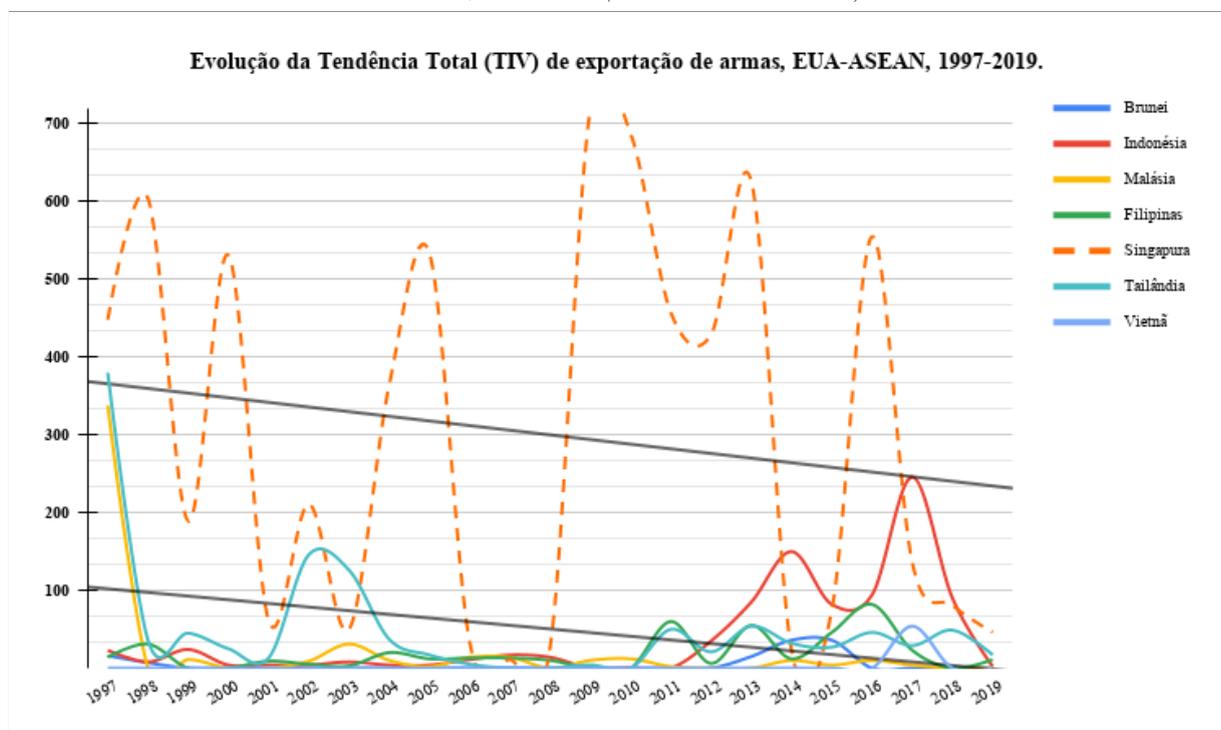
Em quinto lugar, aparece Laos, acumulando um montante de U\$ 91 milhões em compra de armas, sendo que o primeiro registro de exportação chinesa com destino a Laos ocorre apenas em 2012 com U\$15 milhões, o desempenho é repetido em 2013. e, a transferência de tecnologia militar entre China e Laos mais expressiva ocorre em 2018 (\$ 51 milhões).

Por fim, aparece a Malásia, totalizando um montante de 31 milhões de dólares em compras de tecnologia militar chinesa, divididas em dois anos apenas. O primeiro, 2009 (\$5 milhões em armas), o segundo ocorreu em 2019, totalizando naquele ano, 26 milhões de dólares em compras de armamento.

É importante ressaltar que a China não mantém registros de exportações de armas com 4 países da Asean: Brunei, Filipinas, Singapura e Vietnã. Mas, esses quatro países mantêm registro de compra de armamento norte-americano. E, dos 6 citados acima, 3 não mantêm registros de compras de armas norte-americanas, sendo eles: Camboja, Laos, e Mianmar (o maior comprador de tecnologia militar chinesa).

Na página seguinte, é possível observar a evolução da tendência total de exportações de armas estadunidenses com destino aos países da ASEAN:

Figura 4 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas estadunidenses para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares).



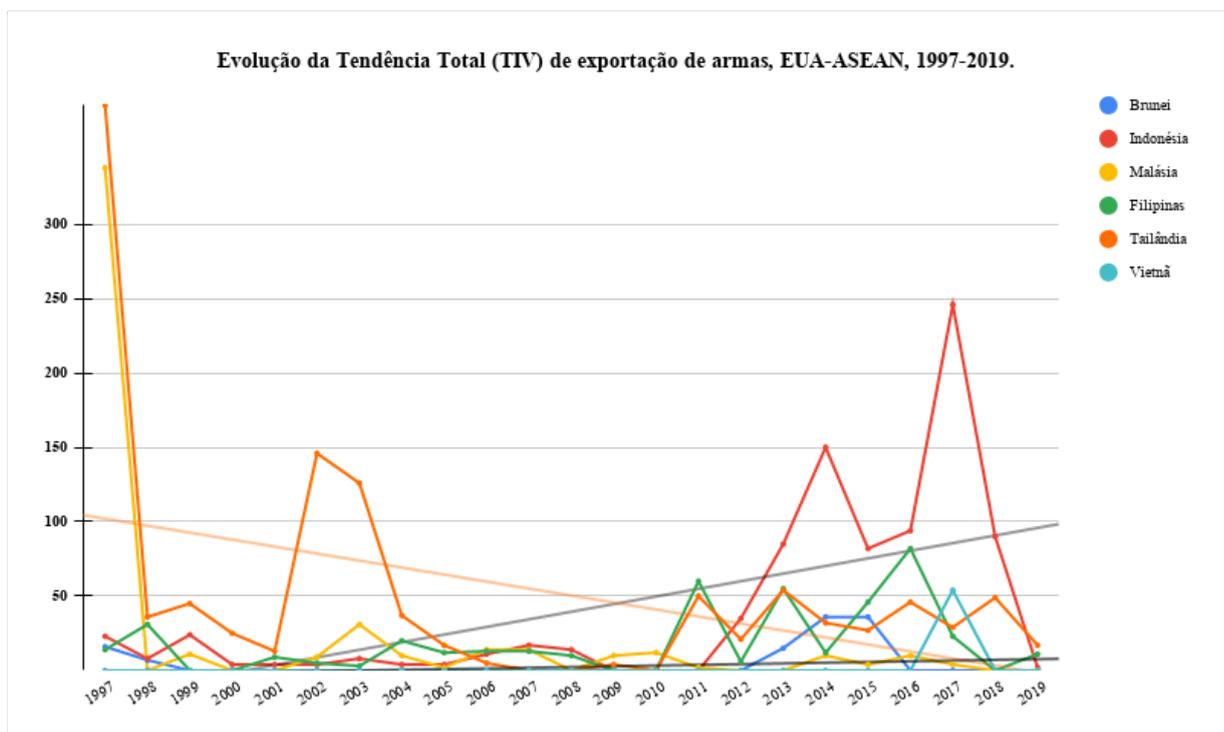
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

No que se refere ao montante total exportado em armas para a ASEAN, os Estados Unidos possuem um fluxo muito superior ao da China na região. Enquanto a China movimentava um montante de 3 bilhões de dólares ao longo dos 22 anos analisados, os EUA movimentaram mais de 10 bilhões de dólares em venda de armamento durante o mesmo período. No entanto, a linha de tendência dos dados norte-americanos (no gráfico as linhas cinzas), apresentam uma tendência de queda, o que significa que em 1997 a média de exportações entre os primeiro grupo de países que mais comprava aos EUA era em torno de U\$ 370 milhões em vendas totais, e caiu para U\$ 270 milhões em 2019. Já no segundo grupo, de países, essa média diminuiu 100 milhões de dólares em 1997, para quase zero em 2019. (O primeiro grupo é formado pelos países que não

mantêm relações de troca de tecnologia militar com a China: Brunei, Filipinas, Singapura e Vietnã. E o segundo grupo é formado pelos países que mantêm compras de armas tanto com a China, como com os EUA: Indonésia, Malásia e Tailândia).

Ademais, Singapura é o país da ASEAN que mais compra tecnologia militar estadunidense, totalizando mais de 6 bilhões de dólares em compra de armas entre 1997-2019. Sendo, 1998, 2000, 2004, 2009, 2011, 2013 e 2016. os anos com maiores picos. Foi em 2009, o ano que registrou maior fluxo de exportações norte-americanas: 720 milhões de dólares. Os fluxos de compras de Singapura não refletem nenhum conflito armado conhecido, sendo apenas o gasto médio do país com sua força militar, o país mantém cerca de 3% do seu PIB para gastos com o seu fortalecimento militar. A seguir, podemos visualizar melhor o comportamento dos fluxos dos demais países.

Figura 5 - Gráfico com a evolução da tendência total de exportações de armas estadunidenses para países da ASEAN, 1997-2019 (em milhões de dólares) com controle de Outlier: Singapura.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

O segundo país da ASEAN que mais importa armas dos EUA é a Tailândia, totalizando mais de 1 bilhão de dólares em armamento entre 1997 e 2019, A Tailândia apresenta tendência de queda de compras desses armamentos dos EUA. Em 1997, as trocas militares totalizaram 380 milhões de dólares, seguido de expressivas diminuições nos anos seguintes. O segundo pico ocorreu em 2002 (U\$146 milhões), seguido de mais diminuições. Os anos de 2011, 2013, 2016 e

2018, significaram uma estabilização em torno de transferências de armas em torno de U\$50 milhões de dólares, em cada ano citado. Assim como com a China, os anos de intensificação de compras de armamento, parecem convergir com os anos de intensificação nas fronteiras do Sul do país.

O terceiro maior comprador de armas norte-americanas é a Indonésia, totalizando 908 milhões de exportações norte-americanas para o país. Indonésia, como pode ser visto pela linha linear cinza no gráfico, apresenta tendência ascendente de compras de armas com os EUA a partir dos anos 2000. O país iniciou a análise em 1997, com compras de armas somando U\$27 milhões de dólares. Passa por toda a década de 2000 com fluxos de compra de armas estabilizadas na faixa de 4 milhões de dólares, e apresenta picos de intensificação de importação de armamentos a partir de 2014, U\$ 150 milhões naquele ano, e seguido de um novo pico em 2017, comprando 246 milhões de dólares. Em 2019, as exportações norte-americanas decaem para apenas U\$2 milhões de dólares.

Malásia é o quarto maior país comprador de tecnologia militar norte-americana em números totais: Ao longo de 22 anos os EUA exportaram um total de 480 milhões de dólares em armas para o país. Mas, grande parte deste montante ocorreu em 1997 (U\$338 milhões), significando 70% do valor total, os outros 30% ou U\$142 milhões, se dividem ao longo dos 21 anos restantes, sendo estes números zerados no último biênio (2018-2019).

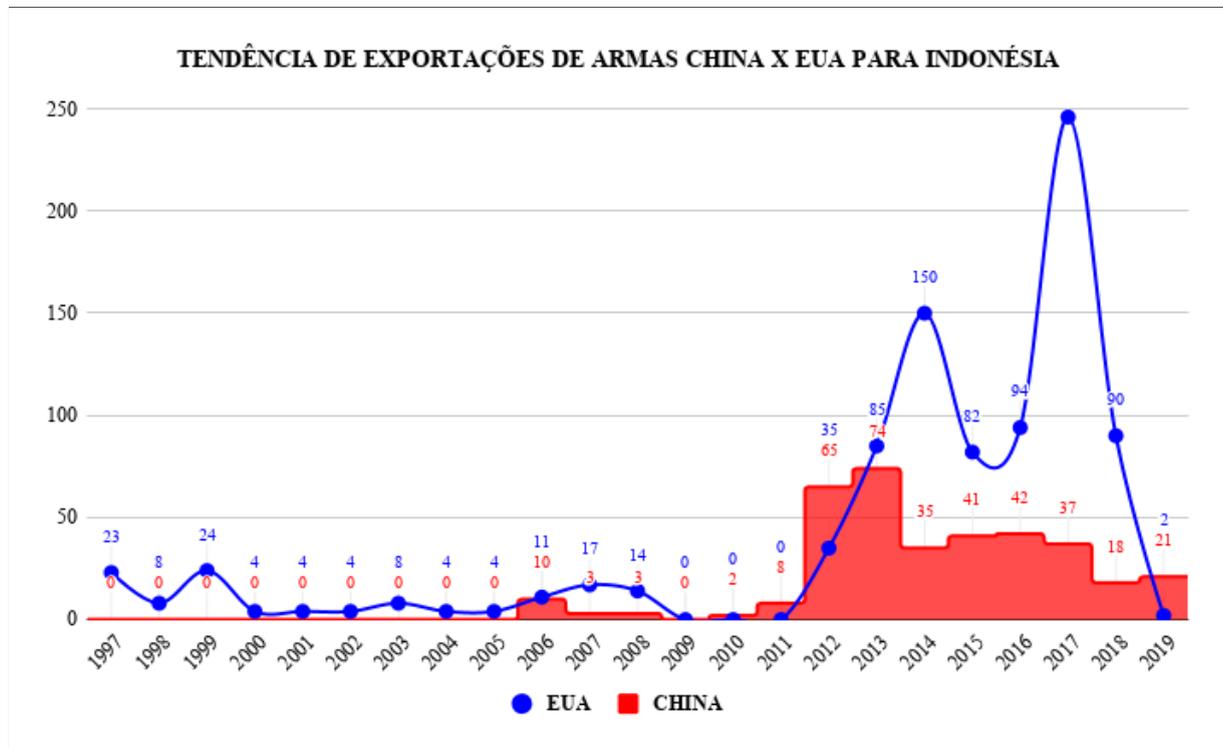
Filipinas é o quinto maior comprador da região de tecnologia militar norte-americana, totalizando 427 milhões de dólares ao longo de 1997-2019, Filipinas também não mantém transferência de tecnologia militar com a China. Os montantes de exportação entre EUA e Filipinas se distribuem de forma mais equânime: com os maiores picos ocorrendo em 2011, 2013 e 2016, representando valores de: U\$60, U\$55 e U\$82 milhões de dólares, respectivamente.

Em penúltimo lugar aparece Brunei, embora Brunei não tenha exercido compras de armas aos EUA Por 17 anos dos 22 analisados, apresenta uma tendência de elevação entre 2013 e 2015, quando foram comprados respectivamente \$15 e \$36 milhões em armas dos EUA.

Por fim, temos Vietnã, que exerceu uma única compra de U\$54 milhões de dólares em tecnologia militar aos Estados Unidos em 2017, mas, o país tampouco formalizou qualquer acordo de compras de armas com a China durante o mesmo período observado. Por ora, já é possível observar que, embora os a diferença entre o total de exportações norte-americanas e chinesas para a região seja de U\$7 bilhões de dólares. Os EUA esboçam sinal de desaceleração do fluxo de exportações, a China apresenta sinais de ascensão no setor militar no período

observado. A seguir, trazemos gráficos em perspectiva comparada das exportações norte-americanas e chinesas nos três países que compram tecnologia militar tanto da China como dos EUA: Indonésia, Malásia e Tailândia.

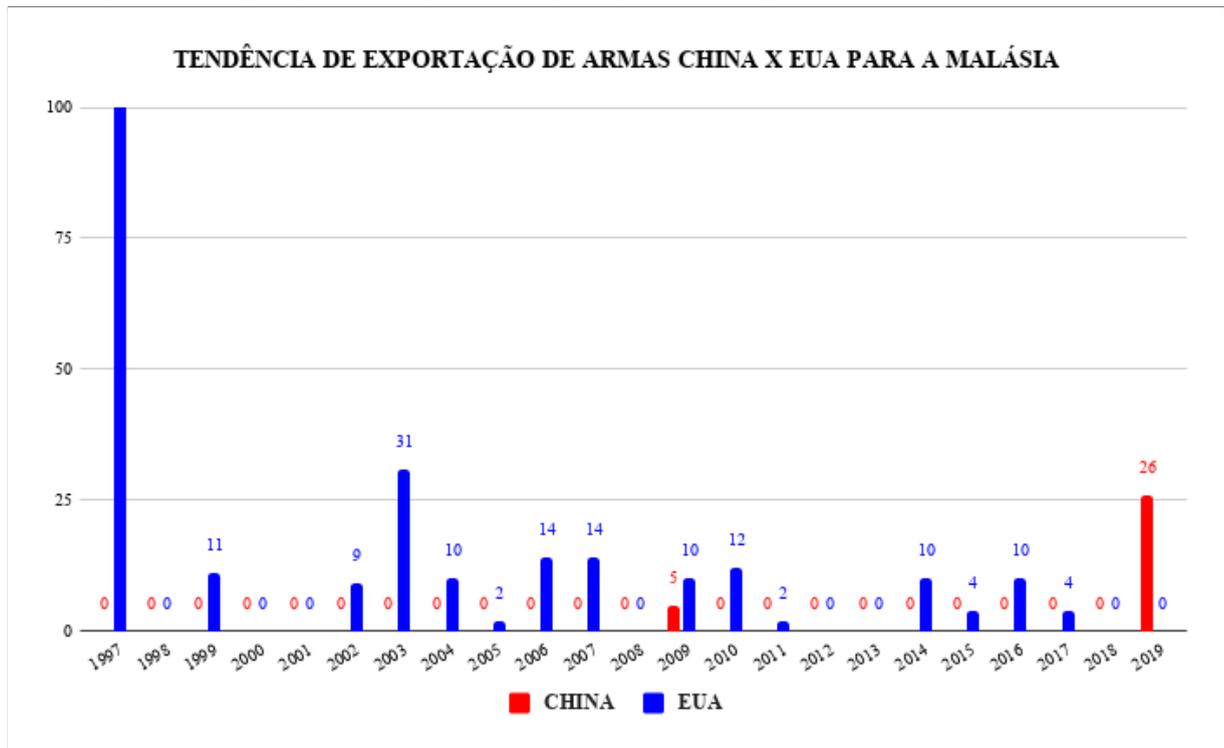
Figura 6 - Comparação entre os fluxos de exportação de armas para Indonésia entre China e EUA.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

A escala do gráfico acima encontra-se em milhões de dólares. A Indonésia é o terceiro maior comprador de armamentos tanto dos EUA como da China no Sudeste Asiático. Mas, como mostra o gráfico acima, a diferença entre o fluxo e o valor total entre as origens dessas armas é tangível. Enquanto que com os EUA, as relações de compra de armas já está estabilizada desde 1997, como mostra o gráfico, com a China essas relações só se estabeleceram em 2006. Com exceção de 2012 e 2019, quando os indonésios preferiram gastar mais comprando dos chineses do que dos norte-americanos, e, apesar da visível ascensão dos números de exportação chinesa ano a ano após 2006, os indonésios ainda preferem comprar seu armamento dos Estados Unidos do que da China. Em números totais ao longo dos 22 anos observados, a Indonésia comprou 908 milhões de dólares em armas dos Estados Unidos, contra U\$359 milhões da China.

Figura 7 - Comparação entre os fluxos de exportação de armas para a Malásia entre China e EUA.



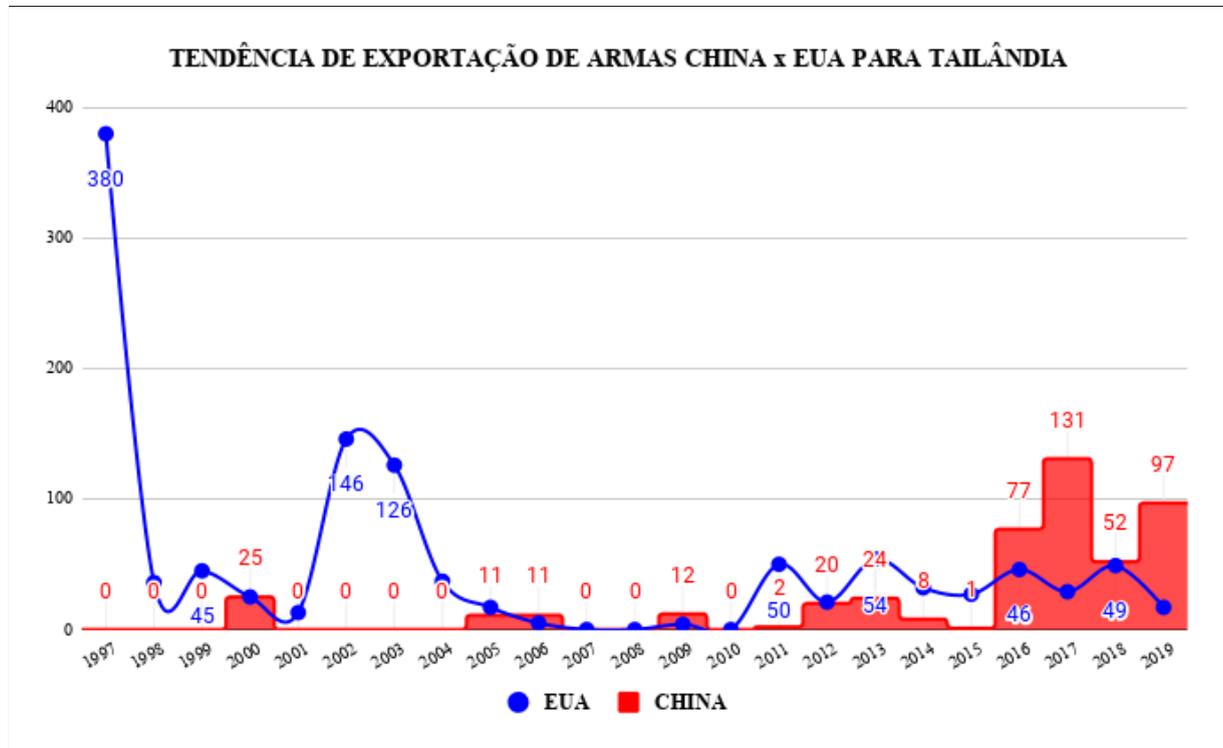
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

A escala do gráfico acima também encontra-se em milhões de dólares. E, ainda mais perceptível que os dados observados da Indonésia, são os da Malásia. Apesar de não realizar compras perenes com nenhum dos dois países. O montante total de compras de armas oriundas dos Estados Unidos equivale a 480 milhões de dólares. Como já dito anteriormente, U\$338 milhões apenas em 1997, o restante se distribui entre 14 anos observados. Aqui, é possível observar uma tendência de diminuição desde o início do fluxo temporal. Mas, é impossível afirmar que a China começa a absorver esse mercado, haja visto que existem apenas duas observações. Uma em 2009, e a segunda em 2019. É possível observar que o montante de armas chinesas que entrou em 2019 quintuplicou, se comparado ao ano de 2009, mas, se essa tendência se manter, apenas as observações dos próximos anos poderá dizer.

No gráfico seguinte, é possível observar a tendência de compra de armas da Tailândia, mais uma vez a escala do gráfico se encontra em milhões de dólares. A Tailândia é o segundo maior comprador de armas tanto norte-americanas, como chinesas no Sudeste Asiático, Ao longo dos 22 anos observados, somou, com os Estados Unidos, um montante de transferência de tecnologia militar de U\$ 1,1 bilhão de dólares, enquanto que com a China, somou um valor total de U\$ 470 milhões de dólares. No entanto, como pode ser visualizado na próxima página. Enquanto as exportações dos EUA em armas apontam para uma diminuição ao longo de

(1997-2019), as exportações chinesas apresentam tendência de ascensão nesse país. Ademais, desde 2016, os tailandeses parecem preferir comprar tecnologia militar chinesa ao invés da norte-americana.

Figura 8 - Comparação entre os fluxos de exportação de armas para Tailândia entre China e EUA.

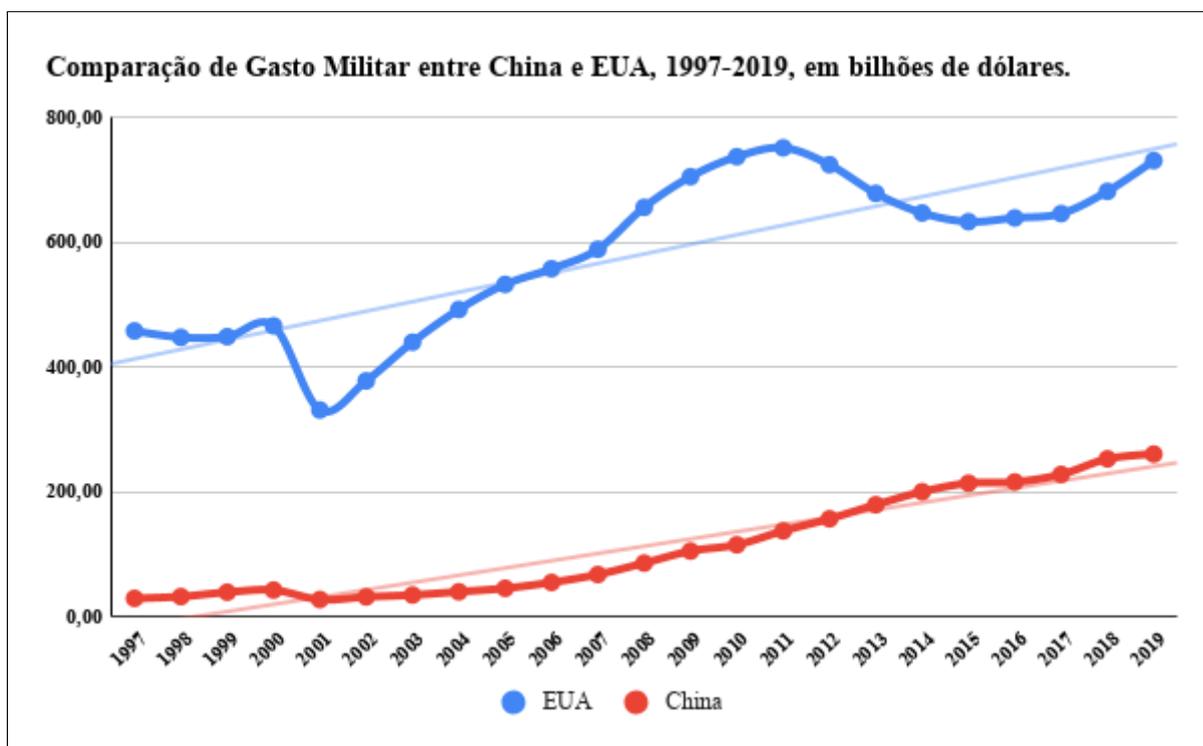


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI Database, 2021.

Em suma, no panorama geral da Região do Sudeste Asiático, apesar de tímida, é possível observar uma ascensão da preponderância militar chinesa no sudeste Asiático. Claro, ainda há um longo caminho à frente, a China precisaria estabelecer comércio de armas com mais quatro dos dez países do Sudeste Asiático. Incrementar, o montante total, dessas exportações em todas as economias do bloco da ASEAN a ponto de diminuir o atual espaço norte-americano nesses países no que diz respeito à influência militar. Singapura se traduz como maior obstáculo, mas, se o caso Tailandês pode ser tomado como qualquer tipo de tendência, não é nada longe da alçada real.

A seguir, observamos os gastos no setor militar entre EUA e China em perspectiva comparada.

Figura 9 - Fluxo temporal comparando os gastos militares da China e dos Estados Unidos, 1997-2019, em bilhões de dólares.



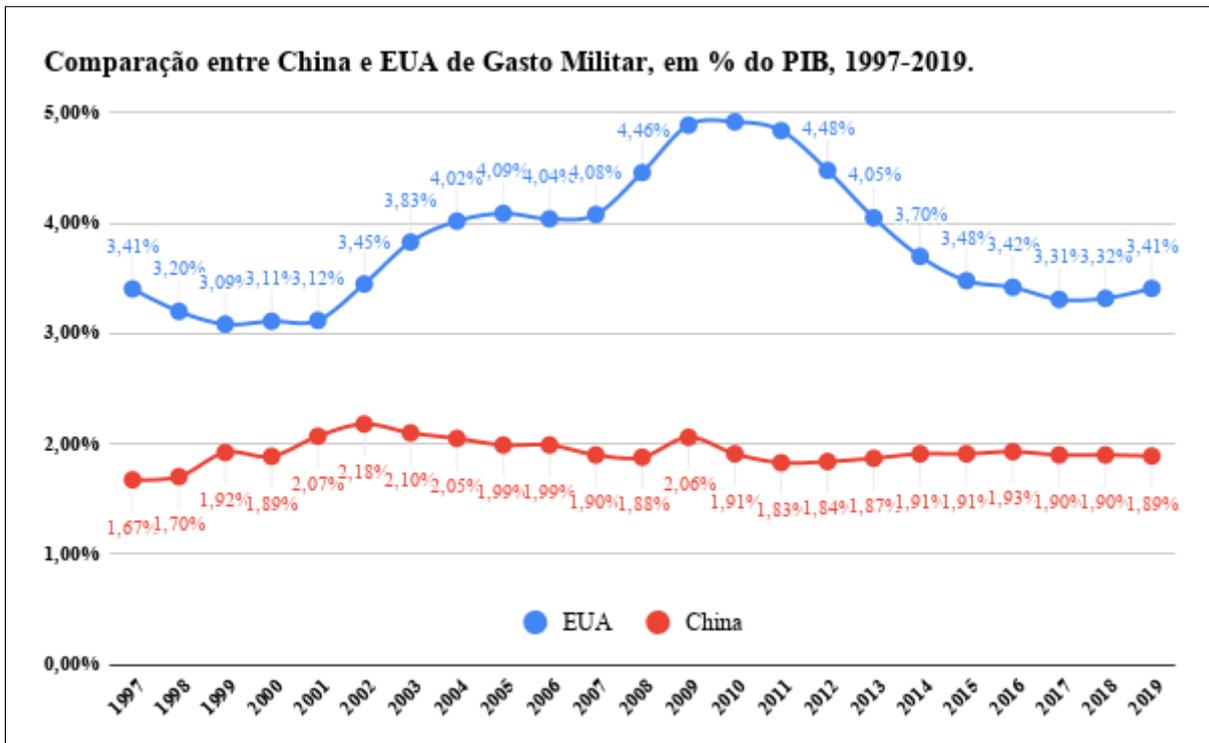
Fonte:Elaboração Própria com base nos dados da SIPRI Military Expenditure, 2021<sup>8</sup>

Como podemos visualizar, existe uma grande diferença entre a importância que os governos chinês e norte-americano dão ao setor militar. Os gastos norte-americanos apresentam valores homéricos. Em 1997, figurando em um montante de 458 bilhões, esboçando um princípio de queda até 2001, na casa dos 331 bilhões de dólares, quando ocorre o atentado ao World Trade Center e ao pentágono, alcançando seu pico máximo em 2011, ápice da Guerra ao Terror Norte-Americana, com 752 bilhões e mantendo-se em 731 bilhões em 2019. Em contrapartida, a China comprometeu muito menos do seu orçamento com base nas estimativas públicas. Em 1997, dedicou 27 bilhões do seu orçamento ao setor militar, crescendo para 261 bilhões em 2019. Os EUA dobraram seu orçamento (que já era um montante bem saliente) ao longo de 20 anos. Já a China, cresceu seu orçamento em 10 vezes ao longo dessas duas décadas. A diferença ainda é gritante quando se tratando de números absolutos. Mas o setor militar, pouco a pouco mostra-se como uma prioridade governamental chinesa.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Faço notar que há um gráfico semelhante, como mudança do recorte temporal, em uma publicação de minha autoria em prelo de uma revista em um artigo que aborda temática semelhante. O artigo é produto do trabalho desta dissertação, e os temas dialogam. Ressalto, no entanto, que a elaboração e análise de dados em ambas publicações são de minha autoria e aconteceram em datas próximas.

<sup>9</sup> Uma nota de rodapé se faz necessária para os métodos de coleta de dados da SIPRI: Os números da China referem-se às despesas militares totais estimadas, incluindo estimativas de itens não incluídos no orçamento oficial de defesa. As estimativas dos anos 2001-2017 são baseadas em números publicamente disponíveis para despesas militares oficiais. Entre 2018/19, onde não há dados oficiais disponíveis para certos itens, as estimativas são baseadas na mudança percentual nas despesas militares oficiais e tendências recentes nos gastos na mesma categoria. Todos os números para os EUA são para o ano financeiro (1 de outubro do ano anterior - 30 de setembro do ano indicado) e não para o ano civil.

Figura 10 - Fluxo temporal comparando os gastos militares da China e dos Estados Unidos, 1997-2019, em fracionado pelo percentual do PIB.



Fonte:Elaboração Própria com base nos dados da SIPRI Military Expenditure, 2021<sup>10</sup>

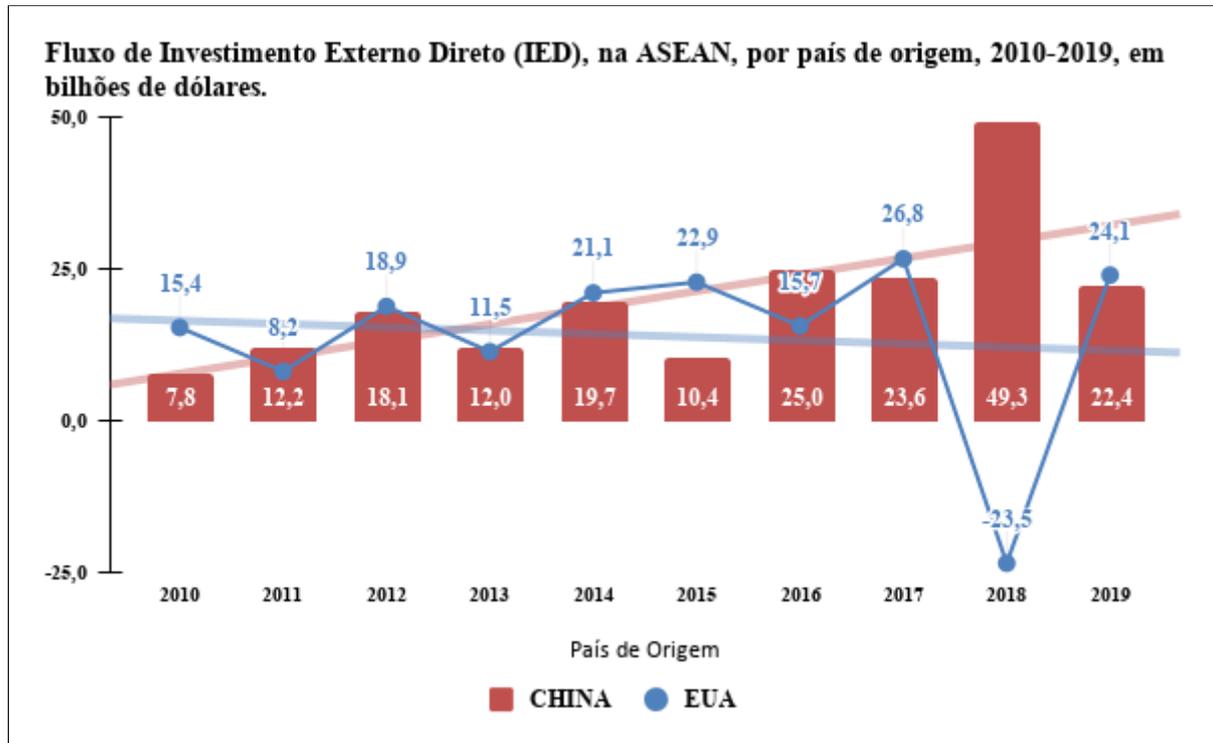
O gráfico acima, apresenta a parcela dos gastos militares no total do PIB daquele ano para cada economia. É possível visualizar que os EUA esboçaram esforço maior para manter o orçamento militar de cada ano. Com os gastos militares chegando a contrair 5% do PIB da época em certos períodos, e ficando acima dos 4% por 10, dos 23 anos observados. Em contrapartida a China, mesmo crescendo ano a ano seu orçamento militar, cresce proporcionalmente ao crescimento do seu PIB, mantendo-se na faixa de 2% de lucro doméstico, a fatia destinada ao setor militar por todas as duas décadas observadas.

Com isso, pode-se observar que como diz Gilpin (1981) a tendência é que os custos econômicos de manutenção do status quo aumentem mais rapidamente do que a capacidade econômica de sustentar o status quo, é possível observar um comprometimento maior da lucratividade norte-americana para manter seus gastos militares, em contrapartida, a China ainda apresenta maior fôlego econômico para expansão de suas técnicas e tecnologias militares.

Findada a análise sobre indicadores militares, focaremos agora em analisar dois tipos de índices importantes no que diz respeito aos fatores econômicos: Quem fornece crédito? e Quem apresenta maior expansão e preponderância econômica na região?

<sup>10</sup> Idem à Nota de Rodapé número 6.

Figura 11 - Comparação entre os fluxos de Investimento Externo Direto para a ASEAN entre China e EUA.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ASEAN STATS, 2021.

O gráfico acima talvez seja um dos maiores exemplos de expansão e consolidação da ascensão chinesa no Sudeste Asiático. Se antes, a ASEAN se caracterizava por um ambiente institucional fabricado como objetivo de garantir a hegemonia norte-americana pós-Bretton Woods no Pacífico Sul e de agir como uma cortina de ferro contra à expansão da União Soviética e do Socialismo Chinês na região, bem, desde 2010 é possível observar uma tendência decrescente de novos investimentos e financiamentos norte-americanos no bloco. O investimentos norte-americanos somavam-se no ano inicial da década passada 15,2 bilhões de dólares, caíram para 8,2 bi no ano seguinte, aumentou para 18,8 em 2012, e assim seguiram aumentando um ano e diminuindo outro até que em 2018, ano inicial da guerra comercial entre China e EUA, a taxa de IED norte-americana é de -23,5 bilhões de dólares, ou seja, EUA removeram aplicações da região naquele ano, retornando a investir na região no ano seguinte, ano em que forneceu um montante superior ao chinês fornecido em 2019. A década de 2010-2019 termina com os EUA tendo fornecido um montante total de 141,1 bilhões de dólares à Asean. Já a China, para o mesmo período observado, forneceu um total de 200,7 bilhões de dólares em IED aos países da ASEAN. Também é possível observar que a China apresenta uma tendência ascendente de concessão de crédito aos países da Asean, tendo iniciado a década fornecendo um total de 7,8 bilhões, alcançando seu pico em 2018, com 49,3 bilhões de dólares

investidos na região. Então, em resposta à pergunta: Quem financia crédito na Região do Sudeste Asiático? Quando comparado entre China e EUA, majoritariamente, embora a diferença ainda não seja tão alta, a China financia investimento e crédito dentro dos países da ASEAN.

Quadro 5 - Sistematização dos principais acionistas financiadores e tomadores de créditos do Asian Development Bank em 2019

<b>Lista dos Maiores Acionistas e Tomadores de Créditos do Asian Development Bank*</b>			
<b>Acionistas Financiadores</b>	<b>% de Ações (2019)**</b>	<b>Acionistas Solicitadores</b>	<b>% de Ações (2019)**</b>
Japão	15,6%	China	6,4%
Estados Unidos	15,6%	Índia	6,3%
Austrália	5,8%	Indonésia	5,4%
Canadá	5,2%	Malásia	2,7%
República da Coreia	5,0%	Filipinas	2,4%
Alemanha	4,3%	Paquistão	2,2%
França	2,3%	Tailândia	1,4%
Reino Unido	2,0%	Bangladesh	1,0%
Itália	1,8%	<b>Outros</b>	<b>5,3%</b>
Nova Zelândia	1,5%		
<b>Outros</b>	<b>7,7%</b>		
* Até 31 de dezembro de 2019, os acionistas do ADB consistiam em 48 membros em desenvolvimento e desenvolvidos na região da Ásia e do Pacífico e 19 membros de fora da região.			
** Porcentagem do capital total subscrito até 31 de dezembro de 2019. Os totais podem não somar devido a arredondamentos.			

Fonte: Asian Development Bank, 2021

Aqui apresentamos a divisão dos Acionistas do Banco de Desenvolvimento Asiático em 2019. Mas antes de mais nada, porque essa fonte de financiamento importa? Como a literatura sugere: bancos de desenvolvimento regional são em geral baseados no modelo do Banco Mundial, mas com algumas diferenças importantes: diferenças sobre a divisão de influências dos acionistas. Aqui vão algumas dessas diferenças: Enquanto no Banco Mundial, os EUA têm mais poder formal do que qualquer outro país, com 16,36% dos votos gerais no BIRD e o Japão em

segundo lugar, com 7,85% dos votos. No ADB, Japão e os EUA estão empatados em primeiro lugar no ADB, com 15,6% dos votos cada, como mostra o quadro acima. Ademais, o mecanismo de votação entre as instituições. No Banco Mundial, os diretores executivos que representam mais de um país membro devem votar como um bloco, enquanto os diretores executivos do ADB são livres para distribuir seus votos de acordo com a vontade de cada país que representam. O presidente do Banco Mundial sempre foi americano até então, enquanto o presidente do ADB sempre foi japonês até aqui. Não surpreendentemente, pesquisas anteriores descobriram que os EUA desempenham um papel único dentro do Banco Mundial, enquanto o Japão e os EUA compartilham os holofotes dentro do ADB (Kilby, 2011). Portanto, observando a divisão interna entre os acionistas, até 2019, a China não participava do banco como fornecedora de créditos, mas como tomadora de empréstimos. O que mostra que, embora haja expansão chinesa como principal financiadora no Sudeste Asiático, a mesma condição ainda está longe de compreender toda a realidade da Ásia Central e Leste Asiático. Aumentando o escopo geográfico, Japão e EUA ainda se mantêm como principais fornecedores de crédito.

Quadro 6 - Esquemática do total de projetos financiados pelo Asian Development Bank por países do Sudeste Asiático no ano de 2016

<b>Montante Total dos Compromissos e Projetos Financiados pelo ADB por país-membro em 2016.</b>		
País	Total de Iniciativas	Montante (bilhões)
Camboja	359	2,86
<b>China</b>	<b>1133</b>	<b>36,31</b>
Indonésia	920	33,52
Laos	417	2,52
Mianmar	133	2,21
Filipinas	664	17,22
Tailândia	278	6,78
Vietnã	531	15,99
*Os números podem não somar precisamente devido ao arredondamento.		

Fonte: Nossa elaboração com base nos dados fornecidos pelo Asian Development Bank, 2021

O quadro acima representa o montante total de compromissos e projetos por país membro em desenvolvimento dentro do ADB, de acordo com o recorte geográfico deste trabalho, durante o ano de 2016. Como podemos ver, China é o país que lidera a maior quantidade de iniciativas financiadas ( 1.133 projetos) como em valor final financiado (U\$36,31 bi), seguido de Indonésia ( U\$33,52 bi financiados divididos em 920 projetos). Filipinas e Vietnã aparecem com uma boa distância dos dois países supracitados. Filipinas aparece em 3º lugar como maior tomador de empréstimo (664 iniciativas distribuídas em U\$17,22 bi de dólares), seguido do Vietnã que soma U\$15,99 bi em 531 projetos financiados.

Quadro 7 - Esquematização do total de projetos financiados pelo Asian Development Bank por países do Sudeste Asiático no ano de 2017

<b>Montante Total dos Compromissos e Projetos Financiados pelo ADB por país-membro em 2017.</b>		
País	Total de Iniciativas	Montante (bilhões)
Camboja	363	2,86
<b>China</b>	<b>1152</b>	<b>36,66</b>
Indonésia	924	35,33
Laos	421	2,56
Mianmar	135	2,17
Filipinas	670	17,92
Tailândia	276	6,54
Vietnã	531	15,82
*Os números podem não somar precisamente devido ao arredondamento.		

Fonte: Nossa elaboração com base nos dados fornecidos pelo Asian Development Bank, 2021

O quadro acima representa o montante total de compromissos e projetos por país membro em desenvolvimento dentro do ADB, durante o ano de 2017. É possível observar que os números se mantêm bem parecidos, havendo apenas uma aproximação maior entre o montante emprestado à China (U\$36,66 bi) e o montante fornecido à Indonésia (U\$35,33 bi).

Quadro 8 - Esquematização do total de projetos financiados pelo Asian Development Bank por países do Sudeste Asiático no ano de 2018, por tipo de ação.

<b>Montante Total dos Compromissos e Projetos Financiados pelo ADB por país-membro em 2018 e tipo de ação.</b>						
PAÍS	Empréstimo		Assistência Técnica		Subsídio	
	Qntd.	Montante (bilhões)	Qntd.	Montante (milhões)	Qntd.	Montante (milhões)
Brunei	-	-	1	0,60	-	-
Camboja	104	2,8	210	175	69	538
China	292	38,7	882	519	26	79
Indonésia	348	36,6	568	460	28	450
Laos	93	1,7	278	162	57	812
Malásia	77	1,9	95	25	-	-
Mianmar	50	2,6	84	90	8	68
Filipinas	239	18,9	414	282	29	88
Tailândia	99	6,96	179	75	3	7
Singapura	14	0,18	2	0,58	-	-
Vietnã	188	16	315	296	41	330

\*Os números podem não somar precisamente devido ao arredondamento.

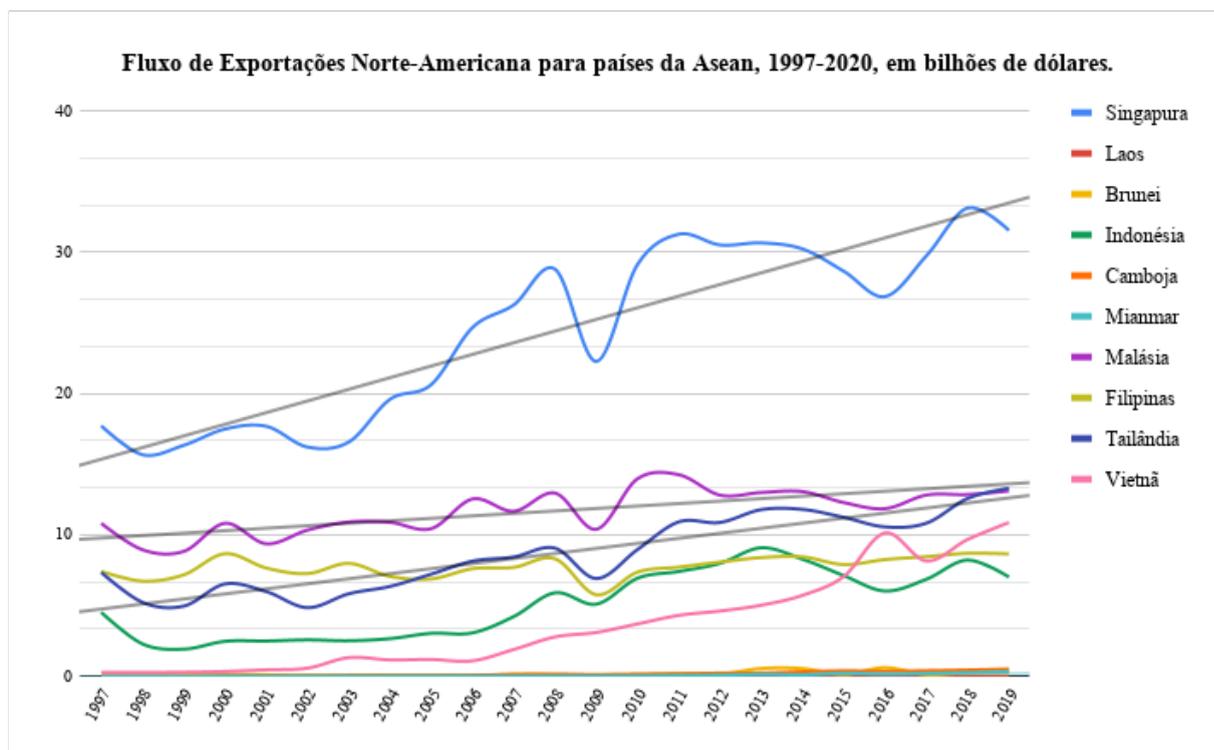
Fonte: Nossa elaboração com base nos dados fornecidos pelo Asian Development Bank, 2021

O quadro acima nos apresenta os valores financiados por países, a partir de 2018, o ADB começa a fazer uma distinção: empréstimo são os projetos em que retornos e pagamentos são esperados, subsídios são as iniciativas financiadas que não há previsão de retorno financeiro ao banco, seja porque trata-se de financiamentos de risco, seja porque a economia não considerada como ambiente institucional confiável. Observa-se que Laos e Camboja são os países que mais receberam subsídio no sudeste asiático naquele ano, U\$812 milhões e U\$538 milhões, respectivamente.

Com isso, foi possível observar que quem financia crédito na sub-região do Sudeste Asiático Quando comparado entre China e EUA, majoritariamente, é a China, embora a

diferença ainda não seja tão alta, a China é quem mais financia investimento e crédito dentro dos países da ASEAN. No entanto, o mesmo não pode ser afirmado no espaço de financiamento da ADB, que abrange a Ásia em toda a sua contingência: nesse ambiente, EUA e Japão ainda são os maiores financiadores de crédito, enquanto a China ainda é acionista tomadora de crédito.

Figura 12 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares.



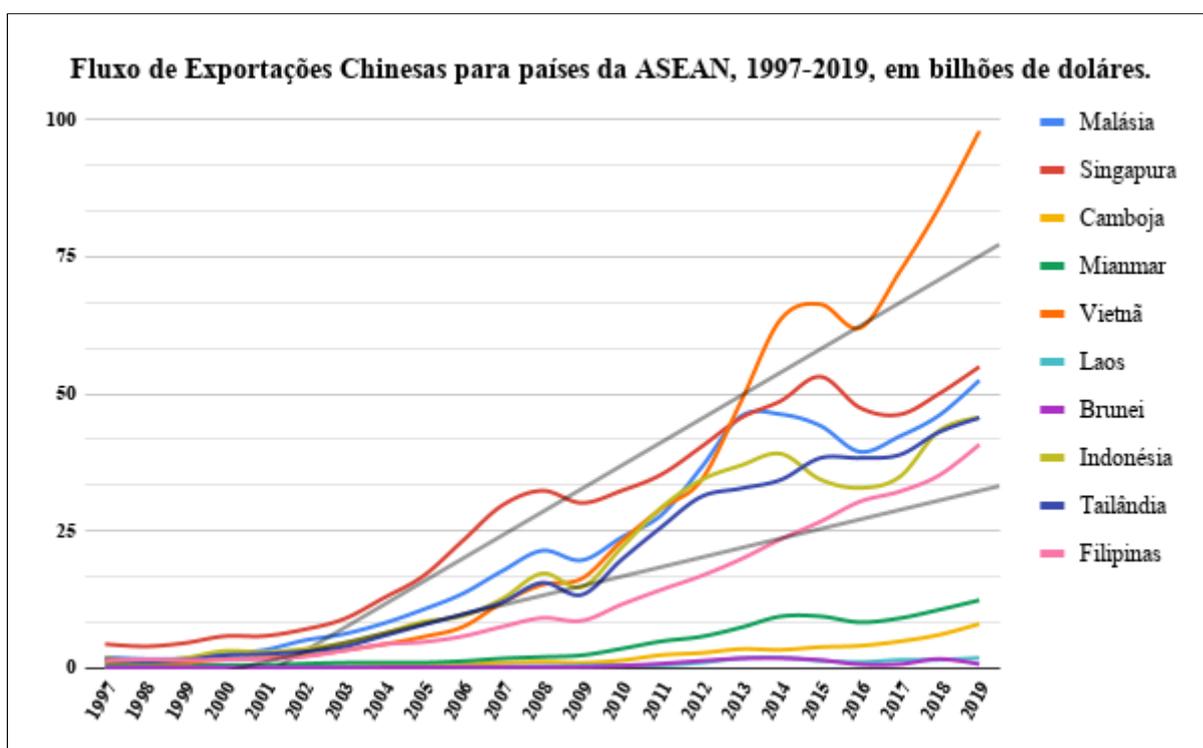
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021<sup>11</sup>.

No gráfico acima, é possível observar o comportamento do fluxo de exportações norte-americanas para os países da ASEAN entre 1997 a 2019. À primeira vista, é possível perceber que Singapura é o país que mais compra dos EUA. Em 1997, o montante movimentado chegou a 17,72 bilhões de dólares, apresentando tendência de aumento, como é demonstrado pela linha retilínea cinza mais alta, apresenta seu pico de compras mais alto em 2018 (US\$ 33,1 bi) e em 2019, mantém seu alto consumo de produtos norte-americanos, movimentando um total de US\$ 31,5 bilhões em importações norte-americanas. A distância entre o principal comprador da região (Singapura) é grande em comparação à Malásia, que aparece em segundo lugar como comprador principal dos produtos norte-americanos. Entre Malásia, Tailândia, Vietnã, Filipinas e Indonésia, (2º, 3º, 4º, 5º e 6º, do maior ao menor comprador, respectivamente) o fluxo de

<sup>11</sup> Importante observar que todos os dados fornecidos pelo FMI, para efeitos de comparação encontram-se controlados pela inflação, as quantias se referem ao equivalente ao dólar constante de 2018.

exportações apresenta números consideravelmente menores que Singapura, estabilizando-se na faixa entre 5 e 10 bilhões de dólares em compras, desse grupo de países, apenas Vietnã apresenta tendência ascendente em volume de exportação norte-americana. Já, Brunei, Camboja, Laos e Mianmar apresentam fluxos de exportação ainda mais baixos, ficando na casa dos milhões de dólares. Esses casos serão abordados com maior atenção nas figuras 14 e 16.

Figura 13 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos chineses para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares.

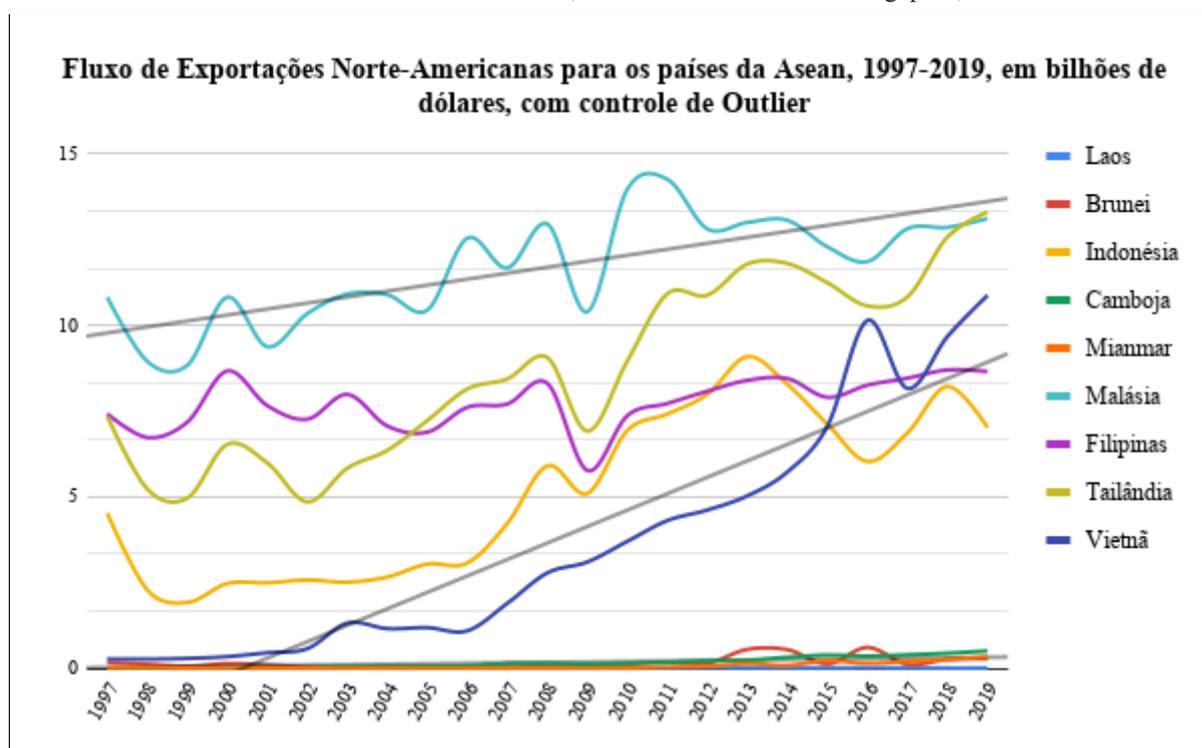


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

Aqui podemos observar o fluxo de exportações chinesas para o Sudeste Asiático, à primeira vista, é possível observar que todos os países da região preferem comprar à China. Só em 2019, Vietnã comprou quase 100 bilhões de dólares em produtos chineses. Singapura, Malásia, Tailândia e Indonésia aparecem como 2º, 3º, 4º e 5º, respectivamente, maiores destinos desses produtos, estabilizando-se na faixa de 50 bilhões de dólares cada no último ano. Filipinas aparece em 6º lugar, acima dos US\$25 bi. E, Mianmar, Camboja, Laos e Brunei aparecem mais uma vez como os menores consumidores da região, ainda assim, os valores de consumo de exportações chinesas para esse cluster de países ultrapassa 1 bilhão de dólares, diferentemente do que foi encontrado na análise sobre as exportações norte-americanas no mesmo período.

Ademais, é ainda mais impressionante a força e a rapidez dessa ascensão chinesa, visto que em 1997, esses números estavam abaixo da escala de bilhões de dólares. Portanto, é possível afirmar que os países do Sudeste Asiático preferem a China enquanto parceiro econômico, atestando a competitividade dos produtos chineses na região, e a força da influência econômica chinesa na região. Nas figuras 15 e 17 abordaremos com mais detalhes o comportamento dessa tendência de evolução das exportações chinesas na região.

Figura 14 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares. (Com controle de Outlier: Singapura).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

Voltamos agora a observar o comportamento das exportações norte-americanas na região, retiramos do gráfico a linha que representa Singapura para uma melhor observação dos dados. Como é possível observar, ao longo dos anos, o melhor resultado ao longo dos 22 anos observados ainda é abaixo de 15 bilhões de dólares (2011, Malásia: U\$14,2 bi). Como é possível observar pelas linhas retilíneas cinzas, a tendência das exportações norte-americanas ainda é ascendente, embora que apresente números muito mais estabilizados entre Malásia, Tailândia e Filipinas. Apenas, para auxiliar a ilustração:

Malásia pontuou em 1997, U\$10,8 bi em compras de produtos norte-americanos, o maior resultado tendo sido, como comentado, em 2011, e ao fim do recorte temporal: 2019, comprou U\$13,1 bi em produtos.

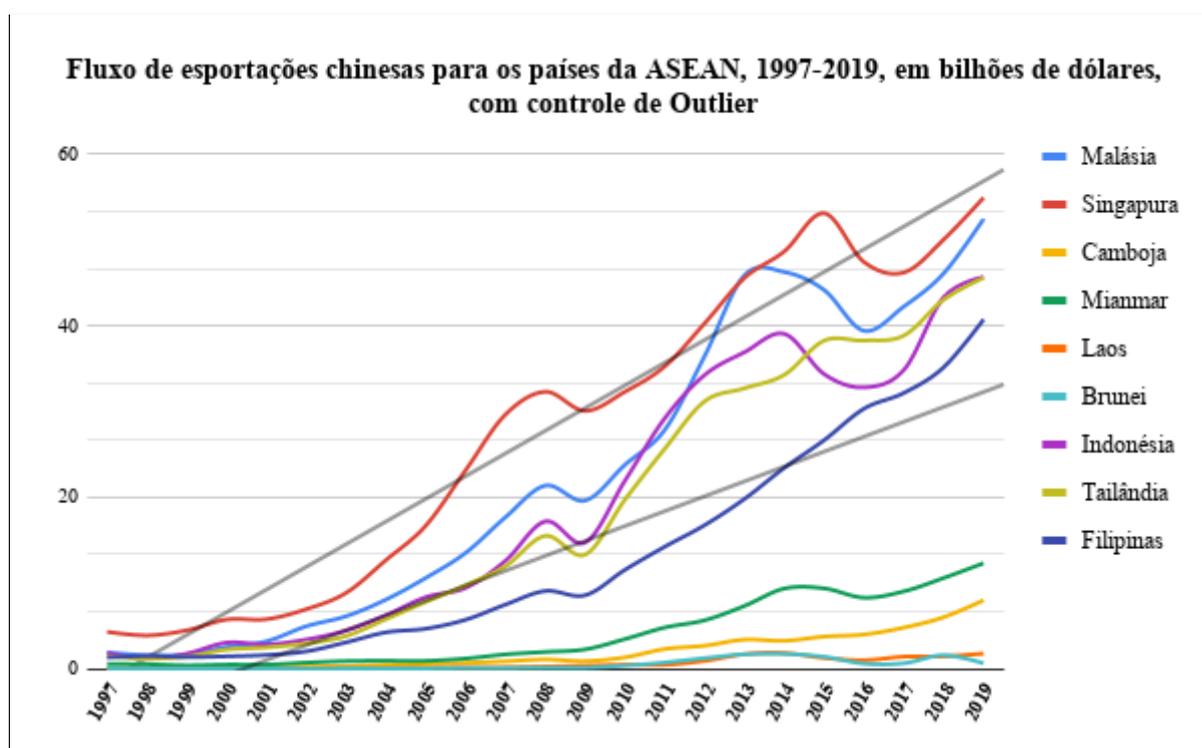
Tailândia pontuou em 1997, U\$7,3 bi, o maior desempenho norte-americano naquele país coincide com o último ano de análise: 2019, sendo U\$13,3 bi, sendo um dos poucos países a apresentar um aumento linear.

Filipinas pontuou em 1997, U\$7,4 bi, o maior resultado tendo sido em 2000 (U\$8,6 bi), tendo repetido o mesmo montante em compras no fim do recorte temporal (2019). Filipinas, apresenta portanto uma tendência de estabilização em torno do valor de exportações norte-americanas, com exceção do ano de 2009 (Crash de Wall Street).

A Indonésia comprou em 1997, U\$4,5 bi de mercadorias norte-americanas, Em 2013, o volume de compras é o maior do país nos anos observados: 9 bilhões de dólares. Em 2019, o montante diminuiu para U\$7 bi. A Indonésia, desde 1997, apresenta uma tendência de queda na compra de produtos norte-americanos.

Já no Vietnã, por outro lado, as exportações norte-americanas apresentam uma tendência de ascensão: Em 1997, elas somavam U\$ 277 milhões, começam a crescer vertiginosamente a partir dos anos 2000 (U\$ 347 milhões naquele ano), o maior pico ocorre em 2016 (U\$ 10,1 bi) e em 2019, apresentam um resultado ainda maior ao daquele ano (U\$ 10,8 bi). Brunei, Camboja e Mianmar serão observados na figura 16.

Figura 15 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos chineses para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares. (Com controle de Outlier: Vietnã)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

Neste gráfico voltamos a observar o comportamento das exportações chinesas no Sudeste Asiático, retiramos do gráfico a linha que representa Vietnã para uma melhor observação dos dados. Como é possível observar na imagem acima nas linhas retilíneas cinzas, a tendência de crescimento vertiginoso das exportações chinesas na região se inicia entre os anos 1998 e 2000, a depender do país de análise. A diferença quando comparada ao desempenho norte-americano é sensível, em todos os países observados, o maior pico de fluxos de exportação ocorre em 2019, significando plena ascensão da competitividade da economia chinesa na região.

Singapura desponta como o segundo maior comprador do Sudeste Asiático de produtos chineses, enquanto que no que diz respeito às exportações norte-americanas, o melhor resultado foi em 2018 com U\$33,1 bi. O comportamento das exportações chinesas apresenta melhor desempenho: Em 1997, somavam-se U\$ 4,3 bi, o primeiro pico ocorreu em 2008, o segundo em 2015 e o terceiro em 2019, apresentando fluxos de U\$ 32,3 bi, U\$ 53,1 bi e U\$ 54,9 bi a cada ano, respectivamente. O que nos mostra que atualmente, Singapura prefere comprar à China, do que aos EUA.

Malásia também apresenta comportamento crescente de compras de produtos chineses, em 1997, somavam-se U\$1,9 bi de compras. Para esse país, o primeiro pico ocorreu em 2008 (U\$21,3 bi), o segundo ocorreu em 2014 (U\$46,2 bi) e o terceiro ocorreu em 2019 (U\$52,4 bilhões). Tailândia também apresenta uma ascensão na predominância de compras de produtos chineses. Em 1997 apresentava um montante de U\$1,5 bi, o primeiro pico ocorreu em 2008, o segundo em 2015 e o terceiro em 2019, apresentando fluxos de U\$15,5 bi, U\$38,2 bi e U\$45,6 bi a cada ano, respectivamente. Em termos comparativos, o desempenho chinês no país em 2009 já é maior que o desempenho norte-americano em 2019.

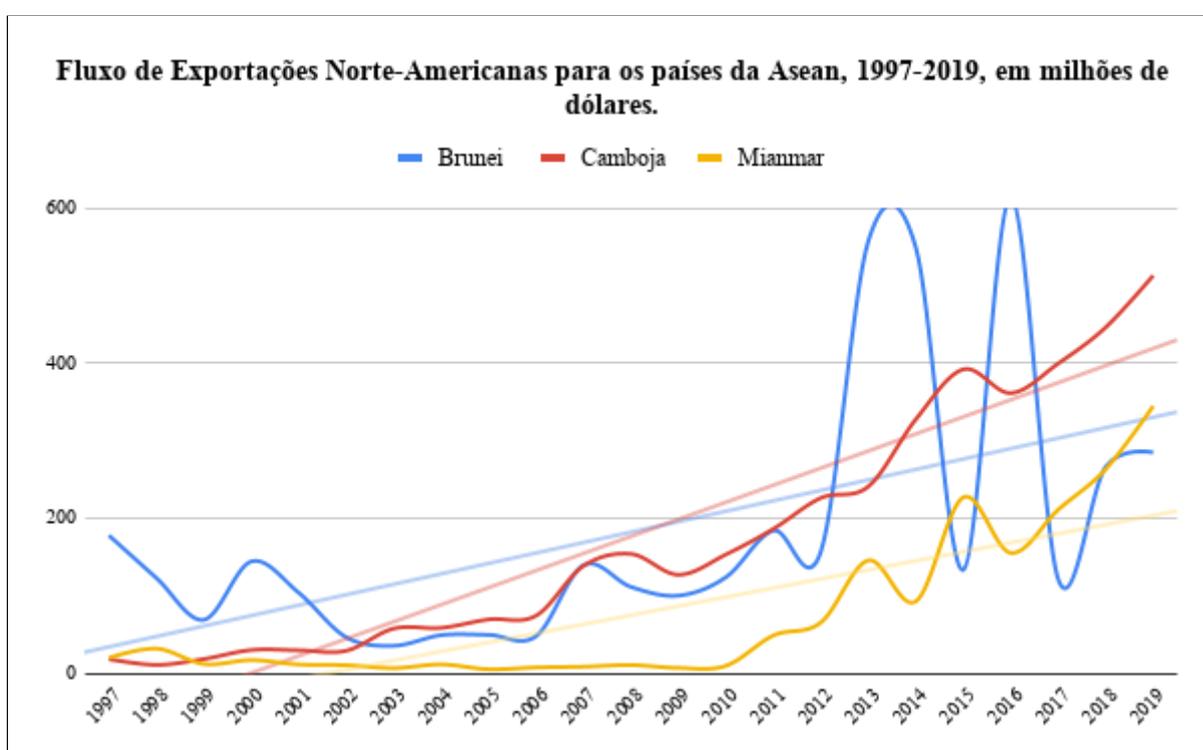
Iniciamos esta análise com a Indonésia somando em 1997, um total de U\$ 1,8 bi de compras de produtos chineses. também aqui, ocorreram três picos de crescimento: 2008,2014 e 2019, apresentando montantes de U\$ 17,2 bi, U\$ 39 bi e U\$ 45,6 bi, respectivamente. A China superou o melhor desempenho dos EUA no país em 2007, quando somou U\$12,6 bi em exportações na Indonésia.

Filipinas, deste cluster analisado, é o país onde a China teve seu desempenho mais tímido. Inicia em 1997 com um fluxo de exportações somando U\$1,3 bi, também apresenta três picos de crescimento: 2008, 2015 e 2019, respectivamente, U\$9 bi, U\$26,6 bi e U\$40,7 bi. Ainda assim, a China superou o melhor desempenho dos EUA no país em 2008.

O desempenho chinês sobre o cluster das menores economias da região: Brunei, Camboja, Laos e Mianmar, serão analisados com mais detalhes na figura 17.

Na Figura 16, é possível observar o comportamento das exportações norte-americanas em Brunei, Camboja e Laos. Brunei apresenta um fluxo de compras de produtos estadunidenses instável: Em 1997 foram U\$178 milhões em compras, apresentando picos de alta em 2000, 2013 e 2016, (respectivamente: U\$144 milhões, U\$558 milhões e U\$614 milhões). Em 2019 comprou um montante total de U\$285 milhões em produtos dos EUA. Como é possível observar a seguir:

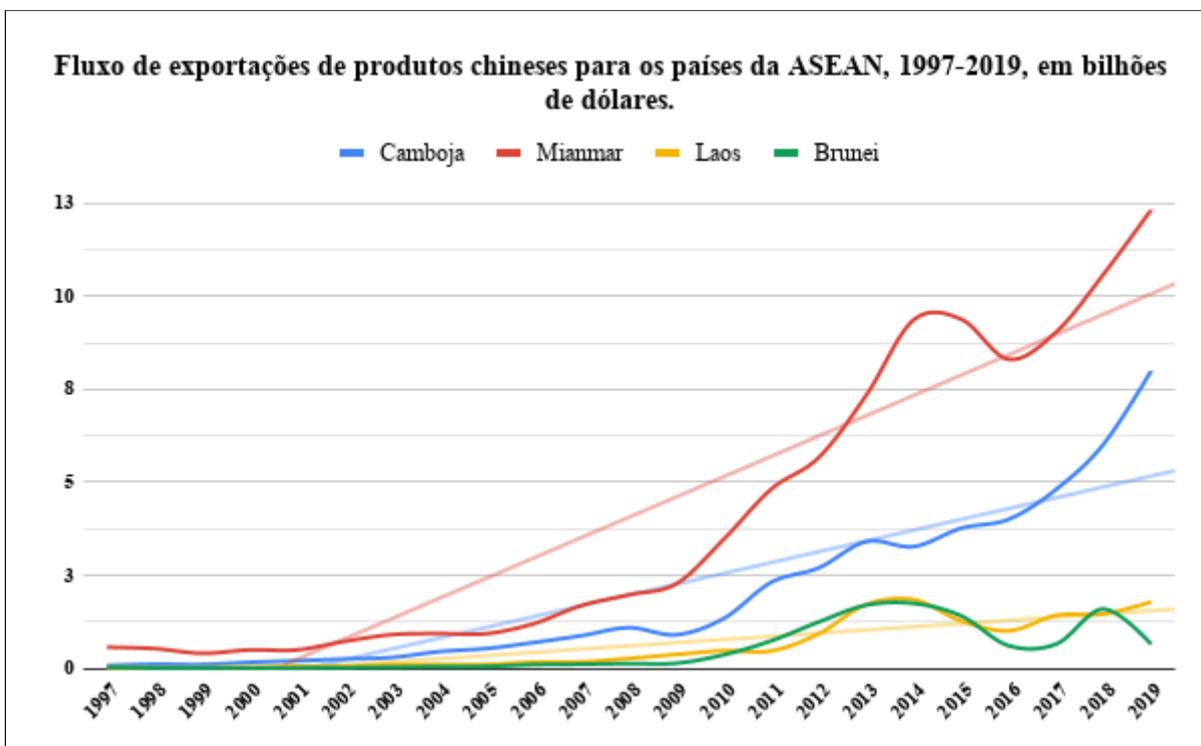
Figura 16 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para os países da ASEAN, 1997 a 2020, em milhões de dólares. (Com foco nos países com menores resultados).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

Já Camboja e Mianmar, apresentam tendência de crescimento, tendo sido em 2019 o ano final de melhor desempenho de exportações norte-americanas nesses países: No Camboja, em 1997 somou-se um montante de U\$ 18 milhões em compras de produtos norte-americanos, e em 2019 esse valor cresceu para U\$ 513 milhões. E, no Mianmar, em 1997 somou-se um montante de U\$20 milhões em compras de produtos norte-americanos, e em 2019 esse valor cresceu para U\$344 milhões. Entretanto, esse desempenho norte-americano ainda é muito menor ao desempenho chinês nesses mesmos países durante os mesmos anos observados, como pode ser visto no gráfico da figura 17, a seguir.

Figura 17 - Série temporal do fluxo de exportação de produtos chineses para os países da ASEAN, 1997 a 2019, em bilhões de dólares. (Com foco nos países com menores fluxos).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

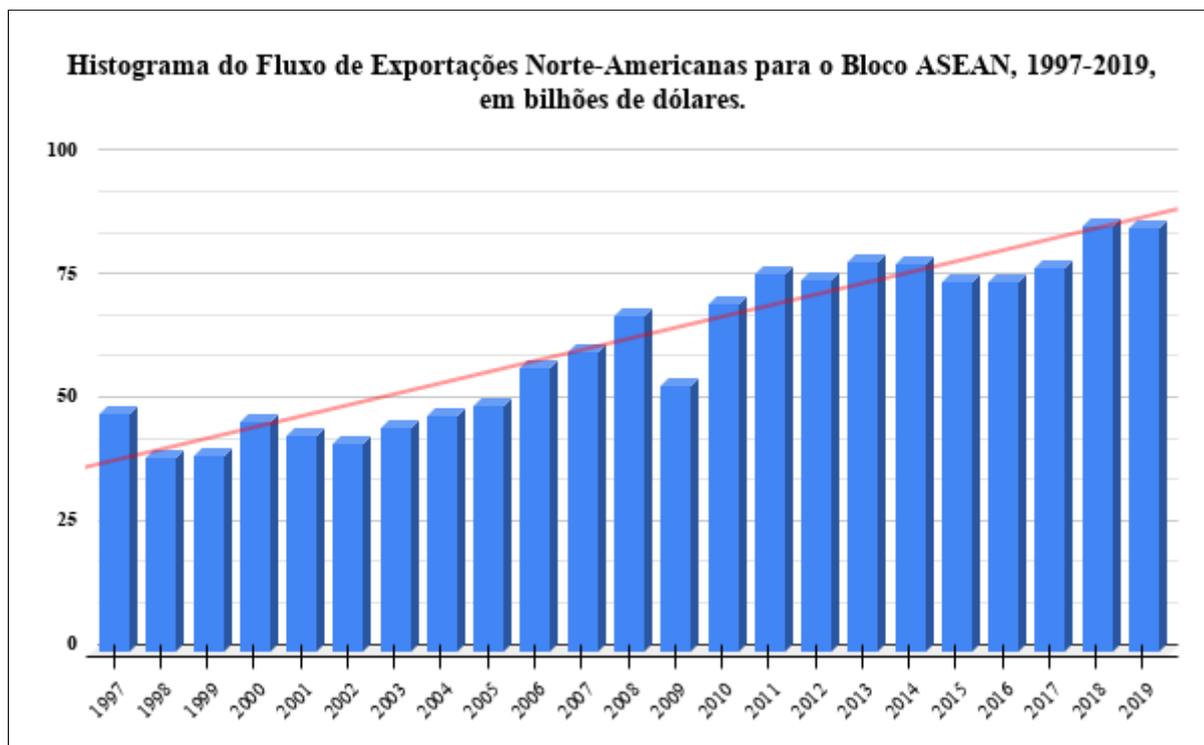
Como é possível observar no gráfico acima, Brunei é o único país que não apresenta crescimento significativo das exportações chinesas: Em 1997, o montante movimentado era de US\$33 milhões, e, cresceu em 2019 para US\$649 milhões de dólares. Nos outros três países: Camboja, Laos e Mianmar, é possível observar a mesma tendência de ascensão da participação econômica chinesa nesses países, como vimos nos vizinhos da região. Mianmar é o país que apresenta o resultado mais alto desse cluster de economias tímidas. Em 1997 somavam US\$569 milhões em exportações chinesas, e apresenta três picos de alta: 2009, 2013 e 2019, respectivamente, US\$2,2 bi, US\$7,3 bi e US\$12,3 bi.

Camboja, Em 1997 somavam US\$75 milhões em exportações chinesas, e apresenta três picos de alta: 2013, 2016 e 2019, respectivamente, US\$3,4 bi, US\$4 bi e US\$8 bi. Por fim, Laos, em 1997 somavam US\$22 milhões em exportações chinesas, e apresenta dois picos de alta: 2014 e 2019, respectivamente, US\$1,8 bi e US\$1,7 bi.

Ademais, fica comprovada a preponderância e participação econômica chinesa na região, frente aos Estados Unidos. Nas figuras 18 e 19, apresentamos, o histograma com os montantes totais de exportações, norte-americana e chinesa, que adentraram o bloco ASEAN, entre

1997-2019, Enquanto a figura 20 apresenta um panorama geral de comparação entre os desempenhos chinês e norte-americano ano longo dos 22 anos observados.

Figura 18 - Histograma do fluxo de exportação de produtos Norte-Americanos para o bloco econômico ASEAN, 1997 a 2020, em bilhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

É possível observar queda nas exportações norte-americanas em relação ao ano anterior em 8 dos 22 anos observados. Nomeadamente sendo eles: 1998, 1999, 2001, 2002, 2009, 2015, 2016 e 2019. Ademais, em 1997, o montante total de exportações norte-americanas para a ASEAN foi de U\$48 bilhões, e em 2018 alcançou seu melhor desempenho no fluxo temporal observado (U\$86,2 bi). Finalizamos a observação com o ano de 2019, quando o montante exportado foi de U\$85,7 bi.

No que diz respeito ao desempenho das exportações chinesas no bloco durante o mesmo período observado, é possível visualizar uma constante ascensão dos produtos chineses, e a latente superioridade do montante movimentado. Em 1997, o montante total foi de U\$12,7 bilhões de dólares em exportações de produtos chineses, e em 2019, esse valor saltou para U\$360 bilhões. A China bateu o melhor desempenho norte-americano (2018) em 2007, quando

exportou para a ASEAN U\$94,2 bilhões de dólares em produtos. Como é possível visualizar a seguir.

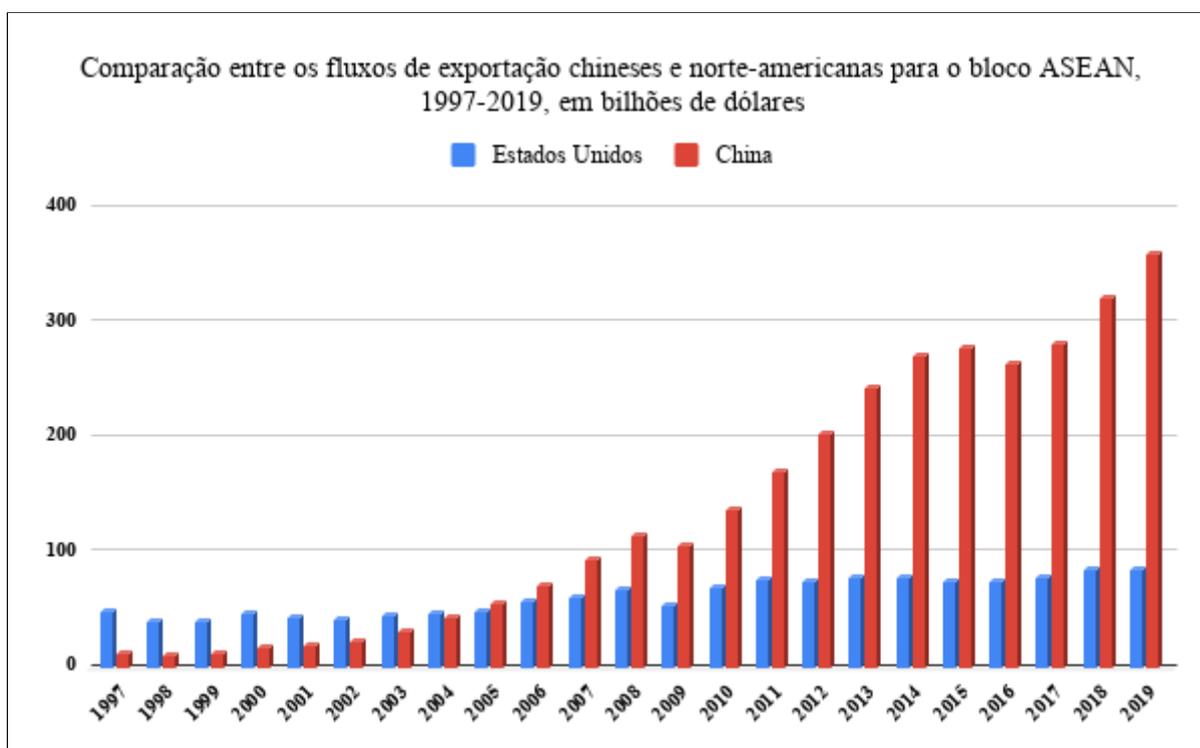
Figura 19 - Histograma do fluxo de exportação de produtos chineses para o bloco econômico ASEAN, 1997 a 2019, em bilhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

A seguir, podemos visualizar em perspectiva comparada os desempenhos chinês e norte-americano na região, comprovando a superioridade da competitividade chinesa no sudeste asiático. Desde 2005, a China exporta mais para a ASEAN do que os Estados Unidos.

Figura 20 - Gráfico de comparação entre o fluxo de exportação de produtos chineses e norte-americanos para o bloco econômico ASEAN, 1997 a 2019, em bilhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI, 2021.

Com isso, finalizamos nossa seção de análise de dados. Em suma, nas categorias de análise observadas aspectos militares e fatores econômicos, podemos observar que:

1. Em termos de competitividade de mercado, a China já alcançou superioridade à economia norte-americana desde antes da quebra da bolsa em 2009, as décadas seguintes só serviram para criar distância entre as duas potências e consolidar a ascensão econômica chinesa.
2. Em termos de concessão de crédito, a China está em vias de se consolidar como maior fornecedor de crédito da ASEAN. Mas, essa realidade não se traduz para a totalidade da Região Asiática, EUA e Japão ainda são os maiores fornecedores de crédito.
3. No que diz respeito à expansão de tecnologia militar, os EUA ainda exercem preponderância na região, também, os gastos, e consequentemente, a capacidade militar norte-americana é maior que a atual capacidade chinesa. Entretanto, a China atualmente encontra-se em fase de expansão de sua abrangência militar, e apresenta maior capacidade econômica de financiar essa expansão, enquanto os EUA apresentam sinais de exaustão econômica e alcançaram o teto dos gastos possíveis no setor, sem que haja uma crise burocrática doméstica.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES

Em que pese a discussão levantada até aqui: as considerações de que historicamente não se trataria de uma ascensão chinesa no Sudeste Asiático mas sim uma reascensão onde a China voltaria a exercer seu Tianxia, haja visto a postura de consistente líder regional no gerenciamento da crise financeira asiática, e ainda em que pesem às tensões do Mar do Sul da China, os dados trazidos na seção anterior trazem inferências fortes de que há hegemonia financeira concreta no Sudeste Asiático. Reitero aqui meus achados:

1. Em termos de competitividade de mercado, a China já alcançou superioridade à economia norte-americana desde antes da quebra da bolsa em 2009, as décadas seguintes só serviram para criar distância entre as duas potências e consolidar a ascensão econômica chinesa.
2. Em termos de concessão de crédito, a China está em vias de se consolidar como maior fornecedor de crédito da ASEAN. Mas, essa realidade não se traduz para a totalidade da Região Asiática, EUA e Japão ainda são os maiores fornecedores de crédito.
3. No que diz respeito à expansão de tecnologia militar, os EUA ainda exercem preponderância na região, também, os gastos, e conseqüentemente, a capacidade militar norte-americana é maior que a atual capacidade chinesa. Entretanto, a China atualmente encontra-se em fase de expansão de sua abrangência militar, e apresenta maior capacidade econômica de financiar essa expansão, enquanto os EUA apresentam sinais de exaustão econômica e alcançaram o teto dos gastos possíveis no setor, sem que haja uma crise burocrática doméstica.

Ademais, às mudanças na opinião pública, apontam também que há mudanças na percepção da sociedade civil do Sudeste Asiático em favor da China, em que pesem às contribuições de Gramsci: hegemonia é construída às bases do consenso da sociedade civil, o que mostra que essa também é uma mudança em andamento. No que tange ao setor tecnológico-militar: meu palpite, baseado nos dados analisados, é de que presenciaremos nos próximos anos vertiginosa ascensão militar chinesa tal qual, aconteceu nos últimos anos no setor econômico.

Finalmente, embora a vontade política chinesa preze pela não-intervenção, diplomacia consensual, e um sentido de hegemonia baseado na ética e na harmonia, tal atitude não depende exclusivamente da vontade política chinesa, o outro *big-player* da equação, precisa demonstrar a

mesma boa vontade diplomática. Em que pesem as últimas investidas norte-americanas, em especial com a guerra comercial e a postura norte-americana no combate a atual crise sanitária mundial, suponho que dificilmente os EUA iriam aceitar uma mudança estrutural hegemônica, e conseqüentemente perda de status-quo pacificamente. O capítulo seguinte, portanto, trata destas recentes tensões norte-americanas.

#### 4 AS RELAÇÕES SINO-NORTE-AMERICANAS DE BUSH À TRUMP: O ÚLTIMO EMPECILHO À ASCENSÃO HEGEMÔNICA CHINESA?

**Resumo:** Estados Unidos é atualmente o único país rotulado por consenso tanto da literatura especializada e do *establishment* político, como potência hegemônica. Qualquer ascensão de poder que desafia essa lógica, desafia o *establishment per se*. Até aqui, as relações sino-norte-americanas têm se caracterizado por cooperação pacífica, mas desde 2016, com a ascensão de Donald Trump à presidência norte-americana, as tensões vêm aumentando. o que nos leva a pergunta deste capítulo: É possível uma ascensão pacífica chinesa no atual sistema internacional? Este último capítulo pretende abordar de forma breve o comportamento norte-americano em relação às novas iniciativas de ascensão chinesa. Para cumprir com o último objetivo deste trabalho, pretendemos realizar uma análise de conjuntura, apresentando alguns índices estatísticos importantes, e as consequências do primeiro ensaio de embate sino-norte-americano: A guerra comercial de 2018.

##### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A guerra comercial entre China e Estados Unidos foi oficialmente iniciada no dia 6 de julho de 2018, mas este conflito foi alimentado por animosidades e rivalidades em diversos campos desde muito antes. Na literatura acadêmica, intelectuais norte-americanos, em sua maioria das vezes orientados pela abordagem teórica realista do sistema internacional, alertavam sobre rivalidades políticas que poderiam levar a maiores conflitos entre as duas potências. Outros, de forma mais entusiasmada ou propagandista defendiam a ideia da China como a maior ameaça à posição hegemônica norte-americana. E este tipo de discurso não se iniciou este ano, nem mesmo ano passado, ou nos anos iniciais da década de 2010. Este discurso se perpetua no ideário dos acadêmicos, intelectuais, columnistas e empresários de Wall Street desde a virada do milênio. E só quase vinte anos depois, a cacofonia de vozes que alertavam para um possível “*clash*” sino-norte-americano demonstra verossimilhança com a realidade (ARRIGHI, 2007).

Para se ter uma ideia, já em 2005 a rivalidade era latente. Neste ano a Unocal abreviação de “*Union Oil Company of California*”, uma petrolífera norte-americana se colocou à disposição no mercado para venda. Em maio do mesmo ano, a Chevron, outra petrolífera norte-americana, fez uma oferta de 16.8 bilhões de dólares. Até então, nada fora da rotina em transações do mercado internacional, até que em junho daquele ano, a CNOOC, “*China National Offshore Oil Corporation*”, uma estatal chinesa fez uma oferta a Unocal de 18.5 bilhões de dólares e o celeuma midiático foi organizado. Este evento foi a primeira batalha de aquisição entre corporações na China e nos Estados Unidos e provocou um debate cheio de polêmicas, principalmente em Washington e Wall Street sobre as políticas comerciais dos EUA para com a

China e o papel dos dois governos na tendência crescente de negociação entre empresas nos dois países. Conservadores e republicanos norte-americanos chegaram até a defender que a administração Bush proibisse a possível transação por se tratar, segundo eles, de questões de segurança nacional. Paul Krugman, chegou a partilhar desta mesma recomendação, ao mesmo tempo em que chegava uma conclusão um tanto óbvia porém sensata de que, segundo ele “não havia nada de chocante sobre o fato de que os chineses pareciam não estar mais satisfeitos com o papel de credores passivos da dívida externa dos EUA e iriam passar a exigir o poder que vem com a propriedade desta”. (ARRIGHI, 2007)

Do lado oriental desta polêmica, os chineses apresentaram uma postura mais pacífica ao choque norte-americano. O governo chinês, na época, através de seu porta-voz dizia que não passava de “uma questão corporativa” e encorajava a administração Bush a permitir que as relações comerciais normais ocorressem sem interferência política. Ao mesmo tempo, a opinião pública chinesa tratava do assunto em termos de “rancor norte-americano” e “hipocrisia norte-americana” por retaliar ações corporativas que o próprio governo norte-americano encorajou de suas empresas em outros países subdesenvolvidos.

O ponto central desta breve exposição acima é que não deveria ser surpresa alguma que foi durante a administração republicana de um empresário oriundo de Wall Street que esta rivalidade se transformou em conflito velado. Em 2011, Donald Trump afirmou via suas redes sociais que a China não era “*nem aliada nem amiga [dos EUA] - eles querem nos vencer e ser donos do nosso país.*” Anos depois, já pré-candidato à presidência do país, o então candidato continuou com posicionamentos semelhantes sobre as relações sino-norte-americanas. Mais recentemente, em meio ao surto COVID-19, o presidente Trump se referiu à crise de saúde pública mundial como o “vírus chinês”, deliberadamente tentando colocar totalmente “a culpa” na população chinesa, ademais, em meio aos seus fiéis seguidores (tanto em seu eleitorado doméstico, como seus fiéis escudeiros internacionais: i.e - Presidente Bolsonaro) por meio de disparos de fake news, teve sucesso em dar força tanto a um negacionismo completo da doença, como que a responsabilidade pela crise fosse chinesa, além de publicamente recomendar medicamentos com nenhuma comprovação de eficiência contra a doença.

Posteriormente, em um comício em Tulsa, Oklahoma, denominou mais uma vez a pandemia do novo coronavírus como “*Kung Flu*”. Também afirmou na época que o governo dos Estados Unidos estava determinando se o vírus se originou do Instituto de Virologia de Wuhan. Além de acusar a Organização Mundial da Saúde (OMS) de agir como a “agência de relações

públicas para a China” e retirou o financiamento americano da instituição. As atitudes de Trump em 2020, foram irresponsáveis, de capacidade genocida, agravando ainda mais o gerenciamento da crise, não só dentro das fronteiras estadunidenses, como influenciando o mesmo discurso negacionista em outros países mundo afora. Além do mais, a guerra comercial vigente aflorou ainda mais as consequências devastadoras da pandemia de 2020 à economia em escala mundial.

Ao fim de 2020, Trump perdeu a eleição da presidência, além de sua incompetência ao gerir a crise mundial enquanto presidente do país entendido como o único hegemom da atualidade, ele também entra para a história como o primeiro presidente estadunidense a perder uma eleição em 28 anos. Enquanto isso, no outro lado do planeta, quando o coronavírus ainda sem nome começou a se espalhar pela China em dezembro de 2019, muitas pessoas fora do país especularam que a pandemia provocaria uma crise de legitimidade sem igual para o Partido Comunista Chinês e Xi Jinping. No entanto, apesar da popularidade do Presidente Xi ter sido inicialmente afetada no início de 2020, com indignação latente entre as camadas da população chinesa com as respostas inadequadas do governo no início da pandemia. A percepção da opinião pública mudou de raiva para apoio ao longo do ano de 2020. Até o início do ano novo chinês e 2021, Xi Jinping demonstra ter ainda mais popularidade do que antes do surto pandêmico.

A guerra comercial de 2018 e o manejo da crise da Covid-19 são importantes para uma análise de conjuntura sobre disputa hegemônica por três motivos:

1. A guerra comercial, embora um conflito não-armado representa a primeira resposta norte-americana de que o país não assistiria de forma passiva à ascensão chinesa.
2. A corrida biológica que se instaurou entre as principais potências, não significava apenas a solução de uma crise de saúde pública internacional, existe um fator político de que o país que encontrasse a vacina primeiro, demonstraria sua importância e força econômica, tecnológica e social
3. A covid-19 aprofundou mais um período de recessão de uma economia mundial que ainda não havia se recuperado completamente do Crash de Wall Street de 2009. A economia que sair mais ilesa dessa crise, terá legitimidade e os meios políticos e econômicos para liderar um novo processo de reestruturação internacional e retomada econômica.

Assim, este capítulo está dividido em duas seções: o delineamento de uma linha do tempo dos acontecimentos da guerra comercial de 2018 até o gerenciamento da pandemia, depois, uma apresentação de nossa análise de conjuntura e por fim, nossas considerações finais.

#### 4.2 UMA LINHA DO TEMPO DOS ACONTECIMENTOS

O primeiro encontro oficial de Xi Jinping e Trump parecia promissor, em abril de 2017, o encontro rendeu um plano de 100 dias para resolver divergências comerciais e quatro mecanismos de diálogo para aquecer as relações bilaterais entre os dois países. No mês seguinte, os dois países chegaram a um acordo comercial que daria às empresas norte-americanas maior acesso aos mercados da China, no setor financeiro, energético e agrícola, enquanto a China ganharia acesso para vender aves cozidas para os Estados Unidos. No entanto, entre o primeiro encontro entre os presidentes e o acordo firmado, Trump autorizou a USTR (o equivalente norte-americano ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) a iniciar uma investigação sobre as importações de aço dos EUA, e avaliar se existia dependência excessiva de importações de fontes não confiáveis, ou se havia potencial para causar danos à indústria norte-americana de tal forma que as necessidades de defesa estivessem ameaçadas. Já em agosto daquele ano, o USTR inicia uma investigação especificamente sobre políticas e práticas do governo chinês relacionadas à transferência de tecnologia, propriedade intelectual e inovação.

Em fevereiro de 2018, os EUA implementam as primeiras medidas protecionistas, firmando tarifas de 30% em todas as importações de painéis solares, exceto as oriundas do Canadá, e 20% nas importações de máquinas de lavar, totalizando 10,3 bilhões de dólares em tarifas. Já em março, Trump autoriza o governo norte-americano “a registrar uma queixa na OMC contra a China por práticas comerciais discriminatórias; restringir o investimento em setores-chave de tecnologia; e impor tarifas sobre produtos chineses nos setores aeroespacial, T.I e de máquinas e equipamentos. No dia seguinte, o governo norte-americano continua a impor tarifas de 25% sobre todas as importações de aço (exceto as oriundas da Argentina, Austrália, Brasil e Coréia do Sul) e uma tarifa de 10% sobre todas as importações de alumínio (exceto da Argentina e Austrália). Em contra-ataque, a China impôs tarifas que variam de 15% a 25% sobre 128 oriundos dos EUA, totalizando 3 bilhões de dólares em tarifas.

Em abril de 2018, o departamento de comércio norte-americano concluiu que a empresa chinesa ZTE violou as sanções norte-americanas e proíbe suas empresas de negociarem com a ZTE por sete anos. No dia seguinte, o governo chinês contra-ataca anunciando tarifas antidumping de 178,6% sobre as importações de sorgo vindas dos EUA. No mês de maio, as

negociações entre os dois países avançam e uma breve trégua é concretizada, os dois países concordam em reduzir as tarifas anteriormente impostas.

Então, no dia 06 de julho de 2018, o governo norte-americano implementa as primeiras tarifas específicas contra a China, a alfândega norte-americana passou a cobrar uma tarifa de 25% sobre 818 produtos chineses importados avaliados em 34 bilhões de dólares dando efeito à primeira rodada de tarifas anteriormente anunciadas, e afirma analisar implementar uma segunda rodada de tarifas em de 25% sobre outros 284 produtos chineses totalizando mais 16 bilhões de dólares.

A China retaliou impondo uma tarifa de 25% sobre 545 produtos originários dos EUA totalizando um valor de 34 bilhões de dólares. Em agosto, o departamento de comércio norte-americano adicionou 44 entidades chinesas à sua lista de controle de exportação que, segundo eles, representam um risco significativo para a segurança nacional norte-americana. Em resposta, o governo chinês ameaçou uma série de tarifas adicionais sobre 5.207 produtos originários dos EUA totalizando o valor de 60 bilhões de dólares em embargos.

Os EUA concretizam sua segunda rodada de tarifas de 16 bilhões de dólares e o governo chinês concretiza uma segunda rodada de tarifas também somando 16 bilhões de dólares ao mesmo tempo em que anuncia que registrou uma queixa junto à OMC contra os EUA pelas tarifas sobre os painéis solares, alegando que as tarifas dos EUA prejudicaram os interesses comerciais da China. Com as primeiras medidas protecionistas efetivadas e muitas ameaças comerciais formalizadas entre ambos os lados, foi só no dia 2 de dezembro de 2018, após o encontro do G-20 em Buenos Aires é que a primeira trégua no conflito foi formalizada.

Neste primeiro placar, de acordo com o censo norte-americano, o total de tarifas norte-americanas efetivamente impostas a China no ano de 2018 somou 250 bilhões de dólares, enquanto Trump ameaçou impor um total de 325 bilhões em embargos comerciais, mas, mesmo com as tarifas impostas, o montante de produtos chineses importados para os EUA foi de 539 bilhões de dólares. Já a China, impôs um total de 110 bilhões de tarifas aos produtos norte-americanos, enquanto que o valor total de produtos norte-americano importados para a China somou 120 bilhões de dólares.

No início de janeiro de 2019 as negociações comerciais foram retomadas entre China e EUA, visto que a primeira trégua oficial acabaria oficialmente em 1º de Março daquele ano. Entre esse período, as discussões se estenderam, mas muitos problemas permaneceram sem

solução, dentre eles: questões estruturais do conflito permaneciam sem consenso, como transferências forçadas de tecnologia, proteção à propriedade intelectual e barreiras não tarifárias. Já no início de fevereiro, Trump anunciou que não se encontraria com Xi Jinping antes do fim da primeira trégua para negociar uma saída à crise. Ainda assim, em meados daquele mês, O Presidente Xi se reúne com o corpo diplomático norte-americano, após mais uma rodada de negociações entre os burocratas do governo, Trump anuncia sua intenção de estender o prazo de trégua por tempo indefinido. Ao fim de março, a China respondeu prorrogando a suspensão de tarifas adicionais sobre automóveis e peças de automóveis dos EUA, que entrariam em vigor em abril de 2019. As negociações se mantiveram até que em maio de 2019, Trump anunciou novas tarifas de 25% em produtos chineses superiores a U\$200 bi. Em resposta, a China anunciou que aumentaria as tarifas sobre U\$ 60 bilhões em mercadorias variadas dos EUA.

Em meados de maio, os EUA contra-atacaram anunciando a adição da Huawei Technologies suas afiliadas em sua “lista de entidades não confiáveis”, o que efetivamente proíbe as empresas americanas de venderem para a empresa de telecomunicações chinesa sem a aprovação do governo dos Estados Unidos. Em resposta, ao fim de maio, a China estabeleceu sua própria lista de entidades não confiáveis, a lista chinesa incluiria empresas, organizações e indivíduos estrangeiros que não obedecem às regras do mercado, violam contratos ou prejudicam gravemente os interesses legítimos das empresas chinesas. Em paralelo, em meados de 2019, a China publicou “White Paper” denunciando as medidas unilaterais e protecionistas dos EUA, criticando o retrocesso nas negociações comerciais sino-americanas e demonstrando a posição da China nas consultas comerciais e na busca de soluções razoáveis, o que reacendeu as conversas de apaziguamento às vésperas da reunião do G20 daquele ano. Ainda em junho, antes dos dois países chegarem a um consenso de mais uma trégua provisória. os EUA adicionaram mais cinco empresas chinesas a sua lista de “entidades não-confiáveis”: Sugon, Instituto de Tecnologia de Computação Wuxi Jiangnan, Higon, Circuito Integrado de Chengdu Haiguang e Tecnologia de Microeletrônica de Chengdu Haiguang.

Ao fim da trégua provisória, em agosto, Trump anuncia a imprensa que os EUA levantariam maiores embargos 10% em um \$300 bilhões em produtos chineses a partir de setembro, ao mesmo tempo o Tesouro Americano emitiu nota acusando a China de manipular quedas em sua moeda para “para obter vantagem competitiva injusta no comércio internacional”. A China então responde suspendendo novas compras agrícolas dos EUA.

Em setembro de 2019, a China apresentou mais uma reclamação formal à OMC, sobre tarifas injustas de importação. Em paralelo, inicia-se a 13ª rodada de negociações entre China e EUA, que leva a emissão de várias listas isenção de tarifas de ambos os países durante todo o mês de setembro. Em outubro, os EUA anunciaram o início da “Fase 1” do novo acordo sino-norte-americano que levantou os embargos mais recentes sancionados pelos EUA.

Em novembro, a China vence processo imposto aos EUA na OMC em 2013, na ocasião, a OMC declarou que a China poderia impor sanções compensatórias às importações dos EUA no valor de US \$ 3,6 bilhões caso os EUA não cumpram as regras anti-dumping sobre os produtos chineses, enquanto o governo norte-americano declarou estar decepcionado com a decisão da OMC. Mas, em dezembro daquele ano, China e EUA anunciaram que chegaram a um consenso sobre a fase 1 do novo acordo sino-norte-americano.

Assim, os EUA concordaram em não prosseguir com as tarifas de 15% sobre U\$160 bilhões em bens de consumo programadas para entrar em vigor em 15 de dezembro, e reduziram pela metade as restrições de U\$120 bilhões em bens chineses anunciados em setembro. No entanto, as tarifas de 25 por cento sobre U\$250 bilhões de importações chinesas seriam mantidas, e novas reduções estariam vinculadas ao progresso nas negociações comerciais futuras. A China, por sua vez, concordou em aumentar a compra de bens e serviços dos EUA em pelo menos U\$200 bilhões nos próximos dois anos, de suspender nova tarifas retaliatórias e implementar salvaguardas de propriedade intelectual, a China se comprometeu a importar produtos agrícolas dos EUA no valor de 40 bilhões e 50 bilhões dólares em cada um dos próximos dois anos.

Finalmente em janeiro de 2020, os EUA voltam atrás em suas acusações de que a China estaria manipulando o RMB para fabricar vantagens comerciais e, em meados de janeiro, às vésperas do surto da pandemia de coronavírus, China e EUA assinaram o tão esperado acordo comercial de primeira fase na Casa Branca, aliviando as tensões comerciais que duravam mais de 18 meses. Durante todo o mês de fevereiro de 2020, a China e os EUA removem vários embargos financeiros às exportações um do outro. Em 8 de maio, em meio ao aprofundamento do lockdown em várias partes do mundo, China-EUA reafirmaram seus compromissos de acordo comercial de fase um.

#### 4.3 UMA BREVE ANÁLISE DE CONJUNTURA

O conflito comercial de 2019 entre EUA e China é causado por necessidade e disputa de poder, sobre qual nação é capaz de liderar economicamente e exercer o papel de hegemom entre

todas as nações. É o primeiro sinal norte-americano, que nenhuma perda de status-quo será aceita pacificamente.

Uma das características da recente queda de braço sino-norte-americana, é a incapacidade da OMC de intermediar o conflito, seja porque os principais atores optaram por tratar do conflito de forma bilateral, longe do espaço de negociação, seja pela própria falta de autonomia da instituição de dar um veredicto justo sem que seja acusada pelos EUA (seu principal financiador) “de agir de forma injusta” ou pela China, de “que estaria servindo aos interesses norte-americanos”.

Outro ponto chave desse conflito foi a motivação de cada um dos “*big-players*”. De um lado, temos os EUA, é bem verdade que a guerra comercial muitas vezes foi citada como a “A guerra comercial de Trump”, o então presidente norte-americano tinha objetivos particulares muito claros ao perpetrar o primeiro golpe do conflito. Uma das principais promessas da campanha de Trump foi a de reduzir o déficit comercial norte-americano, este era o principal alicerce por trás de sua máxima de campanha “Make America Great Again” além disso, Trump declarou que usaria o dinheiro ganho através da imposição de tarifas para comprar produtos agrícolas dos EUA. É interessante lembrar que o principal eleitorado de Trump nas eleições de 2016 foi formado por republicanos, conservadores, homens, e suas votações mais expressivas ocorreram nos estados sulistas, os maiores colegiados de Trump foram justamente nos grandes exportadores rurais. Os fazendeiros norte-americanos são parte da base eleitoral de Trump, e, foi tentativa do então presidente de se manter eleitoralmente competitivo, ao cumprir, ou ao menos parecer cumprir as suas promessas eleitorais e manter sua base eleitoral satisfeita. Ademais, o objetivo a curto prazo enquanto a administração era a tentativa de reduzir o déficit comercial com a China.

No entanto, a estratégia de Trump se provou homericamente falha, a guerra comercial causou sofrimento econômico em ambos os lados e levou ao desvio dos fluxos comerciais da China e dos Estados Unidos. O crescimento econômico norte-americano desacelerou, o investimento empresarial congelou e as empresas norte-americanas pararam de contratar, aumentando a taxa de desemprego. Dentro dos EUA, muitos fazendeiros (base eleitoral de Trump) faliram, e os setores de manufatura e transporte de carga atingiram níveis de queda nunca vistos desde a última recessão. As ações de Trump representaram um dos maiores aumentos de impostos nos últimos anos da história americana. O que, em última instância, em conjunto com o

mau gerenciamento da crise causada pelo Coronavírus, acabou levando à sua derrota nas eleições dos EUA.

Por outro lado, no que tange ao objetivo a longo prazo a guerra comercial foi uma tentativa de ferir a competitividade da economia chinesa e atrasar seu desenvolvimento, visto que os EUA são o principal mercado de consumo dos produtos chineses, em especial dos produtos de baixa ou média tecnologia. É o lucro com o mercado norte-americano o principal credor que financia as iniciativas de alta tecnologia militar chinesas. Com isso em vista, EUA continuam a perder competitividade - o FMI previu uma contração de -5,9 no PIB norte-americano, em decorrência tanto da Guerra Comercial de Trump como da Pandemia do Coronavírus - embora que em 2020, o montante total do PIB Norte-Americano ainda foi maior que o PIB Chinês.

Atualmente, os EUA continuam sendo a nação com maior capacidade militar, mas haja visto a expansão nos setores militares e tecnológico chineses, para os Estados Unidos, não é nada interessante que a China alcance o seu nível tecnológico, e torne-se um rival poderoso disputando o seu poder e hegemonia. O primeiro ensaio de conflito, se deu através da guerra comercial, na tentativa assim de atrasar o desenvolvimento chinês, ainda assim, se provou insuficiente, tendo a China se consolidado como a ganhadora deste primeiro conflito.

Por falar na China, faz-se necessário ressaltar que o governo chinês não foi um participante voluntário neste conflito de 2018. Entre outros motivos: 1. os objetivos de curto e longo prazo chineses se invertiam com os objetivos norte-americanos. Um cenário de estabilidade, livre comércio e paz é o ambiente mais propício para o desenvolvimento chinês e para que sua economia se torne cada vez mais competitiva, criando uma balança comercial favorável que amplie cada vez mais os investimentos nas áreas estratégicas almejadas pelos chineses. O objetivo a curto prazo chinês era vencer o conflito e retornar a fazer negócios 2. A China tem uma tradição pacífica e não intervencionista, o conceito de hegemonia chinês é uma releitura do Tianxia, representando a vontade de governar sob ética e harmonia. É de se supor, e não é um palpite absurdo, que a China pretenda exercer o papel de grande nação hegemônica do sistema internacional e exercer o poder *de facto* que vem com esta posição. No entanto, para além do planejamento de fortalecimento de sua soberania e segurança internacional, a China não age como um ator político que interfere constantemente nos assuntos domésticos de outros Estados, os posicionamentos oficiais apresentam um padrão de fomentar paz, diálogo, e o exercício do consenso e da não-intervenção em assuntos domésticos.

Não obstante, apesar de participante involuntário, não significaria dizer que a China não estava disposta a agir, e agir assertivamente. Em primeira instância, a China respondeu a todas as agressões norte-americanas, embora tenha sempre deixado aberto o caminho para o diálogo. Ademais, a memória do século das humilhações é uma memória latente no imaginário político e social da nação. Findados estão os dias que a China aceitaria de forma submissa transgressões aos seus interesses nacionais. Há bem da verdade, a China poderia ter se utilizado de três manobras diferentes que poderiam ter ferido em grande escala à economia norte-americana:

1. Poderia ter intensificado a venda dos títulos da dívida do governo norte-americano de tal forma que levaria a redução do valor do dólar americano no mercado, aliado a isto;
2. Parar com a compra dos produtos agrícolas e energia oriunda dos EUA ao ponto de criar uma recessão econômica dentro do mercado interno, ou;
3. Desvalorização do Renminbi,

A China fez a escolha de optar pela alternativa que menos comprometeria à economia norte-americana, pois, quanto mais fraca a moeda chinesa, mais baratas ficam as mercadorias chinesas nos EUA, o que significa que mais pessoas as comprarão, e as empresas chinesas não sofrerão tanto com as tarifas impostas. A desvantagem é que os produtos norte-americanos que vão para a China também se tornarão mais caros, o que afeta bens como o petróleo e outras matérias-primas que a China precisa para manter sua economia em alta.

Minha sugestão de porquê a China optou pela alternativa mais branda, como sugerem os achados do capítulo segundo, a China ainda possui grande capacidade estatal de promover expansão tecnológica, consolidar-se como hegemonia aos moldes chineses em suas regiões contíguas - Sudeste Asiático, Leste Asiático, Ásia Central - , enfrentar os EUA em disputas disruptivas agora fragilizam as taxas chinesas de desenvolvimento e crescimento que sustentam a legitimidade governamental do Partido Comunista Chinês em seus assuntos internos. No momento, eu concluiria que à China interessa ascender e desenvolver, mas não disputar.

## 5 CONCLUSÕES

Ao fim desta dissertação a contribuição deste trabalho para a ciência será de fazer uma revisão bibliográfica dos conceitos trabalhados, traçar os pontos-chaves de processo de construção hegemônica chinesa dentro do recorte das fronteiras geográficas deste trabalho, e, de trazer uma contribuição sobre o debate da "*ascensão pacífica*".

Longe de exaurir as inúmeras contribuições das várias linhas de estudos das Relações Internacionais, o primeiro capítulo pretendia revisar os conceitos daqueles autores que mais causaram impacto na disciplina, cujas ideias ainda fomentam o debate. Após observar as diferentes abordagens sobre poder e hegemonia, é possível observar alguns padrões que se repetem. Portanto, quais são as principais contribuições teóricas sobre poder e hegemonia que melhor explicam o processo de desenvolvimento político chinês?

Concluo que, haja visto as contribuições dos autores abordados neste artigo e tendo em vista a mudança na postura da diplomacia chinesa no sistema internacional, há aspectos em alguns autores que são definitivamente mais explicativos do processo chinês do que em outros.

Em Robert Gilpin, a força do argumento do autor é justamente na estrutura de análise que ele apresenta para as duas primeiras categorias dos fatores ambientais que influenciam a mudança: tecnologia em transporte, tecnologia militar. Apesar de compreender a preponderância dos fatores econômicos na mudança hegemônica, fica a cargo de Strange e Wallerstein de fornecer a melhor explicação sobre essa estrutura.

Em Susan Strange, o elemento mais notável da política chinesa, foi a capacidade da economia do estado de compreender as estruturas do sistema e o poder estrutural do mercado financeiro, a ponto de rivalizar esse controle com os EUA. É o conceito de que "poder é simplesmente a capacidade de uma pessoa ou grupo de pessoas de afetar os resultados de forma que suas preferências tenham precedência sobre a preferência dos outros grupos, e que poder estrutural é o que pesa: poder, é o poder de determinar as estruturas da economia política global.

Em Robert Cox os elementos notáveis são a capacidade da nação de se projetar de forma autoconfiante, visto a postura chinesa no pós-2008, assumindo responsabilidade pelo sistema financeiro internacional, bem como a capacidade e a habilidade de criar consenso com demais grupos menores. Entre Arrighi e Wallerstein, o debate entre novo hegemom e colapso da TSM ainda é uma resposta difícil de ser respondida, caberá ao segundo e terceiro capítulo, focando no estudo de caso sobre a ASEAN, tentar elaborar maiores respostas. É possível concluir, no

entanto, que: o sistema mundial como conhecemos já não existe mais. O ano de 2020 nos mostrou que uma nova corrida política está em curso.

O conceito do Tianxia, nos relembra a pré-disposição pacífica da política externa chinesa, mas ao mesmo tempo, é difícil pensar que potências como os EUA, permitiriam a China assumindo um lugar de hegemon, sem nenhum tipo de conflito, ademais, é ainda mais difícil de visualizar um a China permitir que mais um novo século das humilhações ocorra. De fato, e inevitavelmente, declínio e ascensão de potências pressupõem mudanças em ordens mundiais.

Existe hegemonia chinesa no Sudeste Asiático? A conclusão mais lacônica: sim. Entretanto é preciso delinear algumas especificidades. Em que pese a discussão levantada até aqui: as considerações de que historicamente não se trataria de uma ascensão chinesa no Sudeste Asiático mas sim uma reascensão onde a China voltaria a exercer seu Tianxia, haja visto a postura de consistente líder regional no gerenciamento da crise financeira asiática, e ainda em que pesem às tensões do Mar do Sul da China, os dados trazidos no capítulo segundo trazem inferências fortes de que há hegemonia financeira concreta no Sudeste Asiático. No que diz respeito à competitividade de mercado, a China já alcançou superioridade à economia norte-americana desde antes da quebra da bolsa em 2009, as décadas seguintes só serviram para criar distância entre as duas potências e consolidar a ascensão econômica chinesa. Em termos de concessão de crédito, a China está em vias de se consolidar como maior fornecedor de crédito da ASEAN. Mas, essa realidade não se traduz para a totalidade da Região Asiática, EUA e Japão ainda são os maiores fornecedores de crédito do Asian Development Bank.

Ademais, às mudanças na opinião pública, apontam também que há mudanças na percepção da sociedade civil do Sudeste Asiático em favor da China, em que pesem às contribuições de Gramsci: hegemonia é construída às bases do consenso da sociedade civil, o que mostra que essa também é uma mudança em andamento. No que tange ao setor tecnológico-militar: meu palpite, baseado nos dados analisados, é de que presenciaremos nos próximos anos vertiginosa ascensão militar chinesa tal qual, aconteceu nos últimos anos no setor econômico.

Finalmente, embora a vontade política chinesa preze pela não-intervenção, diplomacia consensual, e um sentido de hegemonia baseado na ética e na harmonia, tal atitude não depende exclusivamente da vontade política chinesa, o outro *big-player* da equação, precisa demonstrar a mesma boa vontade diplomática.

O governo chinês não foi um participante voluntário na guerra comercial de 2018, não obstante, apesar de participante involuntário, não significaria dizer que a China não estava disposta a agir, e agir assertivamente. Em primeira instância, a China respondeu a todas as agressões norte-americanas, embora tenha sempre deixado aberto o caminho para o diálogo. Ademais, a memória do século das humilhações é uma memória latente no imaginário político e social da nação. Findados estão os dias que a China aceitaria de forma submissa transgressões aos seus interesses nacionais.

A China fez a escolha de optar pela alternativa que menos comprometeria à economia norte-americana (desvalorização do Renminbi) para manter o lucro da balança comercial e forçar os EUA a um acordo. O motivo pelo qual a China optou pela alternativa mais branda, aponto eu, como base nos achados do capítulo segundo, a China ainda possui grande capacidade estatal de promover expansão tecnológica, consolidar-se como hegemonia aos moldes chineses em suas regiões contíguas - Sudeste Asiático, Leste Asiático, Ásia Central - , enfrentar os EUA em disputas disruptivas agora fragilizam as taxas chinesas de desenvolvimento e crescimento que sustentam a legitimidade governamental do Partido Comunista Chinês em seus assuntos internos. No momento, eu concluiria que à China interessa ascender e desenvolver, mas não disputar status-quo.

Ademais, enquanto sugestão de agenda de pesquisa, sugiro que os estudos sobre sinologia, em especial desenvolvimento de inovação e tecnologia chinesa sejam aprofundados, em especial como essa tecnologia chinesa e sua competitividade afetam os mercados, e em especial os mercados das periferias e semiperiferias do globo? Em que pesem os avanços da revolução 4.0, a IOT (Internet of Things) e a Ásia como novo centro de poder global, quais as projeções sobre o impacto tecnológico da China em economias nacionais? É possível que uma antiga periferia crie relações de dependência com outra periferia?

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua nova, n. 80, p. 71-96, 2010.
- ALVES, Diogo Henrique. **Resenha: A Política entre as nações-A luta pelo poder e pela paz**. Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização (substituída pela Revista de Direito Internacional), v. 8, n. 1, 2011.
- AMES, José Luiz. **Maquiavel: A Lógica da Ação Política**. Cascavel: Edunioeste, 2002
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century**. Verso books, 2007
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ASTARITA, Claudia. **China's Role in the Evolution of Southeast Asian Regional Organizations**. China perspectives, v. 2008, n. 2008/3, p. 78-86, 2008.
- BACELETTE, Ricardo. **A crescente integração do Leste da Ásia, os novos arranjos institucionais e o papel da China**. 2014.
- BERRINGER, Tatiana. **O conceito de Estado para os estudos realistas das relações internacionais: uma análise sobre a obra A política entre as nações de Hans Morgenthau**. Plural, v. 24, n. 2, p. 16-37, 2017.
- BIANCHI, Álvaro. **Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del carcere"**. Utopia y Praxis Latinoamericana, Maracaibo, v. 12, n. 36, p. 35-55, março, 2007.
- BUZAN, BARRY. **China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible?.** The Chinese Journal of International Politics, v.3, p.5-36, 2010.
- CAMARGO, Adriane de Sousa. **Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: o caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CASSIOLATO, José Eduardo. **As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China**. Boletim de Economia Política Internacional, págs. 65-80. 2013.
- CHIN, Gregory; STUBBS, Richard. **China, regional institution-building and the China-ASEAN Free Trade Area**. Review of International Political Economy, v. 18, n. 3, p. 277-298, 2011.

COSTA LIMA, Marcos; BARBOSA, M. P. ; A.FONSECA, P. ; A.MIRANDA JR., R. . **A Nova Rota da seda e a Ascensão Pacífica Chinesa**. Século XXI: Revista de Relações Internacionais, v. 7, p. 62-77, 2016.

COSTA LIMA, Marcos. **As teorias do desenvolvimento: a propósito dos conceitos de centro e periferia**. Século XXI. Porto Alegre, vol.6, n.1, jan./jun. 2015, p.13-24.

COSTA LIMA, Marcos. **A nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia**. (IN) MINAS, Editora PUC (Ed.). A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Sociedade Mineira de Cultura–Editora PUC Minas, 2018.

COX, Robert W. **Middlepowermanship, Japan, and future world order**. International Journal, v. 44, n. 4, p. 823-862, 1989.

COX, Robert W. **Production, power and world order: social forces in the making of history**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1987

DA CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique. **Política e poder em Hobbes**. Revista Diaphonía, v. 3, n. 2, p. 54-67.

DAS GRAÇAS CORRÊA, Fernanda. **A balança de poder sob a ótica de Kenneth Waltz: uma discussão da teoria sistêmica**. Revista InterAção, v. 11, n. 11, 2016

DE ANDRADE ALENCAR, Fernando Barcellos; NUNES, Lucas Silva Ferreira. **Susan Strange: poder estrutural e hierarquia monetária, uma breve discussão**. Revista de Geopolítica, v. 9, n. 1, p. 125-142, 2018.

DENG, K. **A critical survey of recent research on Chinese economic history**. Economic history review, v. 53, n. 1, p. 1-28, 2000.

DESTRADI, Sandra. **Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership**. Review of international studies, v. 36, n. 4, p. 903-930, 2010.

FENG, Huiyun. **Chinese strategic culture and foreign policy decision-making: Confucianism, leadership and war**. Routledge, 2007.

FERNANDES, Marcelo Pereira; LEITE, Alexandre César Cunha. **Crescimento Econômico e Estabilidade política na China: Correlação e Complementaridade**. In: Anais do 11º Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política. 2012. p. 11.

GARCIA, Ana Saggiaro. **Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial**. Contexto int., Rio de Janeiro , v. 32, n. 1, p. 155-177, June 2010 .

GASPAR, Carlos. **Waltz, Morgenthau and Aron**. Relações Internacionais, Lisboa , n. 39, p. 05-13, set. 2013 .

GERRING, John. Mere description. **British Journal of Political Science**, v. 42, n. 4, p. 721-746, 2012.

- GILPIN, Robert; GILPIN, Jean M. **A economia política das relações internacionais**. UnB, 2002.
- GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GUNGWU, Wang; YONGNIAN, Zheng (Ed.). **China and the new International Order**. Routledge, 2008.
- GUTIÉRREZ B, Hernán. **La ASEAN ante el emergente orden mundial: reordenamiento regional y diplomacia colectiva en el Pacífico**. Estudios Internacionales, p. 57-73, 1993.
- HAACKE, Jürgen. **Seeking influence: China's diplomacy toward Asean after the Asian crisis**. Asian Perspective, p. 13-52, 2002.
- HILL, Hal; MENON, Jayant. **ASEAN economic integration: features, fulfillments, failures and the future**. 2010.
- HINLOOPEN, Jeroen; VAN MARREWIJK, Charles. **On the empirical distribution of the Balassa index**. Weltwirtschaftliches archiv, v. 137, n. 1, p. 1-35, 2001.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. LeBooks Editora, 2019.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- ISHIDA, Masami. **GMS Economic Corridors Under the Belt and Road Initiative**. Journal of Asian Economic Integration, v. 1, n. 2, p. 183-206, 2019.
- IWAMOTO, Kentaro. **7 of 10 ASEAN members favor China over US: Nikkei Asia.**, online, Japão, 16 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/7-of-10-ASEAN-members-favor-China-over-US-survey>>. Último acesso em: 15/01/2021.
- JINPING, Xi. **XI JINPING: La gouvernance de la Chine II**. FOREIGN LANGUAGES Press, 2018.
- JUNG-SEUNG, Shin. **Another take on prospects for the foreign policy of the Chinese fifth-generation leadership**. In: China's Foreign Policy. Palgrave Macmillan, New York, 2012. p. 65-83.
- KASSARJIAN, Harold H.. **Content analysis in consumer research**. Journal of Consumer Research, 4, 8-18. 1977.
- KELING, Mohamad Faisol et al. **The development of ASEAN from a historical approach**. Asian Social Science, v. 7, n. 7, p. 169-189, 2011.
- Kilby, C. **Informal influence in the Asian Development Bank**. Rev Int Organ 6, 223 (2011). <https://doi.org/10.1007/s11558-011-9110-0>.

- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Verso Trade, 2014.
- LAMB, Peter; ROBERTSON-SNAPE, Fiona. **Historical Dictionary of International Relations**. Rowman & Littlefield, 2017.
- LANTEIGNE, Marc. **Chinese foreign policy: an introduction**. Routledge, 2019.
- LIMA, Maria Regina Soares de. **A atualidade do pensamento de Hans Morgenthau**. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 58, p. 27-40, jun. 2018.
- LIMA, Rafael Mesquita de Souza. **Liderança regional em perspectiva comparada: Brasil e Turquia**. 2018.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Clube de Autores, 2010.
- MARTINS, José Ricardo. **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo. Uma teoria ainda atual?** *Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales*, n. V, p. 95-108, 2015.
- MONTENEGRO, Renan Holanda. **Debates teóricos no campo das Relações Internacionais na China** *Theoretical Debates in the Field of International Relations in China*. *Mural Internacional*, v. 6, n. 2, p. 230-244, 2015.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- NEUENDORF, Kimberly. **The Content Analysis Guidebook** (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage, 2012.
- PINTO, Eduardo Costa. **A crise americana: dívida, desemprego e política**. 2011.
- PINTO, Paulo A. Pereira. **China e sudeste asiático: diferenças e semelhanças de percepção quanto a questões atuais**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 2, p. 144-165, 1997.
- PLANO, Jack C. et al. **International Relations Dictionary**. Abc-Clio, 1982.
- PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América latina e alguns de seus principais problemas**. Cinquenta anos de pensamento da Cepal, Rio de Janeiro-Brasil, Editora Record, p. 71-136, 2000.
- RAMOS, Leonardo. **Ordem e poder na economia política global: a contribuição neogramsciana**. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 113-150, June 2012.
- RAMOS, Leonardo et al. **A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil**. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 55, n. 2, p. 10-27, Dec. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292012000200002&lng=en&rm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200002&lng=en&rm=iso). Acessado em 05/01/21. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000200002>
- ROSA, Marlene de Fátima. **Conception of legitimacy of power in Rousseau**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Toledo, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques; SOCIAL, O. **Contrato. ou princípios do direito político.** Rio de Janeiro, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade.** Centaur, 2013.  
SANTOS, Rodrigo Ponce. **HOBBS E A FILOSOFIA DO PODER: OS 'PRINCÍPIOS' ANTI POLÍTICOS DO LEVIATÃ NA LEITURA DE HANNAH ARENDT.** *Kriterion*, Belo Horizonte , v. 58, n. 136, p. 203-220, Apr. 2017.

SHARMA, SHALENDRA D.. **Why China Survived the Asian Financial Crisis?.** *Brazil. J. Polit. Econ.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 225-252, June 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572002000200225&lng=en&rm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572002000200225&lng=en&rm=iso). Acessado em 02/02/2021. Epub Oct 02, 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1235>.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China Moderna: Quatro séculos de história.** WW Norton & Company, 1990. Traduzido e publicado no Brasil: Companhia das Letras, 1996.

STORY, Jonathan. 2001. **Le système mondial de Susan Strange.** *Politique étrangère*, v. 66, n.2, p. 433-447.

STRANGE, Susan. **Mad money: when markets outgrow governments.** University of Michigan Press, 1998.

STRANGE, Susan. **States and markets.** Bloomsbury Publishing, 2015.

STRANGE, Susan. **What Theory? The Theory in Mad Money.** CSGR Working Paper, n. 18, 1998.

STRANGE, Susan et al. **The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy.** Cambridge university press, 1996.

VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal; SILVA, Mauricelia Cordeira da; SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana. **Visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder.** *Rev. katálysis*, p. 82-90, 2013.

VIEIRA, Bhreno Henrique Ribeiro et al. **Analyzing Sino-Brazilian Trade Relations (1974–2018).** *Boletim do Tempo Presente*, v. 8, n. 02, 2019.

VILLA, Rafael Duarte; GASPAR, Débora Garcia. **Notas sobre hegemonia, estado e guerra em Gilpin.** *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 6, n. 3, p. 66-81, 2018.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A novíssima China e o Sistema Internacional.** *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 19, supl. 1, p. 131-141, Nov. 2011 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&rm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&rm=iso).

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno (Vol. 1).** Afrontamento, Porto, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno, (Vol.2): O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750**. Porto: Afrontamento, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III: The second era of great expansion of the Capitalist World-Economy, the 1730s-1840s (Studies in Social Discontinuity)**, Academic Press Hardcover, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system IV: Centrist liberalism triumphant, 1789–1914**. Univ of California Press, 2011.

WALTZ, Kenneth; **Teoria das Relações Internacionais**, Gradiva, Lisboa, 2002.

WANG, Hongying (1999) **The Asian financial crisis and financial reforms in China**, The Pacific Review, 12:4, 537-556, DOI: 10.1080/09512749908719305.

WEBER, Robert Philip. **Basic content analysis** (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage, 1990

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”**. Série Fundamentos 62. São Paulo: Ática, 1989.

WINTER, Lairton Moacir. **A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel**. Tempo da Ciência, v. 13, n. 25, p. 117-128, 2006.

XUETONG, Yan. **Chinese values vs. liberalism: what ideology will shape the international normative order?**. The Chinese Journal of International Politics, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2018.

YUNLING, Zhang; YUZHU, Wang. **ASEAN in China’s Grand Strategy**. Beijing: Chinese Academy of Social Sciences, 2016.

ZHAO, Suisheng. **Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior: Pragmatism and Strategic Behavior**. Routledge, 2016.

ZHAO, Tingyang. **La philosophie du Tianxia. Diogène**, v. 1, n.221, 2008.